

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA ROZANA RODRIGUES DE ALMEIDA

**A DIMENSÃO SOCIOESPACIAL DA FURG: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE NO  
CONTEXTO DE SUA EXPANSÃO**

DISSERTAÇÃO

RIO GRANDE – RS  
2011

MARIA ROZANA RODRIGUES DE ALMEIDA

**A DIMENSÃO SOCIOESPACIAL DA FURG: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE NO  
CONTEXTO DE SUA EXPANSÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – Furg como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Geografia” – Área de Concentração: Análise Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Vinícius de La Rocha Domingues.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Vinicius de La Rocha Domingues – Furg (Orientador)

Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni – UFRGS

Prof. Dr. Sandro de Castro Pitano – Ufpel

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cleuza Maria Sobral Dias – Furg

Aos meus filhos Igor,  
Lucas e Thales e,  
à Universidade Federal do Rio Grande.

## **Agradecimentos**

Sou verdadeiramente agradecida a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com essa minha trajetória.

### **E especialmente grata**

- ✓ a Deus e à minha Mestre Kuan Yin, por dar-me forças para superar todos os obstáculos encontrados durante a realização deste trabalho;
- ✓ ao Prof. Marcelo Domingues, pela orientação, dedicação, empenho e, principalmente, confiança e incentivo para que eu nunca pensasse em desistir;
- ✓ às minhas amigas Darlene, Cleuza, Rita, Bruna e Juliana, o apoio e ombro amigo de vocês foram fundamentais para que eu pudesse concretizar este trabalho;
- ✓ aos meus amigos, em especial, ao Mozart, Claudio, Danilo, Guilherme e Medina, todos de alguma forma, contribuíram e incentivaram para que eu acreditasse que era possível;
- ✓ aos meus amigos do Gabinete, em especial, ao André, Guilherme, Karina, Helen e Pedro, pelo incentivo, carinho e fundamental apoio diário;
- ✓ ao Paulo Claro, da Proplad, ao André, da Propesp, ao Jorge, da Secretaria Executiva dos Conselhos, à Leila e à Aline, da Prograd, que me auxiliaram com o fornecimento de informações importantes;
- ✓ ao Eduardo Pereira e ao Alexandre, do NTI que foram extremamente solícitos ao me fornecer o Banco de Dados;
- ✓ ao Prof. Glauber Acunha Gonçalves, que me orientou na confecção dos mapas;
- ✓ à Prof<sup>a</sup>. Cleuza Maria Sobral Dias e ao Prof. Sandro Pitano, pelas valorosas considerações realizadas na minha qualificação;
- ✓ aos pesquisadores e professores da banca examinadora, pela atenção e contribuição dedicadas a este estudo;
- ✓ ao Prof. João Carlos Cousin e ao Prof. Ernesto Casares Pinto, meu reitor e vice-reitor, apoiadores, incentivadores e ombros amigos, sou profundamente grata por todo carinho e paciência que tiveram comigo durante esse percurso;
- ✓ à minha mãe e demais familiares, em especial, aos meus sobrinhos Paula e Wagner, pelo apoio em todos os momentos;
- ✓ por último quanto à ordem, mas não quanto à importância, expresse minha profunda gratidão aos meus filhos Igor, Lucas e Thales, pela paciência, apoio e compreensão que tiveram no decorrer deste estudo.

**O privilégio de conviver com cada um de vocês, eu carrego comigo por toda a minha vida!!!**

**Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve. E a vida é muito para ser insignificante." Augusto Branco - Poeta**

## Resumo

ALMEIDA, Maria Rozana Rodrigues. A dimensão socioespacial da Furg: um estudo de caso sobre a Universidade Federal do Rio Grande no contexto de sua expansão. Dissertação de mestrado. Furg, 2011.

A instalação de uma universidade em uma determinada região ganha contornos socioespaciais pelas funções que desempenha ou permite alavancar no contexto econômico, político, cultural e histórico da mesma. As universidades brasileiras, de um modo geral, são implementadas a partir da concepção de diversos atores e da lógica de atuação do Estado. Este trabalho tem como objetivo compreender dois momentos diferenciados vividos pelas universidades públicas federais, em decorrência da lógica de diferentes governos federais, com foco especial na Universidade Federal do Rio Grande – Furg, no período referente à década de 90, momento caracterizado pela retração de investimentos, e à primeira década do século XXI, de 2007 a 2011, período em que foi proposto às universidades a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, buscando demonstrar a dimensão socioespacial da Furg, diante de um contexto de expansão e as suas novas territorialidades. Para tanto, escolheu-se como instrumento de investigação para a presente pesquisa um estudo de caso, com base em dados coletados junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, à Pró-Reitoria de Graduação – Prograd e à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – Proplad. Os referidos dados estavam compilados em sistemas específicos da Universidade. A fim de melhor visualizar a espacialização e as novas territorialidades da Furg foram construídas tabelas, gráficos e figuras, a partir dos dados levantados, utilizando-se softwares específicos, tais como o Terraview, Corel Draw, Excel e Acess.

Palavras-chave: Furg - Reuni - Universidade - Expansão

## Abstract

ALMEIDA, Maria Rozana Rodrigues. The Furg's socioespatial dimension: a case study about the Universidade Federal do Rio Grande – Furg in the context of its expansion. Master thesis. Furg, 2011.

The installation of a university in a certain region acquires sociospatial configurations by functions that performs or allows to stimulate the economic, political, cultural and historical its context. The Brazilian universities, generally, are implemented from the conception of different actors and from the state performance logic. This paper has as objective to comprehend the two different moments lived by the federal public universities because of the logic of different federal governments, with special focus on the Universidade Federal do Rio Grande – Furg, during the nineties, time characterized by the decrease of investments, and during the first decade of this century, from 2007 to 2011, period in which it was proposed to the universities the adherence to the Program of Support for the Restructuring and Expansion of Federal Universities – Reuni, seeking to demonstrate the Furg' sociospatial dimension, facing an expansion context and its new territorialities. For this, it was chosen as a research tool a case study, based on data collected at the Center for Information Technology – NTI, the Dean of Graduate – Prograd and the Dean of Planning and Administration – Proplad. These data were compiled on specific systems at the University. In order to better visualize the Furg' space and new territorialities, it was constructed tables, graphs and figures, from the data collected, using specific software, as the Terraview, Corel Draw, Excel and Acess.

Key-words: Furg - Reuni - Universities - Expansion



## Sumário

<b>Introdução</b>	14
<b>Capítulo 1 – O ensino superior federal no Brasil dos anos 90 à primeira década do século XXI</b>	31
1.1 – As políticas neoliberais no Mundo e no Brasil nos anos 90	31
1.2 – As universidades públicas federais nos anos 90	37
1.3 – As universidades públicas federais na primeira década do século XXI	41
<b>Capítulo 2 – Dimensões socioespacial e socioeconômica da Furg nos anos 90</b>	50
<b>Capítulo 3 – Dimensões socioespacial e novas territorialidades da Furg frente às políticas de expansão</b>	65
<b>Considerações Finais</b>	91
<b>Referências Bibliográficas</b>	97
Apêndice 1	101
Apêndice 2	103
Apêndice 3	106
Apêndice 4	108
Apêndice 5	116
Anexos	

## Lista de tabelas

<b>Tabela I</b>	Evolução em m <sup>2</sup> de área construída – 1994/2000
<b>Tabela II</b>	Evolução do número de técnicos-administrativos em educação – 1990/2000
<b>Tabela III</b>	Evolução do número de docentes efetivos – 1990/2000
<b>Tabela IV</b>	Evolução do número de matriculados – 1990/2000
<b>Tabela V</b>	Evolução do número de inscritos no vestibular – 1990/2000
<b>Tabela VI</b>	Dimensão nacional da Furg – Déc. 90
<b>Tabela VII</b>	Dimensão regional da Furg – Déc.90
<b>Tabela VIII</b>	Dimensão local da Furg – Déc. 90
<b>Tabela IX</b>	Evolução orçamento da Furg – 1995/2000
<b>Tabela X</b>	Evolução orçamento da Prefeitura – 1995/2000
<b>Tabela XI</b>	Evolução dos estudantes matriculados – modalidades presenciais e a distância – 2002/2010
<b>Tabela XII</b>	Evolução das bolsas de demanda social – Capes – 2004/2009
<b>Tabela XIII</b>	Evolução do número de diplomados mestres e doutores – 2006/2010
<b>Tabela XIV</b>	Evolução do número de técnicos-administrativos em educação – 2001/2011
<b>Tabela XV</b>	Evolução do número de docentes efetivos – 2001/2011
<b>Tabela XVI</b>	Evolução do número de matriculados na graduação – 1990/2011
<b>Tabela XVII</b>	Evolução do número de inscritos no Processo Seletivo – 1990/2010
<b>Tabela XVIII</b>	Evolução do número de vagas oferecidas – 2005/2011
<b>Tabela XIX</b>	Dimensão espacial da Furg/Brasil – 2007/2011
<b>Tabela XX</b>	Dimensão espacial da Furg/RS – 2007/2011
<b>Tabela XXI</b>	Evolução de área construída em m <sup>2</sup> - 2002/2009
<b>Tabela XXII</b>	Evolução do orçamento – 2001/2011

## Lista de Gráficos

- Gráfico 1** Evolução do número de inscritos no vestibular
- Gráfico 2** Evolução dos estudantes matriculados – modalidades presenciais e a distância
- Gráfico 3** Bolsas distribuídas em 19 Programas de Pós-Graduação
- Gráfico 4** Evolução do número de estudantes assistidos em subprogramas básicos
- Gráfico 5** Evolução do número de matriculados na graduação – 1990/2011
- Gráfico 6** Evolução do número de inscritos no Processo Seletivo 1990/2010
- Gráfico 7** Evolução do número de vagas oferecidas – 2005/2010
- Gráfico 8** Evolução do orçamento da Furg – 2001/2011

## Lista de Figuras

- Figura 1** Dimensão espacial da Furg/Brasil – 1990/2000
- Figura 2** Dimensão espacial da Furg/RS – 1990/2000
- Figura 3** Dimensão espacial da Furg/Rio Grande – 1990/2000
- Figura 4** Dimensão espacial da Furg/Brasil – 2007/2011
- Figura 5** Dimensão espacial da Furg/RS – 2007/2011
- Figura 6** Folder de divulgação da Furg – localização
- Figura 7** Evolução da área construída no Campus Carreiros – Período 1º Semestre 2011

## Lista de Siglas

AGCS - Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços  
ANDIFES - Associação dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CONSUN – Conselho Universitário  
CRES - Declaração da Conferência Regional de Educação Superior  
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio  
FURG – Universidade Federal do Rio Grande  
IFET - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
MEC – Ministério da Educação  
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil  
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação  
PROPLAD - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROUNI - Programa Universidade para Todos  
REUNI - Plano de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SESU - Secretaria de Educação Superior  
SISU – Sistema de Seleção Unificado  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria  
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas  
ZPE - Zona de Processamento de Exportação

## Introdução

A importância, hoje, da ciência, da tecnologia e da formulação de novos conhecimentos tem levado à reflexão sobre o papel que desempenha a educação para uma nação que almeja ser soberana e independente. Nenhum país conseguirá lançar-se ao mundo dos países desenvolvidos sem dar a devida atenção e alocação de investimentos na educação. Infelizmente, esse pensamento nem sempre esteve presente naqueles que são responsáveis pela implementação de políticas públicas para a educação.

Durante um período de políticas neoliberais, a educação foi tratada como gasto e altamente dispendiosa, especialmente a de nível superior. Uma lógica de mercado, baseada em princípios neoliberais, foi estendida para diversas áreas estratégicas ao desenvolvimento do Estado, inclusive para a educação. Grupos alinhados com o pensamento neoliberal<sup>1</sup> defendem que ela deva ser tratada como simples “mercadoria” e colocada à disposição das pessoas como algo que possa ser comprado, adquirido, conforme o poder aquisitivo de cada um.

É a lógica do mercado, atuando em uma área que, por sua essência, precisa ser tratada como estratégica e de Estado. Só assim poderá ser construída a verdadeira cidadania, em que, independentemente da condição ou classe social, o direito ao desenvolvimento esteja estabelecido, tendo por base a educação em sua plenitude.

Seria possível, então, admitir tratar a educação como mercadoria? Conforme Marx (2008, p.51), a mercadoria se caracteriza pelo duplo ponto de vista

---

<sup>1</sup> Na América Latina, o termo neoliberal é associado a posturas políticas profundamente conservadoras, defensoras do “livre” mercado e do Estado mínimo.

*valor de uso e valor de troca, sendo o valor de uso determinado não só qualitativa como quantitativamente.*

Pode-se, então, atribuir um valor de uso e um valor de troca à educação, analisando-a quantitativamente e deixando-a sob os auspícios de um livre comércio? O argumento preferido dos grupos que defendem a inclusão da educação como algo que possa ser comprado, adquirido é de que a educação é demasiadamente cara, sendo analisado apenas o custo, sem se levar em conta o retorno de tais investimentos.

Nesse cenário de um governo voltado para políticas neoliberais, as universidades, especialmente as públicas federais, foram submetidas a uma política de sucateamento, com poucos recursos destinados quando muito a sua manutenção, legitimando assim o discurso daqueles que, por interesses diversos, argumentavam que o setor privado era eficiente e o público, ao contrário, ineficiente e demasiadamente caro.

Atribuiu-se à esfera pública os males sociais de uma política econômica equivocada e à esfera privada, todas as condições de recuperação econômica. Conforme afirma Tomaz Tadeu da Silva (1994), para alcançarmos a tão almejada modernidade, noções de produtividade, eficiência e qualidade sobrepõem-se às noções de igualdade e justiça social.

Discutem-se os custos e não os desempenhos efetivos e os resultados alcançados com tais investimentos.

Em relação à educação de nível superior, de acordo com Wrona Panizzi (2002), a sociedade brasileira não gasta demais com a educação superior, já que o pouco que o País investe revela-se como um de seus melhores investimentos. Constata-se tal afirmativa, analisando a produção científica do Brasil, que vem

crescendo significativamente: em 2008, segundo informações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, ultrapassou a da Suécia e a da Suíça, alcançando a 15ª posição. Em relação a 2004, o crescimento de 33% foi o triplo da média mundial (Capes, 2009). Hoje, o Brasil já ocupa a 13ª posição.

A partir de 2002, com a eleição de um novo governo federal (eleitores e eleitoras elegeram o primeiro presidente de origem operária/sindicalista), o cenário no Brasil apresenta mudanças significativas, no que se refere a superar paradigmas neoliberais, especialmente ao que tange às políticas adotadas para a educação. Esta passa a ser realmente considerada como área estratégica de desenvolvimento do País; muda-se a concepção e, inclusive, os recursos disponibilizados passam a ser considerados investimentos.

A minha relação com o tema “políticas educacionais”, em especial com o impacto nas universidades, mais especificamente na Universidade Federal do Rio Grande – Furg, data de 1986. Vivia e acompanhava de forma indireta os acontecimentos históricos, as greves, os movimentos de reivindicações de abertura, após um longo período de ditadura no País, momentos decisivos em relação ao futuro da educação superior no Brasil, principalmente, no que se refere ao aspecto público e gratuito. Foram muitos os diálogos e as trocas de opiniões sobre aquele momento que se refletia diretamente nos espaços universitários.

A partir de 1993, o sonho de fazer parte do quadro de servidores técnico-administrativo em educação da Furg concretizou-se e ingressei na Instituição, por meio de concurso público. A época era outra, muitos direitos estavam estabelecidos, inclusive com a implementação do Regime Jurídico Único – RJU – Lei 8.112, legislação que normatiza a carreira dos servidores públicos federais, estabelecendo direitos e deveres.



Essa relação estreita e diária com o “fazer universitário”, me possibilitou acompanhar os diversos momentos pelos quais passaram as universidades públicas federais, instigando-me, já no trabalho de conclusão de curso em Geografia Bacharelado, a desenvolver um mapeamento e um levantamento de dados, com o propósito de interpretar e identificar o alcance socioeconômico e socioespacial, nas escalas do local ao nacional da Furg. Na continuidade de meus estudos, a vivência na Universidade levou-me a buscar compreender o quanto as políticas públicas orientadas pela concepção de um governo federal podem influenciar e modificar a realidade de uma universidade e de seu entorno. É nesse contexto, que a presente dissertação se justifica.

Na década de 1990, enfrentaram-se diversos debates sobre o ideário de um projeto neoliberal, o qual almejava como foco principal a lógica do Estado mínimo. Tal lógica perversa pretendia delegar à iniciativa privada áreas sociais até então mantidas pelo Estado, a fim de auferir lucros maiores e expandir mercados. Esse projeto teve sua concepção após a II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte, e colocava-se teoricamente contra ao igualitarismo promovido pelo estado de bem-estar social. No início, era bastante questionado. A partir de 1973, quando o mundo capitalista avançou em uma profunda crise derivada do 1º choque do petróleo, o neoliberalismo promove mudanças no cenário global. As mudanças foram profundas em países como Austrália, Nova Zelândia, EUA, Canadá e, principalmente, na Inglaterra.

No Brasil, somente a partir do final da década de 80 do século passado, é que vamos perceber tal projeto, quando para enfrentar um período hiperinflacionário, herança dessa década, o governo adere a uma irrestrita abertura comercial e aos processos de privatização, tendo como norte o Consenso de

Washington. Para melhor entendimento das questões citadas acima, é interessante ver o posicionamento de Paulo Nogueira Batista (1994, p.18), quanto aos objetivos do Consenso de Washington:

As propostas do Consenso de Washington nas dez áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; e, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.

O Consenso de Washington constituiu-se em um programa proposto na capital dos Estados Unidos, em 1980, por vários pensadores neoliberais. Conforme Paulo Nogueira Batista (1994), as áreas de avaliação do Consenso abrangeram: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual.

É a partir de 1994, que as reformas de reconstrução do Estado começam a tomar forma. Segundo Bresser Pereira (1998), elas visavam à reconstrução do Estado, através da: reconstituição da poupança pública, superação da crise fiscal, redefinição das formas de intervenção do Estado, implementação da reforma administrativa. Ao contrário dos objetivos propostos, nesta década de 1990, teve-se no País uma das maiores concentrações de renda, só perdendo para três paupérrimos países africanos, uma crise que se arrastou por duas décadas, com índices de violência e desemprego jamais vistos e com a questão do aprofundamento da crise das universidades.

Nesse cenário de expansão de mercados, grupos ideologicamente afinados com o discurso neoliberal escolheram a educação como investimento financeiro, em especial, a educação superior, inclusive estando a educação dentro

dos doze setores de serviços referidos no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços - AGCS. Segundo Dias (2002), o Secretariado da Organização Mundial do Comércio - OMC, com o apoio de representantes de alguns governos que contraditoriamente aprovaram a Declaração de Paris, a qual decidiu manter o ensino superior como um direito e um bem público, criou normas que tratassem o ensino superior como mercadoria a ser comercializada e liberalizada, retirando dos Estados nacionais, em termos práticos, o direito de decidir com soberania sobre ações que visavam formar cidadãos conscientes e responsáveis. Conforme Emir Sader (2005), a OMC favorece o comércio em detrimento dos valores humanos e dos direitos sociais e tenta impor o chamado “livre comércio” para setores estratégicos ao desenvolvimento social do País.

Paralelamente, outros grupos se posicionaram em defesa da educação pública, definido no chamado Acordo de Santiago, quando realizada a I Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-Americanas, em Santiago no Chile, (PANIZZI, 2000, p.11): *o público é o que pertence a todo povo. A Universidade Pública é o que pertence à cidadania e está a serviço do bem comum.* Buscaram, dessa forma, demonstrar que as universidades são instituições públicas e que, por sua essência, devem estar comprometidas com uma educação de qualidade e com pertinência social, efetivamente preocupadas com as questões que impactam o dia a dia da comunidade em que estão inseridas, ao mesmo tempo em que devem encontrar e propor soluções para o equacionamento das mesmas, demonstrando que o investimento retorna à população.

Segundo Camargo (2009), ainda se faz necessária a organização dos que pensam e defendem a educação pública, no sentido de promover o debate sobre o compromisso de considerar a educação superior como “bem público social”.

O termo bem público social possui significado singular, diante do quadro de disputa entre o público x o privado, pois sinaliza que além de ser um direito universal deve ter pertinência para a sociedade em que está inserido. Portanto, conforme a Declaração da Conferência Regional de Educação Superior - Cres 2008, evento que reuniu dirigentes e estudiosos do ensino superior da América Latina e Caribe, em Cartagena das Índias, na Colômbia, independentemente da natureza jurídica, a educação superior está vinculada aos seguintes valores e princípios:

- afirmar a noção de qualidade vinculada à pertinência e inclusão social;
- formar e promover uma cultura democrática e cidadã, em colaboração com os níveis prévios de educação;
- afirmar os valores humanísticos e da promoção da cultura e da Paz, o respeito e valorização da diversidade cultural e o compromisso com o desenvolvimento humano e sustentável;
- gerar condições para o diálogo entre pares com outras regiões do planeta, com ênfase na cooperação sul-sul;
- contribuir para a solução dos problemas sociais mais graves e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).<sup>2</sup>

Ainda, contribuindo para a defesa do relevante papel do ensino superior, especialmente o desenvolvido nas universidades, Luiz Carlos Menezes (2000, p.48) afirma:

[...] a Universidade é um espaço privilegiado de aprendizado, investigação, debate e proposição, sendo insubstituível não porque todos deveriam se formar em universidades, mas porque a presença dela é essencial no espectro dos espaços formativos de uma nação, por sua condição de autonomia de investigação e de ensino, assim como pelo trabalho intelectual, mantendo permanente debate interdisciplinar.

Portanto, é inconcebível pensar em um país que queira lançar-se ao mundo desenvolvido sem dar a devida atenção e alocação de investimentos no que tange à educação, que se caracteriza como um bem inalienável para o desenvolvimento da pesquisa, ciência e inovação. Porém, apesar dos profícuos

---

<sup>2</sup> Princípios estabelecidos à educação na Conferência Regional de Educação Superior – Cres – 2008.

debates em defesa da educação pública, em 1990, algumas reformas neoliberais foram implementadas e levaram as universidades brasileiras a uma crise sem precedentes, com relação à contratação de recursos humanos e investimentos para sua manutenção, dentre elas, também, a Universidade Federal do Rio Grande - Furg.

A Furg tem sua vocação direcionada aos ecossistemas costeiros e oceânicos, com foco para o local/ regional, tendo assim diversos projetos voltados para a construção de um saber vinculado à realidade local, sem perder de vista as meso e macroescalas regional, nacional e global. Ao desempenhar um papel de construtora do conhecimento para alavancar, em especial, o desenvolvimento local e regional, é, ao mesmo tempo, em função de sua autonomia, promotora do reconhecimento do ser cidadão, capaz de pensar e transformar o mundo a partir do local, pois conforme enfatiza Moraes (1996, p.15), *formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem.*

Baseada em sua autonomia e considerando a mudança proposta pelo Governo Lula, que a partir de 2003 aponta com perspectivas diferenciadas às políticas públicas de educação, efetivando a criação e expansão de novos campi, implementando a expansão da educação a distância, expandindo, com a criação de novas escolas, o ensino técnico do País e, em 2007, lançando o Plano de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, a Furg vive hoje outro momento, no que se refere ao orçamento, reposição de pessoal (docentes e técnicos-administrativos em educação). Essa nova realidade oportunizou a expansão da Furg, inclusive, com ensino semi-presencial fora da sede, atendendo diversos municípios como Chuí, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São

Lourenço do Sul, Tavares, Mostardas e Santo Antônio da Patrulha; novos campi presenciais, em São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Santo Antônio da Patrulha; além da criação de novos cursos e o acréscimo de vagas nos já existentes em sua sede.

A estreita relação com o fazer diário da Furg e o entendimento da fundamental contribuição das universidades públicas federais na transformação socioeconômica e socioespacial da sociedade brasileira é base fundamental para a construção da presente dissertação.

Portanto, esta pesquisa tem por objetivo geral, demonstrar, através de um estudo de caso, focado na Universidade Federal do Rio Grande, as novas territorialidades desta Instituição, no contexto da expansão do ensino superior, especialmente a partir de implementação do Reuni.

Como objetivo específico ela tem:

✓ Visualizar a dimensão socioespacial e socioeconômica em momentos diferenciados vividos pelas universidades, em especial a Furg, referente à década de 90 e a primeira década do século XXI, a partir da expansão, em 2007.

A problemática aqui levantada consiste em avaliar o papel desempenhado pela Universidade Federal do Rio Grande - Furg, diante de um contexto de expansão das Instituições Federais, no que se refere à contribuição para o desenvolvimento local e regional, a partir da análise de sua dimensão socioespacial e socioeconômica, em virtude de suas novas territorialidades. Por se tratar de tema bastante complexo e amplo, não serão abordados todos os aspectos, mas tão somente aqueles que possibilitem perceber a dimensão socioespacial, a partir de novas territorialidades, levando-se em conta a ascensão no plano federal

de um novo governo que considera a educação como investimento social para o desenvolvimento do País.

Com vistas a alcançar os objetivos aqui propostos, bem como responder a problemática apresentada, esta pesquisa teve como orientação metodológica de investigação o Estudo de Caso focado na dimensão socioespacial da Universidade Federal do Rio Grande - Furg.

Segundo Ventura (2007), o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar, para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. São quatro as fases que caracterizam o delineamento de um estudo de caso: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; e, d) elaboração do relatório.

Com relação à primeira fase, a definição do objeto desta pesquisa, situa-se no mapeamento dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande, abrangendo um recorte temporal no período que data de 1990 a 2000, momento caracterizado pela retração de investimentos, e de 2007 a 2011, período em que foi proposto às universidades a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, a partir de dados coletados junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, à Pró-Reitoria de Graduação – Prograd e à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - Proplad. Os dados coletados foram organizados de forma a permitir a leitura da origem dos estudantes da Furg. Na década de 90, na escala local (Rio Grande), identificando os bairros em que o estudante reside. Na escala regional (RS), identificando os

municípios do Estado do Rio Grande do Sul e, na escala nacional (País), os Estados em que a Furg, por meio da origem de seus estudantes, está presente. Na primeira década do século XXI, a partir de 2007 até 2011, foram coletados os dados referentes à origem dos estudantes da Furg quanto aos Estados do País e os municípios do Rio Grande do Sul.

Para a década de 90, os referidos dados também foram coletados de forma que se pudesse apurar os diversos cursos em que os estudantes estão matriculados.

Salienta-se que a pesquisa esteve centrada nos estudantes efetivamente matriculados.

Buscou-se também outros indicadores que demonstrassem o papel desempenhado pela Furg e a sua inserção na comunidade local.

A fim de melhor observar a espacialização e as novas territorialidades da Furg foram construídas tabelas, gráficos e mapas, a partir dos dados levantados, utilizando-se softwares específicos, tais como o Terraview, Corel Draw, Excel e Acess.

Para fundamentar teoricamente a elaboração da análise e interpretação dos dados, tomou-se por base autores que tratam de temas como políticas públicas para a educação, em especial para o ensino superior, desde a orientação para o Estado mínimo e suas consequências até a educação como área estratégica para o desenvolvimento social do País, além de autores que abordam temáticas geográficas, em especial voltadas à territorialidade e espacialidade.

Pensar o mundo a partir dos processos locais que (re)produzem em cada espaço uma nova territorialidade, as ocorrências desses processos se repetem, conforme a (des)ordem estabelecida, tendo em vista interesses



econômicos e políticos. Os paradigmas são instituídos por sujeitos sociais, histórica e geograficamente situados e, desse modo, a crise desses paradigmas é, também, a crise da sociedade e dos sujeitos que a constituíram (GONÇALVES, 2001).

É cada vez mais comum se ouvir falar de processos globais, tudo parece que ficou grande, distante, intangível, ao mesmo tempo em que está significativamente próximo. Percebemos-nos entre “a ordem próxima e a ordem distante”. São repassados valores e conceitos quase inquestionáveis. O mundo, ao mesmo tempo em que cresce, ultrapassa fronteiras e se torna multicultural, proporciona mudanças significativas no dia a dia de cada homem e de cada mulher. Esses processos se reproduzem simultaneamente em escala global e local.

As desigualdades se aprofundam e as relações se complexificam de maneira a não entendermos mais quais as nossas ações e falas conscientes, se é que elas são possíveis, pois senão estariam sempre imbricadas de (re)significados. Importante refletir sobre o que Cornelius Castoriadis (1982), considerava um dos maiores legados dos gregos, de que são os próprios homens e mulheres que criam seu próprio mundo.

De acordo com Gonçalves (2001), o território é considerado como suporte, como se fora uma base da sociedade, e como tal, algo sobre o que a sociedade se ergue que, todavia, não tem maiores implicações sobre o devir. Seus limites fronteiriços são vistos como um invólucro externo que delimita a soberania entre os Estados, como se esse limite externo não contivesse as marcas dos protagonistas internos que os instituíram.

Ainda, conforme Gonçalves (2001), o território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão

inscritas em processos, sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (BORDIEU, 1989). Parafrazeando Moraes (1995), produzimos historicamente as formas espaciais, a partir das relações sociais que as originam.

Nesse viés, é imprescindível que nos demos conta do fundamental papel que homens e mulheres desempenham, no sentido de construir o espaço vivido, de transformar a realidade, a partir de ações e comportamentos no dia a dia. Milton Santos (2004, p.234) nos traz à reflexão sobre a indivisibilidade entre o material e o simbólico, dizendo que:

O espaço geográfico é um misto, um híbrido, formado da visão indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade formam configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não vem instalar-se para criar um espaço.

A experiência é de cada pessoa e é condição e produto da vida pessoal em sociedade.

Nesse sentido, percebemos as escalas geográficas totalmente imbricadas, de forma que, quando pensamos o local, não podemos deixar de pensar nos processos globais, pois esses refletem diretamente no fazer diário da sociedade. De acordo com Herod (2007), podemos analisar a relação do global/local, por meio de 5 interpretações: a) o global e o local não são coisas, mas meios de construir situações; b) o global e o local, cada um deriva do significado do que eles não são; c) o global e o local oferecem pontos de vistas nas redes sociais; d) o global é local, firmas multinacionais são na verdade mais multilocais que globais; e, e) o local é global, o local é somente onde os processos globais ocorrem na superfície da Terra. Ele ainda define que todos os espaços são híbridos do local e do global, e que,

portanto, são *glocais*<sup>3</sup>. Dessa forma, demonstra o imbricamento que citamos acima, referente às escalas; expressam a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real.

A busca de novas territorialidades e as tensões geradas pelo sistema vigente nos levam à reflexão nas palavras de Foucault (GONÇALVES, 2001, p.234):

A transformação da “sociedade disciplinar” para uma “sociedade de controle”, em que, os espaços de conformação da subjetividade – a família, a escola, o asilo, a prisão, a fábrica, o estado-nação, o mundo – [...] não (são) mais definidos da mesma maneira. A crise significa, em outras palavras, que hoje os cercados que costumavam definir o espaço limitado das instituições foram derrubados, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha por todo o terreno social.

Nesse cenário de uma sociedade de controle, em que o poder de grandes corporações tenta envidar esforços para adestrar as pessoas, no sentido de ditar formas de comportamentos e cultura, faz-se necessária a busca de novas territorialidades, com o objetivo de identificar-nos nos mais diversos espaços, sejam eles local, regional, nacional ou global, pois conforme enfatiza Gonçalves (2001), estamos diante do desafio de *geo-grafar* nossas vidas, nosso planeta, buscando conformar novos territórios e novas territorialidades, a fim de re(construir) uma sociedade, a partir do espaço vivido e produzido, pois todos são responsáveis pelas relações sociais que nela se praticam. Como observa Moraes (1996, p.32), por análise geográfica entende-se:

Um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia de substância da formação cultural de um povo.

---

<sup>3</sup> Tradução da autora.

Nessa senda, as universidades assumem relevante papel na análise geográfica, uma vez que sua atuação repercute nas escalas local, regional e nacional/global, o que implica em compreender como as mesmas, ao se territorializarem, espacializam suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

O conceito de espaço é constantemente confundido com o de território. Segundo Spósito (2004), o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias etc., ou seja, pelas diversas maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza.

Ainda de acordo com Spósito (2004), há largamente difundida uma concepção naturalista de território, que tem mobilizado nações e exércitos para sua conquista. Quando se encara o território em sua concepção clássica do imperativo funcional, ele termina por se transformar em um elemento da natureza, pelo qual se deve lutar para conquistar e proteger.

Uma segunda abordagem, mais voltada para o indivíduo, de acordo com Spósito (2004, p.113):

Diz respeito à territorialidade e sua apreensão, mesmo que sua consideração carregue forte conotação política. Temos aí, o território do indivíduo, seu “espaço” de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos, e portanto, da cultura, das interações, cuja referência básica, é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar.

Corroborando essa afirmativa, Quaini (1974) entende o território como produto social histórico, econômico, político e culturalmente constituído.

Uma abordagem bastante relevante sobre análise geográfica encontramos em Raffestin (1993), para quem o objeto de estudo da geografia é

formado pelas relações sociais, efetivadas entre os sujeitos e o objeto, ou seja, as relações que se concretizam no território e significam territorialidades, sendo essas territorialidades conceituadas com um caráter relacional: produto de uma coletividade, na qual os indivíduos mantêm relações entre si.

De acordo com Moraes (1996), as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais). É nesse sentido que Haesbaert (2007, p.68), afirma:

[...] num mundo dito globalizado como o nosso, o acesso pleno a um território como “experiência integrada do espaço” só se dará quando todos, de alguma forma, puderem vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas, pois o território é, hoje, sobretudo, multiescalar e um território-rede. Por isso o combate à desterritorialização enquanto exclusão socioespacial significa também o acesso amplo às diferentes escalas e redes que, ainda hoje constitui-se um privilégio de uma elite planetária cada vez mais autosssegurada.

A Furg, enquanto produto da ação coletiva, inicialmente local, posteriormente nacional, traduz projetos, interesses, necessidades, utopias que se geo-grafizam em novos territórios multiescalares, ensejando novas territorialidades, a partir do relevante compromisso social assumido pelas universidades públicas federais, quanto ao seu papel de agente transformador da realidade, nas escalas local, regional e nacional/global.

Nesse sentido, este trabalho buscou demonstrar as novas territorialidades da Furg e está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, o tema trabalhado está relacionado com o ensino superior no Brasil na década de 90 e na primeira década do século XXI, considerando as políticas neoliberais no Mundo e no Brasil, bem como as universidades públicas federais nos anos 90 e as estratégias do Estado para as universidades públicas federais, a partir da ascensão de um novo governo federal; no segundo capítulo, tem-se por tema a Furg nos anos 90, em suas

dimensões socioespacial e socioeconômica; o terceiro capítulo faz referência ao projeto da Furg, demonstrando sua dimensão socioespacial e as novas territorialidades frente às políticas públicas de expansão, a partir da adesão ao Reuni, em 2007. Por fim apresentam-se as Considerações Finais.

## **Capítulo 1 - O ensino superior federal no Brasil dos anos 90 à primeira década do Século XXI**

Neste capítulo serão abordadas questões relativas às políticas neoliberais no Mundo e no Brasil e a sua repercussão para as universidades públicas federais, partindo da polêmica discussão de como o Estado deve atuar na conjuntura social, diante de um quadro de retração de investimentos no ensino superior, baseado em uma lógica neoliberal, até a adoção de políticas voltadas à educação como área estratégica ao desenvolvimento do País.

### **1.1 – As políticas neoliberais no Mundo e no Brasil nos anos 90**

O projeto neoliberal implantado a partir do final da década de 80 teve como lógica o Estado mínimo. Essa lógica objetivou delegar à iniciativa privada áreas sociais até então mantidas pelo Estado, a fim de auferir lucros maiores e expandir mercados. O surgimento desse projeto foi acompanhado de resistência e oposição. De acordo com Emir Sader (2005), as principais teses do neoliberalismo são as de que o livre comércio e a livre circulação de capitais favorecem o crescimento econômico e o acesso crescente a todos aos bens produzidos em todas as partes do mundo.

Na mesma linha de pensamento, segundo Perry Anderson (1995), o neoliberalismo teve origem após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo, colocando-se contra, teórica e politicamente, ao igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar social. Seu primeiro pensador foi F. Hayec, que em 1944, escreveu um texto chamado “O

Caminho da Servidão”<sup>4</sup>. Ele, juntamente com Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Walter Lipman e outros, argumentavam que este igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual, dentro de sua teoria, dependia a prosperidade de todos. Eles desafiaram o consenso da época, argumentando que a desigualdade era um valor positivo.

Como à época o capitalismo alcançava seu auge, Hayec e seus seguidores faziam reuniões internacionais a cada dois anos, na tentativa de agregar forças às suas ideologias. A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista mergulhava numa longa crise, permitiu que o neoliberalismo, até então questionado, ganhasse espaço. A partir daí, a ideologia neoliberal vem mudando o cenário econômico e social em todo o mundo. Esse projeto neoliberal orientou reformas profundas numa escala global, onde países como a Nova Zelândia, Austrália, EUA, Canadá e, especialmente, a Inglaterra, no Governo de Margaret Thatcher, seguiram tal concepção. Ainda nas palavras de Perry Anderson (1995), as reformas no mundo ocorreram da seguinte maneira:

1 - Na Inglaterra, os governos de Margareth Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. Lançou-se num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando, em seguida, a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse

---

<sup>4</sup> Texto de origem do neoliberalismo



pacote de medidas foi o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado;

2 - Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética. Essa corrida armamentista sem precedentes envolveu gastos militares enormes e criou um dos maiores déficits públicos da história norte-americana;

3 - No continente europeu, os governos de direita desse período praticaram um neoliberalismo mais cauteloso que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos;

4 - Por volta de 1982 e 1983, o governo socialista na França viu-se forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso drasticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, as concessões fiscais aos detentores de capital e o abandono do pleno emprego;

5 - Na Espanha, o governo de Felipe González mostrou-se firmemente monetarista em sua política econômica, grande amigo do capital financeiro, favorável ao princípio de privatização e sereno quando o desemprego rapidamente alcançou o recorde europeu;

6 - Na Austrália e Nova Zelândia, o mesmo padrão assumiu proporções verdadeiramente dramáticas. Sucessivos governos trabalhistas ultrapassaram os conservadores locais de direita com programas de neoliberalismo radical: na Nova Zelândia, provavelmente o exemplo mais extremo de todo o mundo

capitalista avançado, desmontou-se o Estado de bem-estar de forma mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra.

Como bem observa Perry Anderson (1995), é pertinente salientar que, no início, somente governos explicitamente de direita radical atreveram-se a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se diziam e se acreditavam de esquerda, podiam rivalizar com eles em zelo neoliberal. O impacto do triunfo neoliberal tardou a ser sentido em outras partes do globo, em especial, na América Latina.

Como ressalta Wilson Cano (1995), no Brasil, a reforma do Estado começou nos anos 80, em meio a uma grande crise econômica, quando o Estado autoritário facilitou o setor privado devedor, “estatizando” seus débitos externos, fazendo com que as obrigações privadas junto aos bancos internacionais, que representavam em torno de três quartos da dívida externa brasileira, passassem a cerca de um quarto, estatizando, assim, a maior parte da dívida externa brasileira. Essa dívida fez com que o Estado se convertesse no maior comprador de títulos cambiais. Viu-se ainda, obrigado a se endividar internamente e a elevar cada vez mais a taxa de juros no mercado financeiro interno, para poder colocar seus títulos públicos.

De acordo com Wilson Cano (1995), nascia nesse momento a chamada “ciranda-financeira”, com o circuito *dívida externa / dívida interna / déficit público / emissão de títulos públicos / nova ampliação da dívida interna*. Isso provocou o descontrole inflacionário e o Brasil iniciou a década de 1980 de forma melancólica, mergulhado em sua mais profunda crise econômica e social.

A partir de 1990, as reformas tomaram realmente forma, quando para enfrentar o período hiperinflacionário, o governo aderiu a uma irrestrita abertura

comercial e aos processos de privatização e terceirização, tendo como norte o receituário econômico do Consenso de Washington.

Segundo Bresser Pereira (1998), as reformas envolviam não só a esfera administrativa, como também, no plano diretamente fiscal, a reconstituição da poupança pública e a reforma da previdência social, e, no plano político, as reformas visam dar maior governabilidade ao governo por meio da constituição de maiorias políticas mais sólidas.

Ainda, segundo Bresser Pereira (1998), o ajuste fiscal, a privatização, a liberalização comercial, a desregulação, a reforma administrativa pública são, na verdade, reformas que fortalecem o Estado, devolvendo-lhe a governança democrática, tendo como objetivo não apenas garantir os contratos, mas também complementar o mercado na tarefa de coordenar a economia e promover uma distribuição de renda mais justa. Tal reforma visava à reconstrução do Estado que significava a recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal, redefinição das formas de intervenção no econômico e no social, por meio de contratação de organizações públicas não estatais, para executar os serviços de educação, saúde e cultura, e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Ao contrário dos objetivos traçados, o Brasil enfrentou uma das maiores concentrações de rendas do mundo. Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2002, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, estava à frente somente de países como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia, paupérrimos países africanos.

Juntamente a esse índice, o País, apesar das reformas, na referida década, não conseguiu retomar a rota do crescimento e desenvolvimento

sustentável – condição essencial para resgatar a dívida social, haja vista que a vulnerabilidade externa que o País atravessou e os frustrantes indicadores econômicos e sociais demonstraram a fragilidade do sistema e do pensamento neoliberal daqueles que acreditavam que bastaria controlar a inflação, liberalizar a economia, reduzir o tamanho do Estado e abrir as portas aos investimentos externos para superar-se uma crise que ultrapassou duas décadas.

A tentativa de implantação de tal sistema resultou em um País afundado numa enorme crise social, com índices de desemprego e violência jamais vistos. Decorrente do caos gerado em diversos países ditos subdesenvolvidos ou do 3º Mundo, os países que formavam o G-7<sup>5</sup> admitiram repensar as políticas traçadas no Consenso de Washington, pois perceberam o esgotamento de tais políticas, as quais eram vistas apenas sob a ótica do plano econômico, necessitando, então, adotar reformas também sociais no receituário do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

De acordo com Emir Sader (2005), essas transformações neoliberais geraram, desde o começo de sua colocação em prática, resistências, apesar das poderosas forças econômicas, políticas e de propaganda que as impuseram. Esse movimento de resistência ao neoliberalismo desembocou nos Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre sob o lema: “Um outro mundo é possível”. Os referidos fóruns foram pensados no sentido de espaço de idéias que poderiam se contrapor às defendidas nos Fóruns Econômicos de Davos, não para contestar, mas para opor a este uma alternativa, pois, segundo Emir Sader (2005), desde a realização dos primeiros Fóruns – a partir de 2000 – ficou claro que os grandes temas de interesses da humanidade são discutidos nos Fóruns Sociais e não em Davos, configurando

---

<sup>5</sup> Grupo dos sete países mais ricos.

que não se trata de um Fórum anti-Davos, mas de construção de uma alternativa global ao neoliberalismo.

Ver-se-á a seguir, o papel que as universidades públicas federais desempenharam no Brasil e a forma como foram tratadas, em razão do projeto neoliberal mencionado acima, implementado na década de 90.

## **1.2 - As universidades públicas federais nos anos 90**

As universidades públicas federais foram criadas em 1920 (Fávero, 1999), quando surgiram as cátedras que se articularam e deram origem às faculdades, que depois de multiplicadas, reuniram-se e constituíram grande parte das universidades hoje existentes, as quais são responsáveis por grande parte das pesquisas realizadas nas últimas décadas no Brasil. Além desse aspecto, elas possuem um papel social de extrema relevância, no que tange à formação de cidadãos, capazes de pensar a sociedade, identificar os problemas sociais e apontar soluções para os mesmos.

As universidades públicas federais, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias, devem estar preparadas para resolver os problemas advindos de tais progressos, tanto nos planos social, econômico e ambiental, como também nas mudanças da vida das pessoas. Porém, em decorrência das contradições do sistema, nem sempre esse papel é cumprido de forma efetiva, pois nota-se, às vezes, que a estrutura das universidades serve como elemento mantenedor do *status quo*, apenas formando mão de obra qualificada, não diferente das universidades privadas defendidas pelo discurso neoliberal, as quais, muitas vezes, estão voltadas unicamente para as leis

de mercado. Diante dessas contradições, é importante ressaltar a análise de Luiz Carlos Menezes (2000), que remete à reflexão sobre a necessidade social de o ensino superior ser tratado como mercadoria ou merecer ser reconhecido como área estratégica de Estado.

Em função da onda privatista que dominou os anos 90, as universidades públicas federais atravessaram uma crise de financiamento sem precedentes. Foram destinados a essas Instituições poucos recursos orçamentários e financeiros, os quais estavam aquém do necessário para o desenvolvimento de suas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão).

Como se não bastassem os reduzidos recursos, o Governo Federal realizou a cada ano novos cortes, tornando praticamente impossível a manutenção dessas Instituições. Tais cortes aprofundaram o estado de sucateamento da infraestrutura pública de ensino superior, o qual foi percebido por todos os setores, desde a falta de equipamentos e material de consumo, à ausência de políticas de valorização dos servidores docentes e técnico-administrativos, até a proibição de realização de concursos públicos.

Esse sucateamento era parte da estrutura do projeto neoliberal, pois, dessa forma, demonstrava-se que a universidade pública federal não estava cumprindo com o seu papel, como foi feito com outras instituições públicas que foram privatizadas. Grupos ideologicamente afinados com o discurso neoliberal escolheram a educação como investimento financeiro, em especial, a educação superior, inclusive, tentando a sua inserção na Organização Mundial do Comércio (OMC), conforme relata com preocupação a Carta de Porto Alegre, redigida na III Cumbre Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas (**Anexo 1**).

Nesse sentido, bem lembra Marilena Chauí (2001, p.177) ao se referir ao papel do Estado: *[...] ao colocar a educação no campo de serviços, deixa de considerá-la direito dos cidadãos e passa a tratá-la como qualquer outro serviço público que possa ser terceirizado ou privatizado*, sendo que as terceirizações ocorreram em todas as universidades, em virtude da não realização de concursos públicos.

Em 1998, a Associação dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes propôs ao Mec um protocolo de intenções, comprometendo as universidades federais com o crescimento de 10% ao ano das vagas discentes de graduação e pós-graduação. Em contrapartida, o Ministério deveria ampliar o orçamento de manutenção na mesma taxa, além de efetivar, no quadro, os oito mil docentes nas vagas existentes e fixar o número de técnico-administrativos em índice igual ao de 1996. A reposição dos docentes ficou aquém dos cargos vagos e durante a década estudada, não houve reposição de pessoal técnico-administrativo.

Esse quadro, de alguma forma, contribuiu para os índices de desemprego estrutural, pois, não havendo concursos para suprirem as vagas existentes (algumas decorrentes de aposentadorias de servidores relativamente jovens, no ponto mais alto e produtivo de suas carreiras, em face da implementação da reforma gerencial), foram contratados professores substitutos e “alunos-bolsistas” para ocuparem essas vagas. Porém em nenhum dos casos consegue-se firmar um vínculo maior com as instituições, já que as contratações são por no máximo dois anos.

Nota-se ainda, que diante das dificuldades financeiras encontradas e na busca de solucioná-las, as saídas, muitas vezes, foram as de mercado, haja vista

o papel que as fundações de apoio têm desempenhado em diversas universidades, como captadoras de recursos junto à sociedade, esquecendo-se, dessa forma, a função de responsabilidade social das universidades, pois se caracterizam como um local privilegiado do saber. As universidades públicas federais não podem se transformar em meras prestadoras de serviços, pois em todas as suas atividades devem estar indissociados o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo necessário que o aprendizado e a produção do conhecimento sejam feitos cotidianamente com a sociedade, a fim de que a universidade cumpra com sua função social de reflexão e crítica à realidade estabelecida.

Na década de 90, o Brasil possuía cerca de 53 Instituições Públicas de Ensino Superior. Destas, 39 eram instituições federais, ou seja, os seus recursos, majoritariamente, são provenientes do Governo Federal. Essas instituições federais foram distribuídas de forma a ter pelo menos uma por unidade federativa, sendo que alguns Estados se destacaram nessa distribuição por possuírem duas ou mais Ifes. É o caso do Rio Grande do Sul - RS, que possuía, na referida década, 4 Instituições Federais de Ensino Superior (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Universidade Federal de Pelotas - Ufpel e a Furg), ficando atrás apenas do Estado de Minas Gerais, em número de Ifes.

Tal distribuição de universidades públicas federais teve, provavelmente, motivações geopolíticas de parte do Estado Brasileiro, pois, no RS, três das quatro Universidades estão localizadas fora do coração urbano-industrial do Estado (triângulo Porto Alegre – Caxias do Sul – Santa Cruz do Sul), em áreas com histórica vocação agropecuária, comum às regiões planaltinas, conformando a maior zona de fronteira aberta do Brasil.



Estrategicamente situadas, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi direcionada a atender prioritariamente a região Central, Vale dos Rios Pardo e Taquari, Alto Uruguai e Missões, bem como a Fronteira Oeste; a Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) foi direcionada a atender prioritariamente as regiões Sul, Fronteira Oeste e Vale dos Rios Pardo e Taquari; já a Universidade Federal do Rio Grande - Furg, além de atender prioritariamente as regiões Sul e Fronteira Oeste, tem sua vocação para os ambientes costeiros e oceânicos, expondo uma evidente preocupação tanto com a fronteira marítima do Atlântico Sul, como com os interesses nacionais no Continente Antártico.

No próximo item, será abordado o ensino superior no Brasil na primeira década do Século XXI, demonstrando as novas estratégias do Estado para as universidades públicas federais.

### **1.3 - As universidades públicas federais na primeira década do século XXI**

Segundo Henri Lefèbvre (2008), faz-se necessário diferenciar as necessidades impostas por uma sociedade de consumo, mergulhada em um sistema capitalista, e as necessidades sociais inerentes ao ser humano, para se entender a questão do direito à cidade e à vida urbana organizada, não em premissas capitalistas, mas em condições de igualdade, sendo necessário o comprometimento político de diversas áreas e grupos da sociedade, atuando de forma visionária e não se preocupando apenas com o que está ao alcance de ser realizável.

Nesse viés, a existência das universidades públicas federais é fundamental, pois as mesmas são responsáveis por desempenhar o papel de construtora do conhecimento para alavancar o desenvolvimento local/regional e, ao mesmo tempo, em função da autonomia, preconizada no Art. 207 da Constituição

Federal, são promotoras de reconhecimento do ser cidadão, com a função de pensar e transformar o mundo, a partir do local.

No cenário atual, faz-se importante refletir sobre as palavras de Marilena Chauí (2001, p.123):

A sociedade brasileira é uma sociedade autoritária, tecida por desigualdades profundas e gera um sistema institucionalizado de exclusões sociais, políticas e culturais. Isso faz com que a vocação científica tenda a reforçar a exclusão social. E essa exclusão pode ainda ser aumentada se a vocação política da Universidade for na mesma direção do que está imposto para o todo da sociedade, podendo, porém, entrar em choque com esta última, se a vocação política se propuser a diminuir o sistema de exclusões e, portanto, contestar o caráter excludente da vocação científica.

Ainda, nas palavras de Chauí (2001, p.209), o bem mais precioso da Universidade, que a distingue de outras instituições é:

Ser uma instituição social constituída por diferenças internas que correspondem às diferenças dos seus objetos de trabalho, cada qual com uma lógica própria de docência e de pesquisa, ao contrário das empresas que, por força da lógica do mercado, operam como entidades homogêneas para as quais os mesmos padrões de avaliação podem ser empregados em toda a parte: custo/benefício, quantidade e qualidade, velocidade da produção, velocidade da informação, eficiência na distribuição de tarefas, organização na planta industrial.

De acordo com a abordagem anterior, foi possível observar que em virtude da tentativa de implantação de um projeto neoliberal, as universidades federais perpassaram por uma crise de financiamentos sem precedentes. Foi após 2003, com a ascensão de um novo Governo Federal, que políticas públicas, no que tange a democratização do acesso, reestruturação, financiamento e expansão do ensino superior, foram implementadas no sentido de valorizar e recuperar o papel estratégico da educação para o desenvolvimento do País.

Conforme o Censo da Educação Superior, o total de matrículas nos cursos de graduação presencial nas Universidades Federais passou de 527,7 mil em 2003 para 696,7 mil em 2009. A oferta de vagas, que em 2003 era de 109,2 mil,

chegou a 187 mil em 2010, e a projeção é de que chegue a 243,5 mil até 2012 (Inep).

Nas palavras de Trigueiro Mendes (FÁVERO et ali, 2006, p.75), a expansão universitária deve estar pautada em duas condições, alternativas ou complementares:

A primeira consiste em ampliar e explorar até os últimos limites as possibilidades de utilização dos núcleos de ensino superior, qualitativamente sólidos; e a segunda, na criação de novos núcleos, igualmente consistentes, mediante um processo de implantação programada.

Esse foi o quadro que assistimos, a partir de 2003, com o incentivo do Governo Federal, na busca da expansão universitária. Foram criadas novas universidades e lançado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior. Essas iniciativas permitiram que as Instituições Federais planejassem o seu crescimento ao longo de quatro anos, possibilitando ainda, que discutissem internamente de que forma iriam atender as demandas advindas da comunidade em que estão inseridas. Segundo as palavras de 34 reitores de universidades federais, a educação a partir do Governo Lula está no rumo certo:

Nesse período foram criadas e consolidadas 14 novas universidades federais; instituiu-se a Universidade Aberta do Brasil; foram construídos mais de 100 campi universitários pelo interior do País; e ocorreu a criação e a ampliação, sem precedentes históricos, de Escolas Técnicas e Institutos Federais. Através do PROUNI, possibilitou-se o acesso ao ensino superior a mais de 700.000 jovens<sup>6</sup>.

Importante o posicionamento acima referenciado, pois de acordo com Trigueiro Mendes (Fávero et ali(org), 2005), os reitores exercem uma liderança e isso lhes confere não só o direito como o dever de conduzir as universidades,

---

<sup>6</sup> Manifesto dos Reitores/2010-Anexo 2.

segundo uma visão pessoal dos seus problemas, dos seus desafios e das suas prerrogativas. Nada pode substituir essa visão. Apenas cabendo ressaltar que, primeiro, ela é pessoal, enquanto fluindo de várias fontes, e plenamente assumida pelos reitores; segundo, porque ela representa um esforço de síntese para a qual a sua posição se torna privilegiada; terceiro, porque o equilíbrio que o governo universitário expressa e sustenta, não sendo estático, mas dinâmico, acompanha o fluxo da sociedade, da ciência e da cultura, e cabe aos reitores serem líderes, tanto do equilíbrio quanto da mudança, através da qual se introduz o elemento novo, desencadeador de novas predominâncias de sua política.

Ainda conforme Trigueiro Mendes (Fávero et ali(org), 2005), a liderança dos dirigentes universitários combina a pessoalidade e a impessoalidade – a primeira, como poder criador, capacidade de iniciativa e de antecipação; a segunda, como despojamento e objetividade. Há que se trabalhar sobre o presente e o futuro, tanto quanto sobre a rotina e a mudança. Para isso se faz necessário que os líderes sejam, ao mesmo tempo, semelhantes e dessemelhantes em relação à Instituição que lideram. Por serem semelhantes, reconhecem a validade de suas intenções e opções, e com elas, fazem causa comum; mas devem ganhar sobre elas a distância a que dá direito à visão prospectiva e à conquista de horizontes encobertos pelo cotidiano.

As palavras de Trigueiro Mendes (Fávero et ali(org), 2005), nos traz à reflexão sobre o importante papel que desempenham esses dirigentes, especialmente no contexto da expansão das universidades federais, pois a liderança desses reitores permitiu que as Instituições pudessem articular suas comunidades universitárias, repensar sua função social, na busca de um crescimento planejado, visando ao atendimento das demandas do local, da região e

do País. A visão de mundo e o dinamismo desses dirigentes são fatores fundamentais para a implementação de políticas públicas propostas pelo Governo Federal.

Nesse cenário de expansão, foram propostos diversos programas, no sentido de aumentar o acesso ao ensino superior, alguns especificamente para instituições públicas federais, outros dirigidos para as instituições privadas. Um desses foi o ProUni - Programa Universidade para Todos, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096<sup>7</sup>, em 13 de janeiro de 2005, oferece em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa.

O ProUni é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelo Exame Nacional de Ensino Médio - Enem.

Com o Decreto n°. 6095<sup>8</sup>, de 24 de abril de 2007, foram estabelecidas diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifet, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. O ensino técnico passa a ter outro significado para o desenvolvimento do País e é estimulada a criação de novas escolas técnicas.

A partir de 2007, o Governo Federal lançou, por meio do Decreto n°. 6096 (Anexo 3), um Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão

---

<sup>7</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm), acessado em 08.08.11.

<sup>8</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm), acessado em 20.08.11.

das Universidades Federais, o Reuni, o qual obteve a adesão de todas as Instituições Federais. A partir desse programa, as universidades puderam planejar o seu crescimento para 4 anos (2008-2012), com investimentos nas áreas física, de pessoal e também em seus orçamentos.

De acordo com o Caderno de Diretrizes, o Reuni definiu como um dos seus principais objetivos criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior, definindo como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito.

Outros aspectos também foram pontuados, tendo em vista o cenário oportuno de avaliação e discussão do papel das Instituições Federais de Ensino, destacando-se entre eles:

- a existência de flexibilidade curricular nos cursos de graduação que permita a construção de itinerários formativos diversificados e que facilite a mobilidade estudantil;
- a oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem;
- a disponibilidade de mecanismos de inclusão social, a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos.<sup>9</sup>

O Reuni não apontou para um único modelo, mas ao contrário, em respeito à autonomia das universidades e à diversidade das mesmas, foi possibilitado a escolha da forma de como iriam aderir ou não. Os projetos

---

<sup>9</sup> Livro de Diretrizes do Reuni

apresentados ao Reuni foram avaliados em função da consistência entre suas proposições e as exigências do decreto que instituiu o programa, bem como quanto à exequibilidade dessas proposições.

As 55 Instituições Federais Públicas e Gratuitas, cujos recursos majoritários são provenientes do Governo Federal, aderiram ao Programa Reuni. Para atendimento das iniciativas acordadas por meio de Termos de Adesão assinados entre o Governo Federal e as Ifes, foram pactuadas diversas metas a serem cumpridas por ambos os lados.

É necessário visualizar essa expansão das universidades associada à qualidade e, como não poderia deixar de ser, à pertinência social, pois de acordo com as palavras de Goergen (2008), são inseparáveis e não podem deixar de ter em conta a realidade à qual se destina. A partir desses conceitos de qualidade e pertinência, dirigimos o nosso foco de fazer ensino superior voltado à sociedade, preocupados com uma educação que pense o local, que busque o reconhecimento de sua existência e do seu relevante papel na população do entorno.

Ainda segundo Goergen (2008), o sentido social que antes se restringia à implantação de programas de extensão ou de prestação de serviços à comunidade, agora passa a ser pensado numa perspectiva interna que se reporta ao sentido social que deve ser inerente às próprias atividades de ensino e pesquisa de qualidade, ou seja, não basta o fazer extensionista para caracterizar a inserção na comunidade, é preciso repensar as ações com a perspectiva do social.

Outro tema que se insere na pertinência social das universidades é a adoção ou não de políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Criadas nos Estados Unidos, as políticas afirmativas foram adotadas em uma época, em que a segregação social/racial nesse País gerou sofrimentos profundos à

população. Há quem entenda a adoção de políticas afirmativas como medidas paliativas, ou ainda, usam o argumento de que o Brasil é um País multirraças e que não teria preconceitos raciais.

Cabe refletir se não existe ou se existe de forma velada, o que o tornaria ainda mais agressivo, aumentando ainda mais a responsabilidade social dessas Instituições, com vistas a construir uma sociedade mais igualitária, segundo Goergen (2008), buscando desenvolver a habilidade do pensamento heterológico, que é a capacidade de perceber e de pensar a partir do outro.

Outra medida que vem ao encontro da expansão e do atendimento àquelas pessoas que dificilmente teriam acesso ao ensino superior é o Sistema de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil. Criado por meio do Decreto 5.800/06<sup>10</sup>, o sistema está voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Nesse cenário de educação a distância, é importante ressaltar a forma como Graham, 1998 (Haesbaert, 2007, p.167) sintetiza as posições frente à relação entre sistemas de tecnologias de informação e espaço e lugar:

Primeiro há a perspectiva da substituição e transcendência – a idéia de que a territorialidade humana, e a dinâmica da vida humana baseada no espaço e no lugar, pode de algum modo ser substituída pelo uso de novas tecnologias. Em segundo lugar, há a perspectiva da coevolução, cujo argumento é o de que tanto os “espaços” eletrônicos quanto os espaços territoriais são necessariamente produzidos juntos, como parte de uma contínua reestruturação do sistema político-econômico capitalista. Finalmente, há a perspectiva da recombinação, que se vale de estudos recentes da teoria da rede-ator. Aqui o argumento é o de que é necessária uma visão inteiramente relacional das ligações entre tecnologia, tempo, espaço e vida social.

---

<sup>10</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm), acessado em 23.08.2011.



No mesmo ano de criação do Reuni, em 12 de dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa nº 39<sup>11</sup> do Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Educação Superior – Sesu, foi instituído o Plano Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Os recursos aportados foram da ordem de R\$ 125.000.000,00, 200.000.000,00, 295.000.000,00, em 2008, 2009, 2010, respectivamente. Em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto nº 7234<sup>12</sup> da Presidência da República, o Pnaes foi convertido em programa de estado, permanecendo a mesma sigla Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, aumentando o aporte de recursos para a ordem de R\$ 395.000.000,00, em 2011, sendo que a previsão para 2012 está em torno de 504.000.000,00. Essa consolidação demonstra o reconhecimento por ações que visam à permanência dos estudantes na educação superior.

Para atender a demanda das necessidades resultantes das políticas de expansão, foram contratados docentes e técnico-administrativos em educação. Atualmente, as 59 Universidades Federais possuem um total de 69 mil docentes e 105 mil técnico-administrativos em educação (Inep, 2010).

No próximo Capítulo, iremos contextualizar a Universidade Federal do Rio Grande – FURG na década de 90, durante a crise de financiamento das Universidades Federais.

---

<sup>11</sup> [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf), acessado em 25.08.2011.

<sup>12</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm), acessado em 25.08.2011.

## Capítulo 2 – Dimensões socioespacial e socioeconômica da Furg nos anos 90

A Universidade Federal do Rio Grande – Furg está inserida no tecido urbano da cidade do Rio Grande. O município está situado na Planície Costeira do Rio Grande do Sul, ocupando uma área de 3.338,35 Km<sup>2</sup>, localizado junto à margem continental sul do Brasil, com cerca de 200.000 habitantes, reconhecido pelas atividades portuárias (possui um dos mais importantes portos do país), industrial, militar e pesqueira.

A cidade teve seu pico de desenvolvimento por volta de 1970/1985. Na década de 90, novas empresas de serviços se instalaram na cidade, porém, empresas industriais foram fechadas. O índice de desemprego da cidade era bastante significativo. O Projeto do Distrito Industrial encontrava-se estagnado. O Projeto da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), por mudança de percepção ou desídia do Governo Federal, no que diz respeito à sua regulamentação, não só desta ZPE, mas como também de outras existentes no País, tornou-se inviável. Apesar de possuir esse potencial industrial e também turístico (tem-se a cidade cercada por águas, diversos museus, a praia do Cassino, a mais importante obra de engenharia portuária do mundo – os Molhes da Barra – e a Furg), a cidade era considerada, na década estudada, uma região estagnada quanto ao seu desenvolvimento.

A Furg foi fundada a partir da Escola de Engenharia, a qual se justificava pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que aqui existia, sendo em 08 de julho de 1953 instituída a Fundação Cidade do Rio Grande para melhor adequar-se aos moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

A falta de espaço físico adequado levou a Escola de Engenharia a funcionar, inicialmente, na Biblioteca Pública Rio-Grandense. A 24 de maio de 1955, pelo Decreto nº 37.378, foi autorizado o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial, reconhecida pelo Decreto nº 46.459, de 18 de julho de 1959, e federalizada pela Lei 3.893, de 2 de maio de 1961, como estabelecimento isolado.

Quando a filosofia educacional do país admitia, a título precário, o funcionamento de escolas isoladas no sistema de ensino superior e a Reforma Universitária preconizava a aglutinação de unidades independentes, menores, com complexos estruturais maiores, organizados em função de objetivos comuns, foi assinado o Decreto-Lei nº 774 (Anexo 4), pelo então Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, autorizando o funcionamento da Universidade do Rio Grande – Urg, em 20 de agosto de 1969, passando esta, então, a integrar o número de Ifes (Instituição Federal de Ensino Superior) do País, assumindo mais tarde, como vocação institucional, os Ecossistemas Costeiros e Oceânicos, que passaria a orientar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Furg, não diferente da realidade de outras universidades públicas federais, atravessou a mesma crise de financiamento das Ifes, em função da política adotada na década de 90 pelo Governo Brasileiro para com a educação pública superior. Porém, mesmo atravessando sérias dificuldades, pelo esforço de sua comunidade e pela vontade de crescer, tentou expandir, conforme poderá ser observado nos dados constantes nas tabelas a seguir:

**Tabela I – Evolução em m<sup>2</sup> da área construída**

ANO	ÁREA (m <sup>2</sup> )
1994	58.934,30
1995	66.849,89
1996	73.606,87
1997	73.606,87
1998	74.032,22
1999	76.665,11
2000	78.017,50

Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2000

**Tabela II – Evolução do número de técnico-administrativos em educação**

ANO	TÉCNICOS
1990	699
1991	681
1992	695
1993	707
1994	733
1995	962
1996	934
1997	902
1998	883
1999	863
2000	840

Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2000

A redução no quadro funcional de docentes efetivos da universidade contrasta com o número crescente de alunos matriculados em seus diversos cursos, como pode ser observado nos dados da Tabela III e IV, comprovando o enorme esforço que a instituição realizou, a fim de não só cumprir com suas funções, mas, na medida do possível, até mesmo ampliá-las.

**Tabela III – Evolução do número de docentes efetivos**

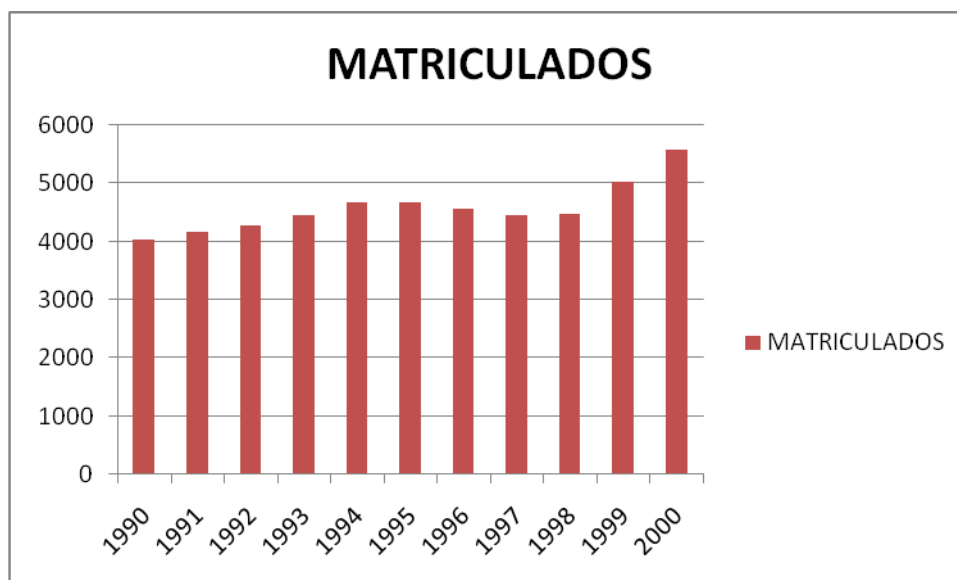
ANO	DOCENTES
1990	558
1991	534
1992	522
1993	544
1994	545
1995	513
1996	496
1997	491
1998	474
1999	472
2000	483

Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2000

**Tabela IV – Evolução do número de matriculados**

ANO	MATRICULADOS
1990	4029
1991	4166
1992	4284
1993	4450
1994	4666
1995	4668
1996	4566
1997	4459
1998	4486
1999	5036
2000	5584

Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2000



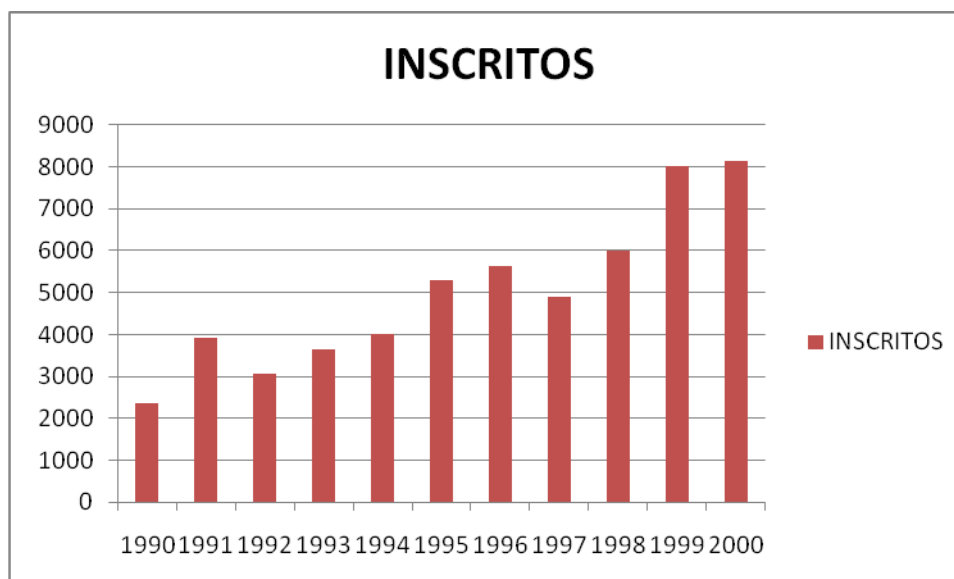
Fonte: FURG – Boletim Estatístico

Outro dado extremamente relevante e de fundamental importância para a abordagem socioespacial aqui objetivada, refere-se ao número crescente de inscritos no vestibular da Furg, conforme apresentado na Tabela V.

**Tabela V – Evolução do número de inscritos no vestibular**

ANO	INSCRITOS
1990	2366
1991	3914
1992	3051
1993	3644
1994	4008
1995	5291
1996	5639
1997	4909
1998	6009
1999	8025
2000	8158

Fonte: Furg – Boletim Estatístico

**Gráfico 1 – Evolução do número de inscritos no vestibular**

Fonte: FURG – Boletim Estatístico

Os dados demonstram que a Furg mais que triplicou em uma década o número de inscritos em seu vestibular. Reflexo de uma demanda nacional por ensino superior que cresce rapidamente em todo País. Esses dados, quando cruzados com os dados presentes nas tabelas VI, VII e VIII (Apêndices 1, 2 e 3), (Figuras 1; 2 e 3), permitem visualizar no médio e longo prazo um número bastante expressivo de estudantes provenientes de outras áreas do Estado e de outras regiões do País, colocando desafios crescentes aos estudantes locais.

Tal afirmativa baseia-se nos dados contidos nas tabelas VI e VII, e nas correspondentes figuras 1 e 2, que apresentam os locais de origem dos estudantes de todos os cursos da Furg na década de 90, tanto no plano nacional, como no regional.

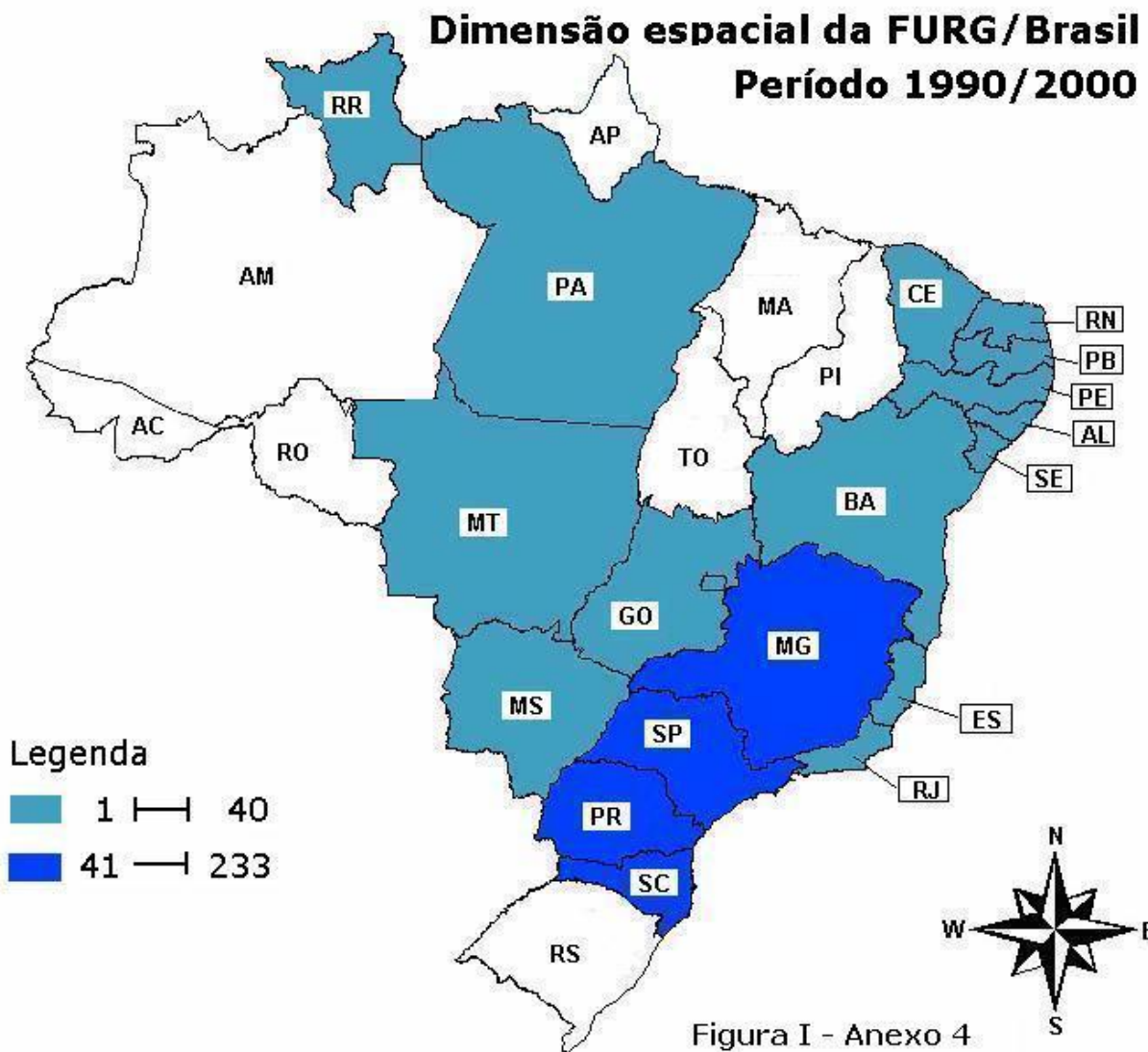
Na tabela VI (Apêndice 1) e na figura 1, que apresentam a dimensão socioespacial da Furg no contexto nacional, evidencia-se a enorme procura por estudantes de outros Estados pelos cursos de Oceanologia (predominantemente de

São Paulo), Medicina (predominantemente do Paraná, Santa Catarina e São Paulo) e Engenharias (predominantemente de Santa Catarina e Paraná).

Na tabela VII (Apêndice 2) e na figura 2, que apresentam a dimensão socioespacial da FURG no contexto regional, evidencia-se a enorme procura por estudantes de outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul pelos cursos de Engenharias (predominantemente de Pelotas e Bagé), Oceanologia (predominantemente de Pelotas e Porto Alegre), Medicina (predominantemente de Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo, Erechim, Caxias do Sul e Santa Maria), além da presença de Pelotas em praticamente todos os demais cursos, seguidos de São José do Norte e Bagé.

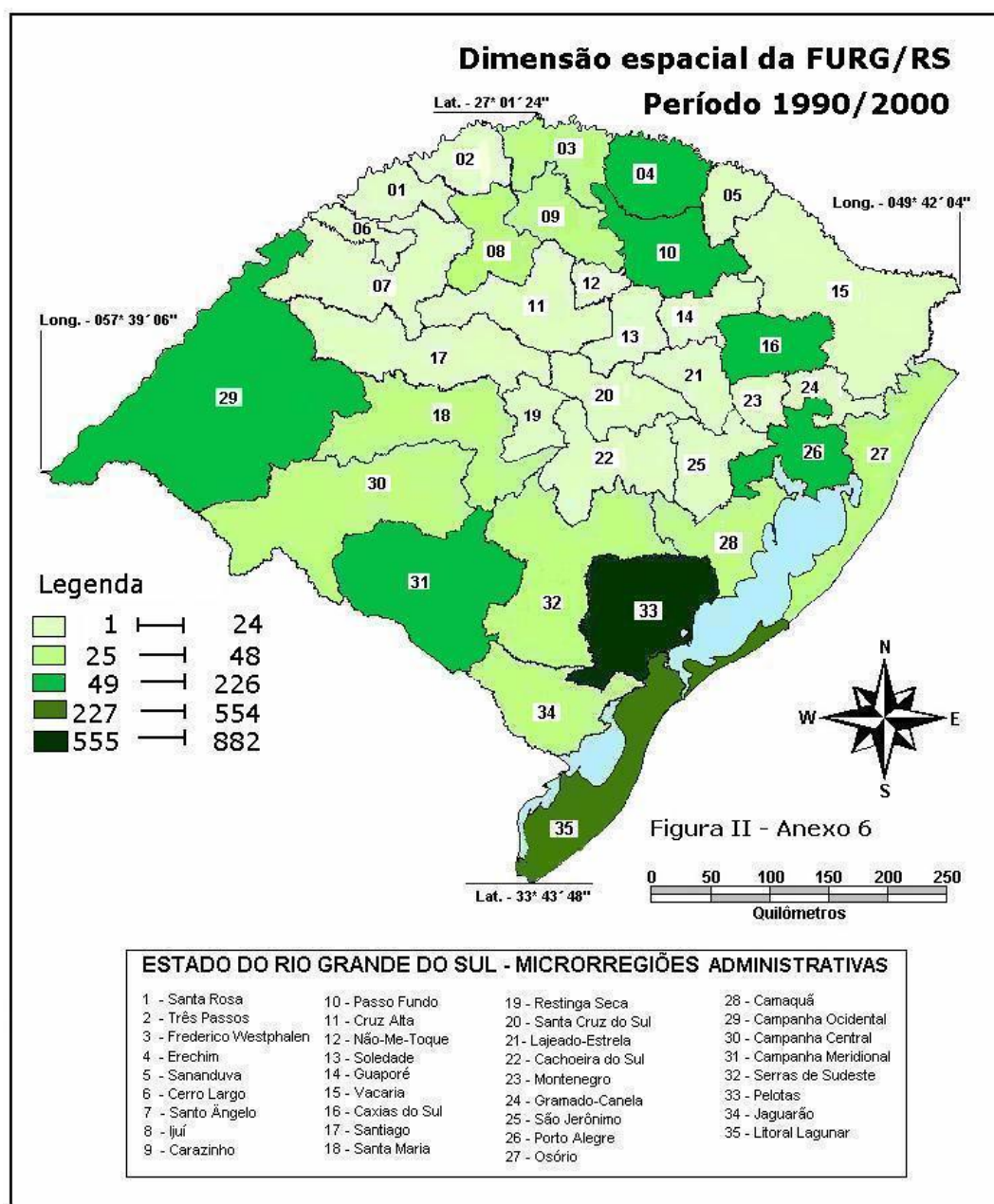


Figura 1 – Origem dos estudantes – Estados do Brasil<sup>13</sup>



<sup>13</sup> Figura adaptada pela autora, em 2002.

Mapa 2 – Origem dos estudantes – municípios do Rio Grande do Sul<sup>14</sup>



Adaptação da FONTE: Mapa Índice Digital: mapeamento geral do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE: DSG, 2001. 1 CD-ROM.  
Por: Prof. Dr. Obéde Pereira de Lima - Eng. Cartógrafo. FURG/DGEO/GEOLAB.

<sup>14</sup> Figura adaptada pelo Prof. Dr. Obéde Pereira de Lima juntamente com autora da presente dissertação, em 2002.

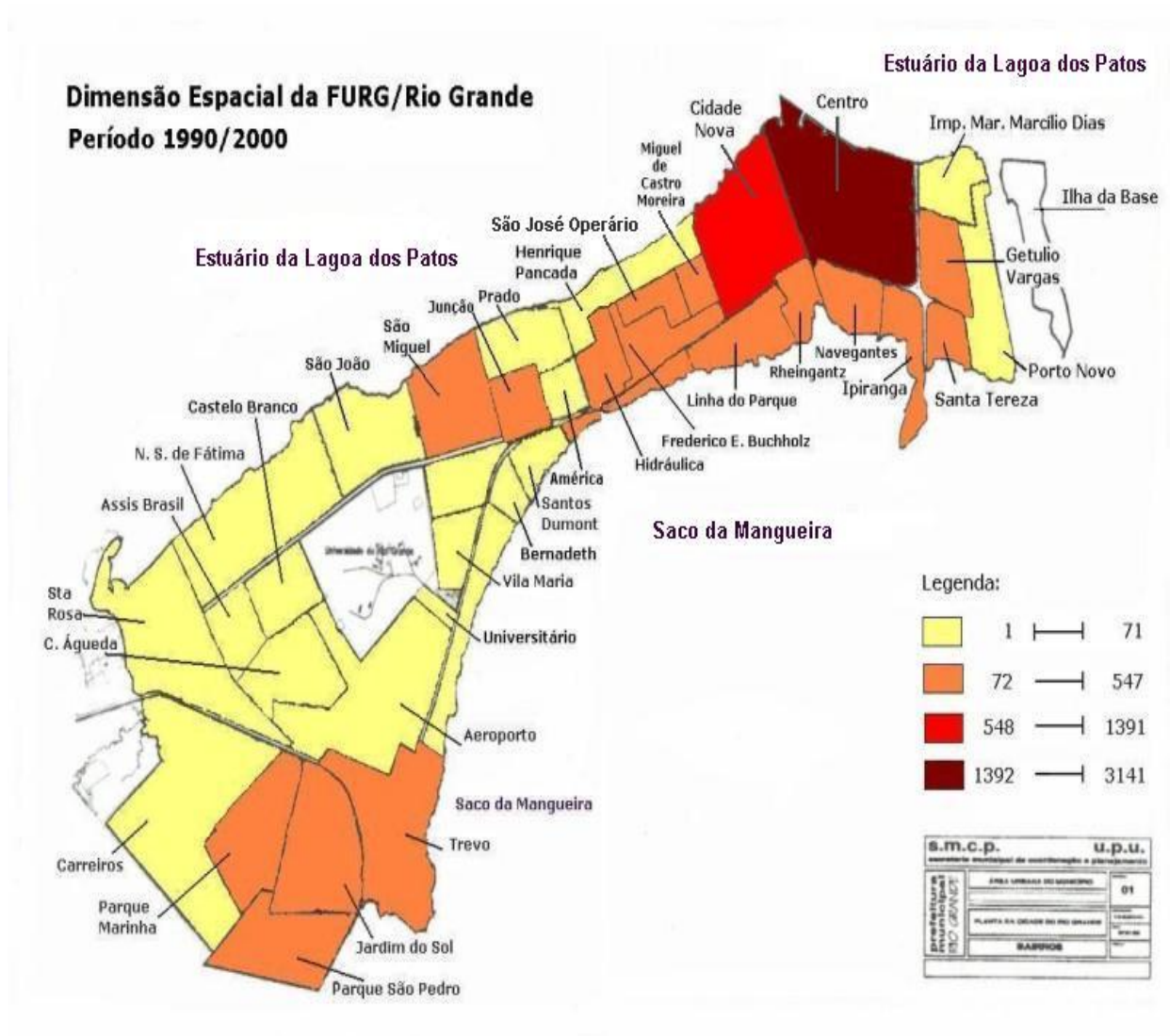
Por outro lado, na tabela VIII (Apêndice 3) e no figura 3, que apresentam a dimensão socioespacial da Furg no plano local, evidencia-se que o quadro de estudantes reflete a divisão socioeconômica em que se encontra dividida espacialmente a cidade do Rio Grande. Observa-se que no período em foco – década de 90, para todos os cursos, dos pouco mais de 9 mil alunos matriculados no período, cerca de 56% (5.079 alunos) residiam em apenas três dos 66 bairros existentes na cidade (Centro, Cidade Nova e Cassino), considerados os melhores, em termos de infraestrutura, e os que abrigam, em sua maioria, a população das classes A, B e C do município, excetuando-se o Jardim do Sol. Nos cursos de Medicina, Oceanologia, Direito, Economia, Administração e Engenharias, os percentuais eram, respectivamente, de 79%, 79%, 68%, 64%, 61% e 60%.

Já nos cursos de formação de professores, em média, menos de 50% dos alunos residem nesses bairros. Porém, em torno de 50% dos alunos da Furg residiam nos três bairros.

Apesar de não se dispor de dados referentes à renda dos estudantes, o simples local de residência dos mesmos permite deduzir, em linhas gerais, que a Furg, reproduziu na referida década, em suas salas de aula, a hierarquia sócio-econômico-espacial presente na sociedade brasileira.

Entende-se que se possa amenizar esse problema, por meio da expansão, com o oferecimento de novas vagas e novos cursos, além, obviamente, da melhoria da qualidade do ensino médio no município, o que, durante a década de 90, referente à expansão, ficou bastante comprometido, devido à falta de recursos para a ampliação da infraestrutura, bem como a falta de concursos públicos para o preenchimento das vagas para docentes e técnico-administrativos em educação nas Universidades Federais.

**Figura 3 – Origem dos estudantes – bairros em que residem na Cidade do Rio Grande**<sup>15</sup>



Diante de tantos desafios, a Furg, na referida década, ainda conseguiu avançar e se destacar como importante injetora de recursos financeiros, demonstrando sua importância socioeconômica para a Cidade do Rio Grande.

<sup>15</sup> Figura adaptada pela autora, em 2002.

Acredita-se que a Furg, como outras universidades em suas regiões, desempenha um papel socioeconômico de extrema relevância para o desenvolvimento da região, tanto pelo seu orçamento, quanto pela formação que proporciona à comunidade em que está inserida. É mister que a população perceba a importância não somente social, educacional e científico-cultural, mas, também, econômica que as universidades desempenham para o seu entorno. No caso da Furg, e dada a dimensão populacional da cidade do Rio Grande, em torno de 200 mil habitantes, esta importância econômica ganha em relevo.

Nesse sentido, buscou-se, mediante a interpretação de dados contidos em duas tabelas referentes aos orçamentos da Furg e do município do Rio Grande, demonstrar o quão significativo, na década de 90, foi e provavelmente continue sendo para a vida econômica do município, a presença da Furg.

**Tabela IX – Evolução do Orçamento da Furg**

	<b>ABERTURA</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>FECHAMENTO</b>	<b>PESSOAL</b>
1995	65.593.195,00	39.037.137,00	72.876.956,00	56.418.162,00
1996	64.443.332,00	55.786.519,00	77.839.113,00	57.332.315,00
1997	73.470.145,00	65.474.497,00	71.743.603,00	57.155.787,00
1998	75.779.286,00	57.640.375,00	75.257.985,00	57.360.916,00
1999	69.267.809,00	59.516.222,00	79.407.866,00	62.109.356,00
2000	73.295.089,00	61.929.775,00	87.909.863,50	64.018.983,52

**Fonte: Furg- Boletim Estatístico**

**Tabela X – Evolução do Orçamento da Prefeitura**

<b>ANO</b>	<b>GERAL</b>	<b>PESSOAL</b>
1995	31.992.324,00	17.720.195,00
1996	51.000.000,00	30.325.500,00
1997	50.800.000,00	31.323.400,00
1998	56.826.000,00	29.258.562,00
1999	63.000.000,00	36.280.067,00
2000	62.302.000,00	33.841.991,00

**Fonte: Pref. Munic. Do Rio Grande – Secretaria de Planejamento**

Os dados acima apresentados permitem algumas considerações, no sentido de interpretar a importância econômica da Furg para o município:

1 – ao longo dos seis anos, o orçamento da Furg permaneceu superior ao do município, sendo que em 1995, chegou a ser mais que o dobro, reduzindo-se paulatinamente até o ano 2000, quando ficou apenas 20% acima;

2 – observe-se que em 1995, a folha de pessoal da Furg era superior ao orçamento total do município e mais que o dobro da folha de pessoal da prefeitura, mantendo-se em quase o dobro até o ano 2000;

3 – ressalte-se que enquanto o orçamento total do município multiplicou-se por dois em cinco anos, o da Furg cresceu pouco mais de 10% no mesmo período;

4 – enquanto no ano 2000, a prefeitura injetou no comércio da cidade sob a forma de salários cerca de 2,5 milhões de reais ao mês, a Furg injetou 5,0 milhões de reais ao mês;

5 – enquanto no ano 2000, as despesas com pessoal representaram 55% do orçamento total da prefeitura, na Furg, essas despesas representaram 85% de seu orçamento.

Uma explicação para o aumento considerável no que diz respeito à folha de pessoal da Furg deve-se ao aumento da titulação do quadro docente, pois a

Instituição vem ao longo do tempo investindo na qualificação do seu quadro de servidores, estimulando que os mesmos cursem mestrado e doutorado.

Considerando ainda que pela não realização de concursos públicos, serviços foram terceirizados, e que a manutenção destes provém dos orçamentos das Universidades, diminuindo assim as verbas para investimentos, pode-se avaliar a crise de recursos, na década de 90, pela qual passaram as Instituições em geral e a Furg em particular, pois a realidade desta não se apresentou diferente de outras universidades públicas federais.

A redução nos quadros funcionais, somada à redução do orçamento para manutenção e obras, permite fazer a seguinte especulação: qual seria o orçamento total da Furg se, além da reposição das vagas para docentes e técnico-administrativos, bem como das verbas de custeio, os quadros funcionais tivessem conquistado a reposição salarial referente à inflação total verificada no período? Provavelmente, o orçamento da Furg seria superior aos 180 milhões de reais ou equivalente ao orçamento total da cidade de Caxias do Sul, a segunda cidade mais populosa do Estado.

Observe-se ainda, que não se levou em conta as verbas provenientes de convênios, projetos e bolsas de pesquisa, que somadas representam alguns milhões de reais ao ano, que de alguma forma são gastos no município. Em linhas gerais, a Furg, na referida década, foi responsável pela injeção de mais de 120 milhões de reais, por ano, na vida econômica da cidade. Não obstante, as comunidades em que estão inseridas as Universidades, na maioria das vezes, não percebem claramente a importância econômica dessas instituições públicas federais, preocupando-se tão somente com o papel formativo de quadros profissionais e de prestação de serviços, especialmente na área da saúde com os hospitais de ensino.

Entende-se que as colocações aqui apresentadas buscam visualizar o peso econômico que a Furg, na década de 90, desfrutou no seio da comunidade, sendo sem sombra de dúvidas a maior receita do município e fonte de recursos financeiros que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento econômico da Cidade do Rio Grande.

Ao confrontarmos os números do orçamento Geral e Pessoal da Furg com os da Cidade do Rio Grande, percebemos que em 1995, o da Furg representava o dobro; já a partir de 1996 a diferença continuava bastante significativa, mas o decréscimo se torna visível.

A partir de 2003, com outro Governo Federal, é perceptível a mudança na concepção do papel da educação, especialmente do ensino superior, passando então a ser considerada área estratégica para o desenvolvimento do País.

Veremos no próximo Capítulo o Projeto da Furg frente às políticas de expansão, demonstrando suas novas territorialidades e sua dimensão socioespacial, a partir da adesão ao Reuni, em 2007.



### **Capítulo 3 – Dimensão socioespacial e novas territorialidade da Furg frente às políticas públicas de expansão**

A partir de 2003, com a política de expansão adotada pelo Governo Federal, conforme apontado em capítulo anterior, o quadro de sucateamento das universidades públicas federais se transforma significativamente, tanto no que se refere aos recursos para financiamento, como também as autorizações para contratação do seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo em educação, possibilitando, dessa forma, o aumento do número de cursos, de vagas oferecidas, inclusive, com a implantação de novos *campi*, especialmente a partir de 2007, com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

A Furg, não diferente de outras Universidades, busca então, *geo-grafar* sua identidade em outros espaços, busca novas territorialidades, implementa *campi* semi-presenciais em diversos municípios da região e expande seu ensino presencial para Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar. Em um curto período de tempo, enfrentou mudanças significativas, pois planejou dobrar de tamanho em 4 anos, tanto no que se refere à infraestrutura, quanto ao número de cursos (graduação, mestrado e doutorado), número de alunos etc.

A Instituição construiu seu projeto de expansão da seguinte forma: buscou a reflexão com a comunidade universitária em suas diversas instâncias, buscando o empenho e o comprometimento de todos os segmentos, sensibilizando-os para a dimensão estratégica e para a importância da Instituição participar do Reuni. A Instituição encaminhou às diversas Unidades Acadêmicas e Administrativas material sobre o projeto, a fim de subsidiar o debate (Anexo 5); foram realizadas diversas reuniões com os diretores(as) e professores(as) das unidades, com o intuito

de melhor esclarecer e debater as propostas correspondentes de cada Unidade, no que se referia à criação de novos cursos e aumento de vagas nos já existentes. Não obstante, em decorrência da recente crise vivida pelas universidades, em virtude da implementação do projeto neoliberal da década anterior, nos debates apareceu o receio do não cumprimento, por parte do Governo Federal, do que estava sendo proposto, bem como questionamentos sobre as metas estabelecidas no Programa.

A participação no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e o Projeto da Expansão da Furg foram aprovados por ampla maioria, em reunião do Conselho Universitário, no dia 28 de outubro de 2007, conforme Ata nº367/07 e Resolução nº 030/07 (Anexo 6).

O Projeto buscou sintonia com os vários cenários apresentados em termos de perspectivas ao desenvolvimento regional e projetos que vêm mudando a configuração territorial da Cidade do Rio Grande e região, especialmente, a partir de 2003, quando o Governo Federal adotou como política estratégica ao desenvolvimento do País: voltar a investir na indústria naval, o que permitiu trazer a Cidade do Rio Grande um Polo Naval, criando-se um cenário extremamente positivo e de esperança à população riograndina e regional, no que tange ao seu desenvolvimento econômico e social.

Com a implantação desse Polo Naval, o município e a região enfrentam, hoje, enormes desafios, especialmente no que se refere à formação, qualificação profissional e capacitação tecnológica. Desafios que se impõem, como não poderia deixar de ser, à Furg, por se configurar em áreas de sua atuação.

A proposta de Expansão da Furg teve como fundamento promover de forma qualificada a expansão da educação superior, atendendo ao previsto no Plano Nacional de Educação, e em consonância com o Plano de Desenvolvimento

Institucional 2007-2010 e o Projeto Pedagógico Institucional, reafirmando a missão e vocação de atuação nos ecossistemas costeiros e oceânicos.

Conforme consta no Livro Proposta da Furg de adesão ao Reuni, o plano previu o aumento das vagas nos cursos já existentes e a criação de dezoito novos cursos, conforme cronograma de execução (Anexo 07).

Ressalta-se que o referido cronograma teve algumas modificações, sendo que alguns cursos foram substituídos e outros tiveram alterações na nomenclatura, conforme Anexo 08, em que figura os cursos atualmente ministrados pela Instituição.

No período de 2008 a 2017, a meta projetada de matrícula na Graduação é de 11.570 estudantes, atingindo a relação estudante/professor prevista no Decreto de criação do Reuni. Está definido um acréscimo de 695 vagas para o período noturno, visando o percentual já existente de 47%, considerando a totalidade das vagas oferecidas pela Instituição. O Plano prevê também o atendimento aos municípios de Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar.

A Furg, baseada em sua autonomia, buscou adotar novas modalidades de graduação como, por exemplo, os cursos superiores em tecnologia, contemplados na proposta, além de outras que se mostrem necessárias para uma formação de qualidade, atendendo às exigências do mundo contemporâneo e à missão da Instituição. A proposta prevê também a criação de ênfases em alguns dos cursos propostos, a fim de flexibilizar o currículo, em consonância com o PPI da Furg, possibilitando aos estudantes alternativas de percurso em sua formação profissional.

Na renovação Pedagógica da Educação Superior, o Plano propõe ações que visam ao fortalecimento da Educação Básica e Tecnológica.

Com foco na internacionalização das universidades e na mobilidade acadêmica, o Plano aponta para um novo regulamento, o qual orientará o intercâmbio, disponibilizando aos estudantes complementar e diversificar conhecimentos no âmbito de sua formação.

Na busca da reafirmação do compromisso social, a Instituição inseriu em seu plano a ampliação das políticas de inclusão social e ações afirmativas, com referência a assistência estudantil, apresentando uma série de ações que visam promover a inclusão social do estudante, bem como a sua permanência e a conclusão de seus estudos.

Está previsto no Plano, por meio da extensão, a articulação na relação do ensino e da pesquisa com a sociedade. Com esse planejamento foi possível pensar na ampliação da pós-graduação (mestrado e doutorado), bem como, na maior participação dos alunos da pós-graduação, no ensino de graduação, médio e fundamental<sup>16</sup>.

Para atender às mudanças e ao crescimento, a Furg, aprovou um novo Estatuto e Regimento, por meio do qual, foi possível mudar a estrutura interna da Universidade. Foram extintos 18 Departamentos e aprovadas, em reunião do Colegiado Especial, as novas 13 Unidades Acadêmicas, células organizacionais executivas, de âmbito e alcance acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), didático-pedagógico (planejamento e execução curricular) e administrativo (gestão e organização de materiais e pessoal), as quais trabalharão de forma integrada para consecução das atividades-fins da Instituição, conforme a seguir: Escola de Química

---

<sup>16</sup> Para melhor entendimento: ver Livro da Proposta da Universidade para adesão ao Reuni.

e Alimentos – EQA, Instituto de Letras e Artes – Ila, Instituto de Oceanografia – IO, Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – Iceac, Instituto de Educação – IE, Instituto de Ciências Biológicas – ICB, Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, Instituto de Matemática, Estatística e Física – Imef, Escola de Engenharia – EE, Faculdade de Medicina – FaMed, Centro de Ciências Computacionais – C3, Escola de Enfermagem – EEnf e Faculdade de Direito – FaDir.

Outra instância criada em 08/09/08, de extrema relevância para discussão e encaminhamento de grandes temas de interesse social, foi o Conselho de Integração Universidade-Sociedade.

Foram reestruturadas também as Pró-Reitorias, nos seguintes termos:

1) Pró-Reitoria de Graduação – Prograd; 2) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Propesp; 3) Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – Proexc; Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Prae; 5) Pró-Reitoria de Infraestrutura – Proinfra; 6) Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – Proplad; e 7) Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progep.

A Furg, a partir de 2001, passou a contar com um Núcleo de Educação a Distância, em que professores e pesquisadores discutem formas e metodologias para implantação dessa modalidade de ensino. Em 2005, a Instituição aderiu a Universidade Aberta do Brasil – UAB e, em 2007, criou a Secretaria de Educação a Distância – Sead, que tem como atribuição planejar e coordenar o desenvolvimento das políticas de Educação a Distância – EaD, em articulação com as Pró-Reitorias, promovendo as condições necessárias ao desenvolvimento qualificado dos cursos e ações de educação a distância na Instituição.

A fim de atender a uma justa política nacional de inclusão, outra medida implementada pela Furg foi a de pontuar alunos oriundos de escola pública e negros, quando do ingresso, atualmente pelo Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, de acordo com as Resoluções do Conselho Universitário nº 019/09 e 012/10 e Atas 389/09 e 395/10 (Anexo 09).

A Instituição tem buscado também, a mobilidade acadêmica e cooperação internacional, inclusive com dupla diplomação, por meio de convênios e termos de cooperação, com diversos organismos internacionais, especialmente com as Universidades co-irmãs de Coimbra e Aveiro. Atualmente, a Instituição possui diversos estudantes em intercâmbio, a maioria deles, no que pese as diferenças culturais, apresentando sucesso escolar, o que poderá ser, mais adiante, motivo de um estudo aprofundado para a Instituição, considerando sua percepção no contexto dessas políticas de internacionalização adotadas, ou seja, analisar as novas territorialidades, na escala global.

Com a adesão a essa política de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, a Furg passa a atender, em processo seletivo específico, comunidades indígenas. Atualmente são atendidos estudantes indígenas nos cursos em que são disponibilizadas vagas em processo seletivo específico. Sendo que a definição dos referidos cursos é discutida com as comunidades indígenas interessadas. Atualmente, os estudantes indígenas estão cursando Enfermagem, Medicina e Direito.

A Instituição, a partir de 2003, a cada ano, aumenta significativamente o número de ingressantes, praticamente dobrando esse número quando consideramos os anos de 2002 e 2010. Observando a tabela XI e o Gráfico 2, podemos perceber também que a partir de 2007, ano que marca as Instituições, no

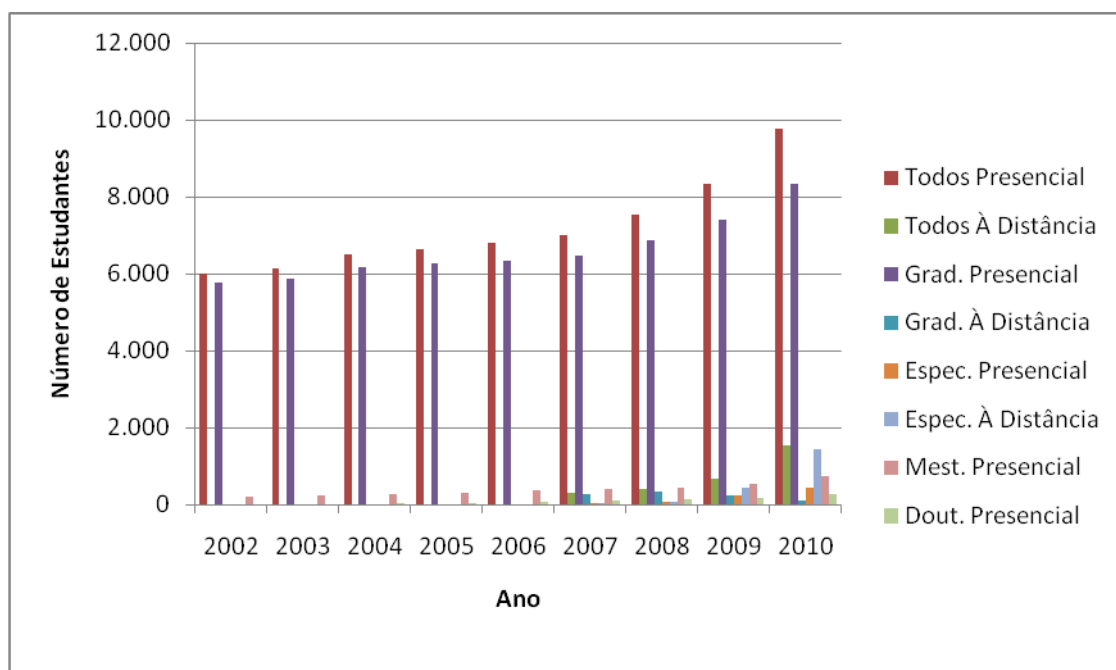
que tange à expansão, especialmente por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB, a Furg passa a atender um número expressivo de estudantes na modalidade a distância. Na pós-graduação, a Instituição também apresenta um crescimento significativo e extremamente relevante ao desenvolvimento da região e do País, pois a Furg está formando mais especialistas, mestres e doutores, o que contribui para produzir ciência, tecnologia e inovação.

**Tabela XI – Evolução de estudantes matriculados nas modalidades presencial e a distância**

Curso	Modalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Todos	Presencial	5.993	6.132	6.491	6.647	6.788	7.010	7.519	8.345	9.777
Todos	À Distância						295	402	651	1.537
Grad.	Presencial	5.783	5.881	6.171	6.270	6.329	6.466	6.869	7.388	8.339
	À Distância						269	343	228	101
Espec.	Presencial	3	5	9	19	18	44	63	248	427
	À Distância						26	59	423	1.436
Mest.	Presencial	191	227	271	300	360	392	444	533	730
Dout.	Presencial	16	19	40	58	81	108	143	176	281

Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2010

**Gráfico 2 – Evolução de estudantes matriculados nas modalidades presencial e a distância**



Fonte: Furg – Boletim Estatístico

Os dados das Tabelas XII, XIII e Gráfico 3, demonstram o quanto a Instituição está investindo, no sentido de reduzir a evasão, pois tem aumentado expressivamente o número de estudantes com bolsas nas diversas modalidades, permitindo que os estudantes dediquem-se unicamente para a produção de suas pesquisas, aumentando consideravelmente o número de diplomados em nível de mestrado e doutorado.

**Tabela XII – Evolução das bolsas de demanda social- CAPES**

Tempo	Mestrado	Doutorado
2004	59	16
2005	63	21
2006	64	27
2007	74	31
2008	99	47
2009	146	68

Fonte: Furg – Boletim Estatístico

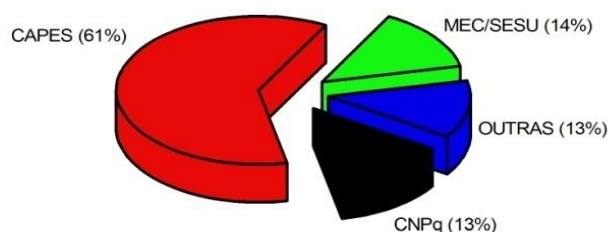


**Tabela XIII – Evolução no número de diplomados mestres e doutores**

Tempo	Mestrado	Doutorado
2006	122	3
2007	115	6
2008	138	13
2009	118	28
2010	180	25

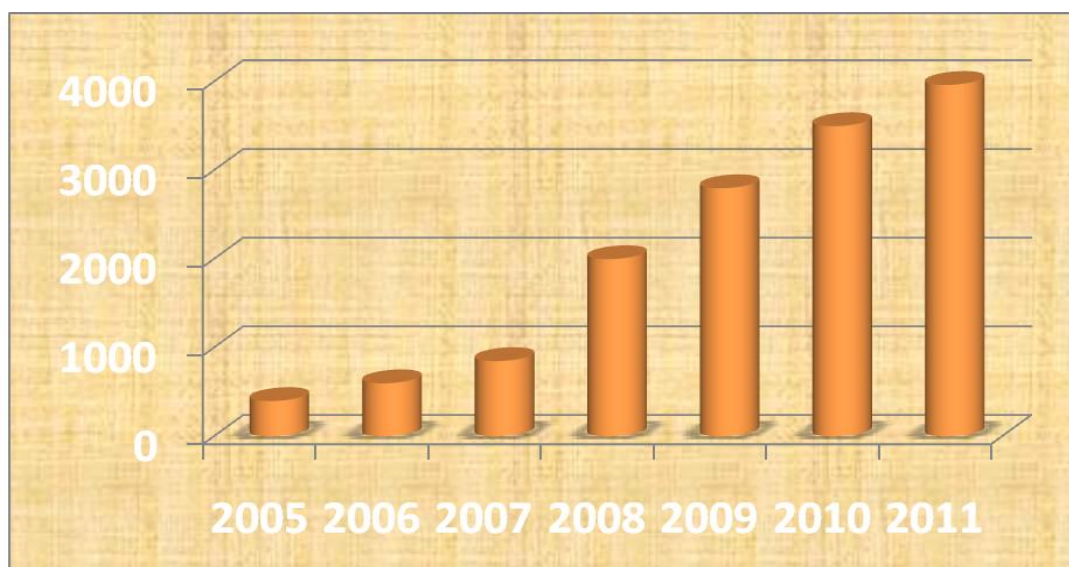
Fonte: Furg – Boletim Estatístico

Atualmente, a Instituição atende seus estudantes com cerca de 500 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, distribuídas pelos 19 Programas de Pós-Graduação, considerando os diversos órgãos financiadores.

**Gráfico 3 - Bolsas distribuídas em 19 Programas de Pós-Graduação**

Fonte: Furg/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Propesp

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, a Instituição vem apresentando um crescimento bastante significativo, no que se refere às políticas estudantis, buscando a redução da evasão por meio de programas de assistência estudantil, como auxílio transporte, auxílio moradia e auxílio alimentação.

**Gráfico 4 – Evolução do número de estudantes assistidos em subprogramas básicos**

Fonte: Furg/Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Prae

Como é possível observar na tabela XIV, o número de servidores técnico-administrativos em educação vem apresentando crescimento, mas em função do passivo e das diversas aposentadorias precoces, ocorridas na década de 90, conforme abordado em capítulo anterior, ainda carece de maiores investimentos.

**Tabela XIV – Evolução do número de técnico-administrativos em educação**

<b>ANO</b>	<b>TÉCNICOS</b>
2001	821
2002	871
2003	909
2004	992
2005	1003
2006	1003
2007	971
2008	981
2009	993
2010	1036
2011	1066

Fonte: Furg – Boletim Estatístico

Com relação ao número de docentes efetivos, podemos considerar sob dois aspectos, há um crescimento significativo, mas em função de passivo decorrente de aposentadorias ocorridas na década de 90, ainda carece de investimentos. Porém quando consideramos a meta estabelecida no Projeto Reuni, em que busca alcançar a média de 18 alunos por professor, concluímos que a Furg está abaixo da meta estabelecida.

**Tabela XV - Evolução do número de docentes efetivos**

ANO	DOCENTES
2001	470
2002	492
2003	449
2004	473
2005	466
2006	489
2007	503
2008	654
2009	763
2010	733
2011	750

Fonte: Furg – Boletim Estatístico

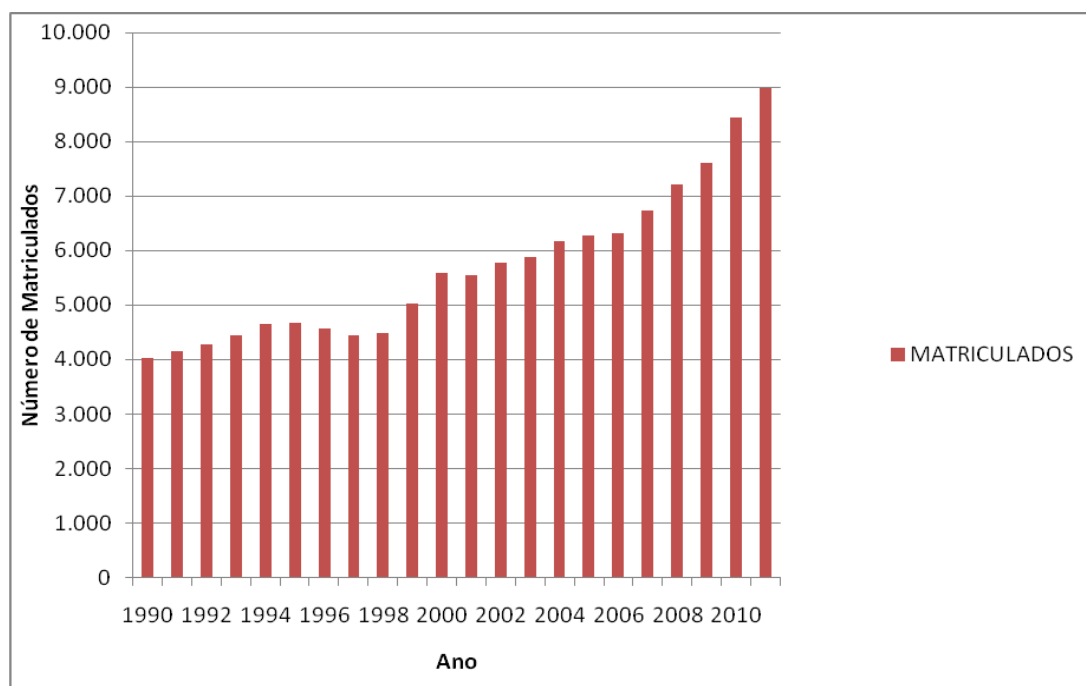
Na Tabela XVI, temos um recorte de 20 anos que demonstra a evolução no número de ingressantes na graduação. Se considerarmos que a Instituição em 2000 possuía 31 anos de vida, concluímos que em 10 anos a Universidade cresceu vertiginosamente em 60% (gráfico nº 5), especialmente a partir de 2003, explicitando, dessa forma, a importância do processo de expansão, no sentido de melhor atender uma demanda de ensino superior que também apresenta um crescimento bastante expressivo, conforme tabela XVII.

Tabela XVI – Evolução do número de matriculados na graduação

ANO	MATRICULADOS
1990	4.029
1991	4.166
1992	4.284
1993	4.450
1994	4.666
1995	4.668
1996	4.566
1997	4.459
1998	4.486
1999	5.036
2000	5.584
2001	5.549
2002	5.783
2003	5.881
2004	6.171
2005	6.270
2006	6.329
2007	6.735
2008	7.212
2009	7.616
2010	8.440
2011	8.985

Fonte: Furg – Boletim Estatístico

Gráfico 5 – Evolução do número de matriculados na graduação



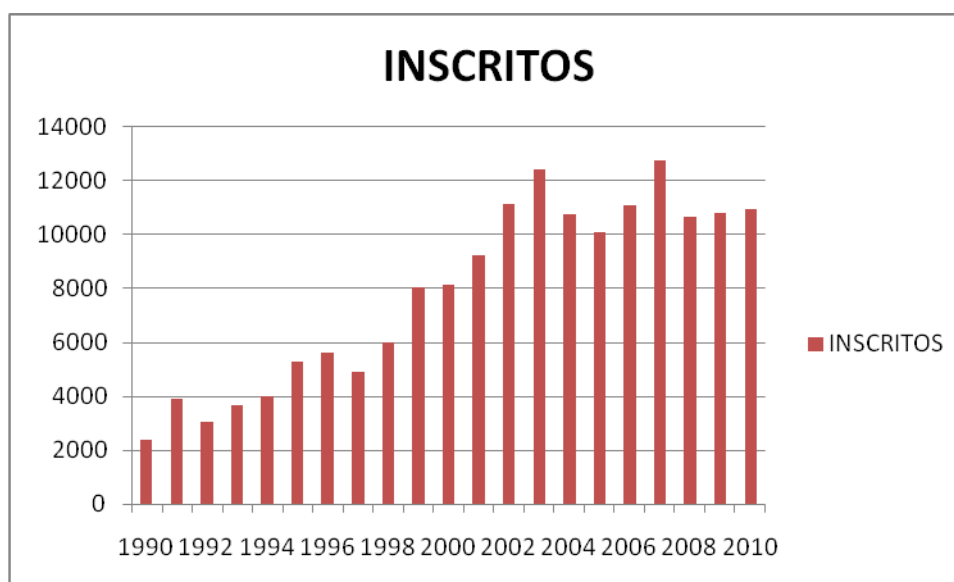
Fonte: FURG - Boletim Estatístico

Ao analisar a Tabela XVII, também com um recorte temporal de 20 anos, percebemos que a demanda por ensino superior, nos primeiros 10 anos, cresceu 244,80% (observar gráfico nº 6), contraditoriamente, década em que as Universidades Federais sofreram retração e redução de investimentos. Na década seguinte, percebemos um crescimento de 34% quase que estabilizado. Vários são os fatores que, sem dúvida alguma, contribuíram para o quadro: o plano de expansão que todas as Instituições Federais aderiram, as políticas públicas de inclusão, como o Prouni, que atendeu em torno de 700 mil jovens desde sua criação, e a implementação da educação a distância.

**Tabela XVII - Evolução do número de inscritos no Processo Seletivo**

ANO	INSCRITOS
1990	2.366
1991	3.914
1992	3.051
1993	3.644
1994	4.008
1995	5.291
1996	5.639
1997	4.909
1998	6.009
1999	8.025
2000	8.158
2001	9.245
2002	11.156
2003	12.434
2004	10.772
2005	10.085
2006	11.111
2007	12.755
2008	10.658
2009	10.817
2010	10.946

Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2002 e 2010

**Gráfico 6 – Evolução do número de inscritos no Processo Seletivo**

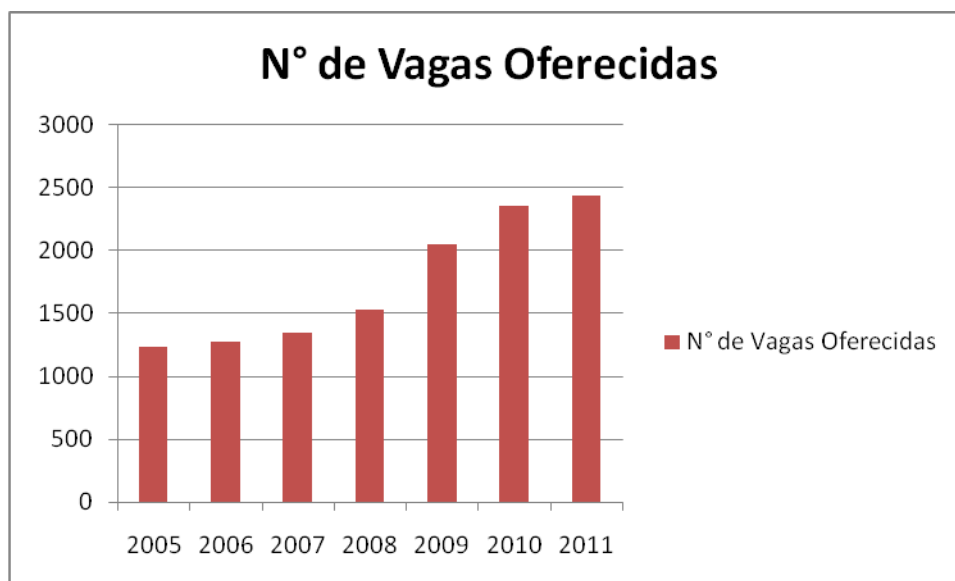
**Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2002 e 2010**

Com relação ao número de vagas, é possível perceber que no período compreendido entre 2005 e 2010, ou seja, em um pequeno intervalo, se comparado com década anterior, 1990-2000, e metade da primeira década do século XXI, 2001-2005, a Furg dobrou o número de vagas oferecidas.

**Tabela XVIII – Evolução do número de vagas oferecidas**

ANO	Nº de Vagas Oferecidas
2005	1.233
2006	1.278
2007	1.342
2008	1.526
2009	2.056
2010	2.361
2011	2.439

**Fonte: Furg/Pró-Reitoria de Graduação - Prograd**

**Gráfico 7 – Evolução do número de vagas oferecidas 2005 – 2011**

Fonte: Furg/Pró-Reitoria de Graduação - Prograd

Por se configurar em uma Instituição Pública Federal e entender que seu papel não está restrito apenas ao local, ou seja, possui uma importante função para o desenvolvimento regional e nacional, a Furg dentro do processo de expansão buscou novas territorialidades e implementou, a partir de parcerias, cursos em outros três *campi* presenciais nos municípios do entorno (ver figura de localização). A partir de 2010, em Santa Vitória do Palmar, passou atender um número de aproximadamente 206 estudantes e, em São Lourenço do Sul, 158 estudantes; a partir de 2009, em Santo Antônio da Patrulha, município que dista em torno de 340 quilômetros, a Furg atende atualmente 731 estudantes, e como não poderia deixar de ser, haja vista ser uma universidade pública federal, são atendidos estudantes do próprio município, de municípios vizinhos e, inclusive, de outros Estados.

A Furg está presente também, em municípios vizinhos, com o ensino semi-presencial, conforme pode ser observado na figura abaixo, por meio da educação a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Figura 4 – Folder de divulgação da Universidade Federal do Rio Grande





Outro aspecto bastante relevante para percebermos a dimensão socioespacial da Furg é obtida a partir da análise da origem dos estudantes ingressantes. A Instituição atende prioritariamente os municípios do Rio Grande do Sul - RS (92%), conforme pode ser observado na Figura 5, seguido dos seguintes Estados: Santa Catarina -SC, Paraná - PR, São Paulo - SP, Minas Gerais - MG, Rio de Janeiro - RJ, Espírito Santo - ES e Distrito Federal - DF, sendo que em 2011, São Paulo contribuiu com um número bastante expressivo, vindo logo após o Rio Grande do Sul.

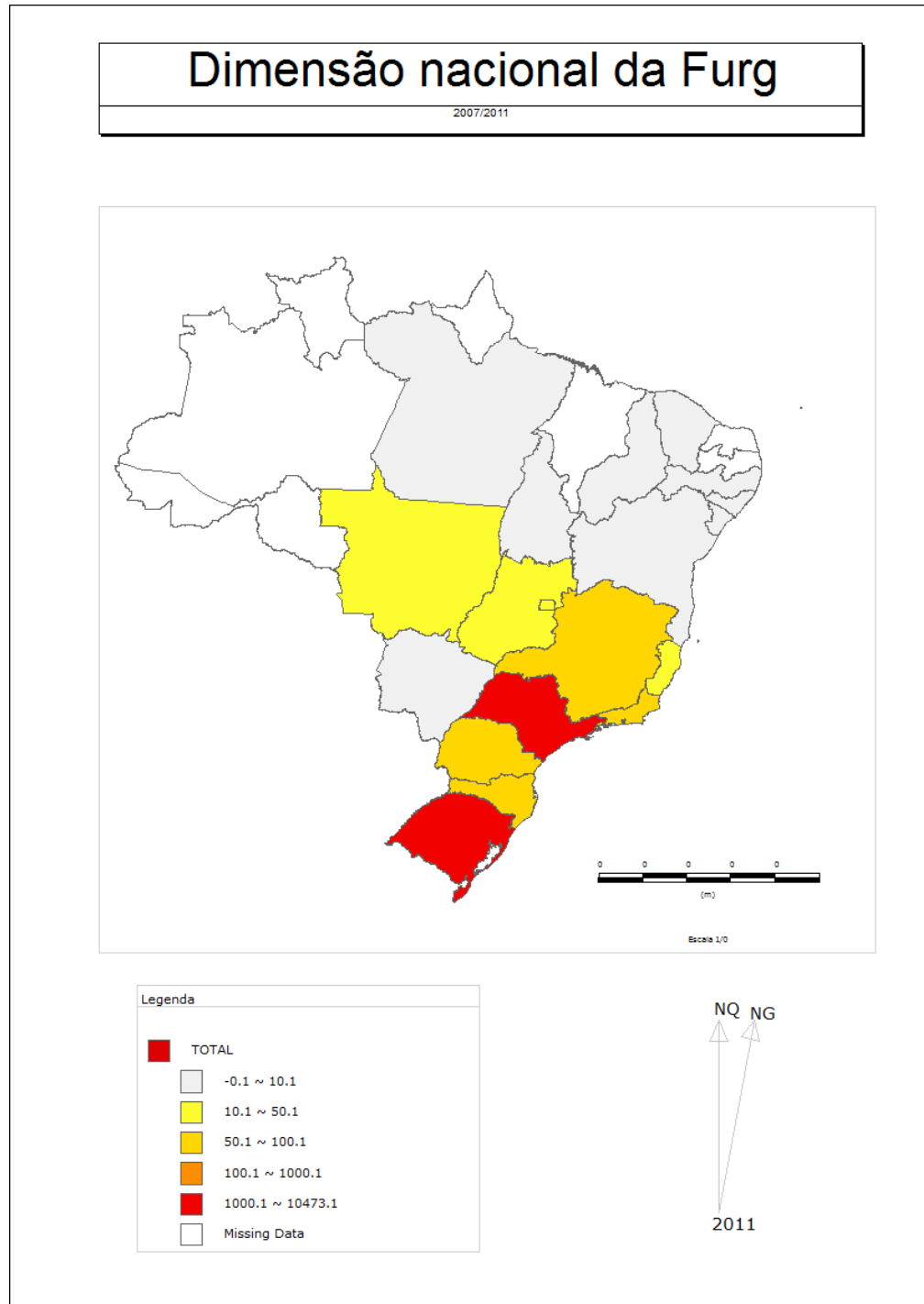
Esse quadro de atendimento majoritário do RS se mantém nas duas décadas analisadas, demonstrando que a adesão à modalidade de acesso Exame Nacional de Ensino Médio – Enem e Sistema Unificado de Seleção – Sisu não alterou significativamente a configuração territorial da Instituição, no que se refere ao atendimento ao Estado do RS, conforme Tabelas XIX e XX e a correspondente Figura 6, no que se refere aos Estados.

Com relação aos municípios atendidos, percebe-se que a Cidade do Rio Grande, se mantém com um percentual bastante expressivo – 61%, mas é possível também perceber um crescimento considerável de outros municípios sendo atendidos pela Universidade. Os 10 municípios que mais contribuem são: Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, São José do Norte, Caxias do Sul, Santa Vitória do Palmar, Camaquã, Passo Fundo e São Lourenço do Sul, conforme tabela XX e mapa 5.

É pertinente salientar que, dos 10 municípios que mais contribuem com o número de ingressantes, os quatro primeiros (Rio Grande – Pelotas – Porto Alegre – Santa Maria) são sede, no Rio Grande do Sul, de Universidades Federais; outros dois (Caxias do Sul e Passo Fundo) são sedes de reconhecidas instituições privadas

de ensino superior; e, à exceção de Camaquã, nos outros três (São José do Norte – Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul), a Furg está presente por meio do ensino a distância e/ou com campus presencial. Salienta-se também, que apesar de não configurar nos 10 primeiros municípios, Santo Antônio da Patrulha teve uma contribuição bastante expressiva em 2009, ano de criação do campus presencial da Furg no município.

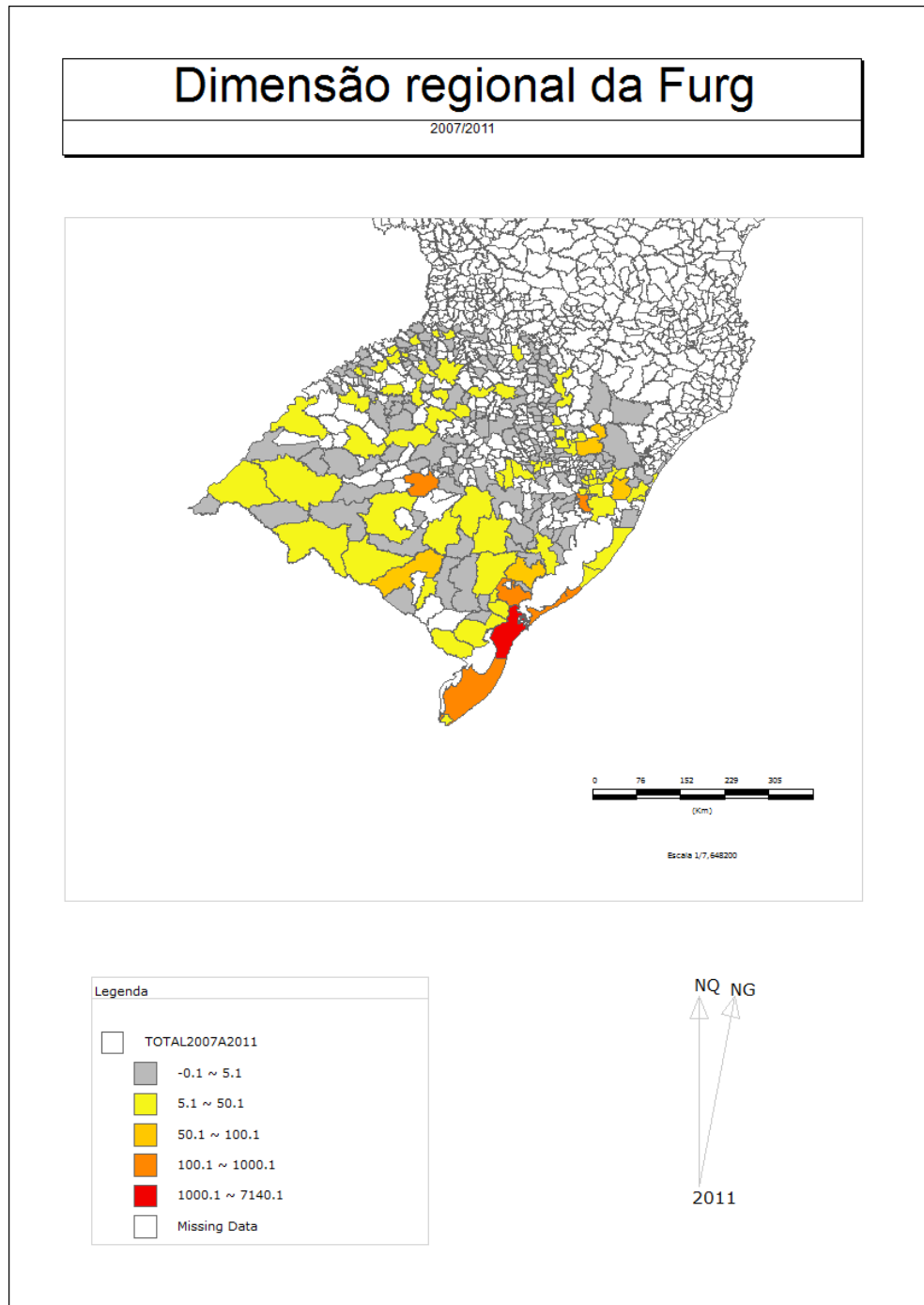
Figura 5 - Origem dos estudantes - Estados do País<sup>17</sup>



Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/Furg

<sup>17</sup> Figura adaptada pela autora, juntamente com o Prof. Glauber Gonçalves, no Programa Terraview.

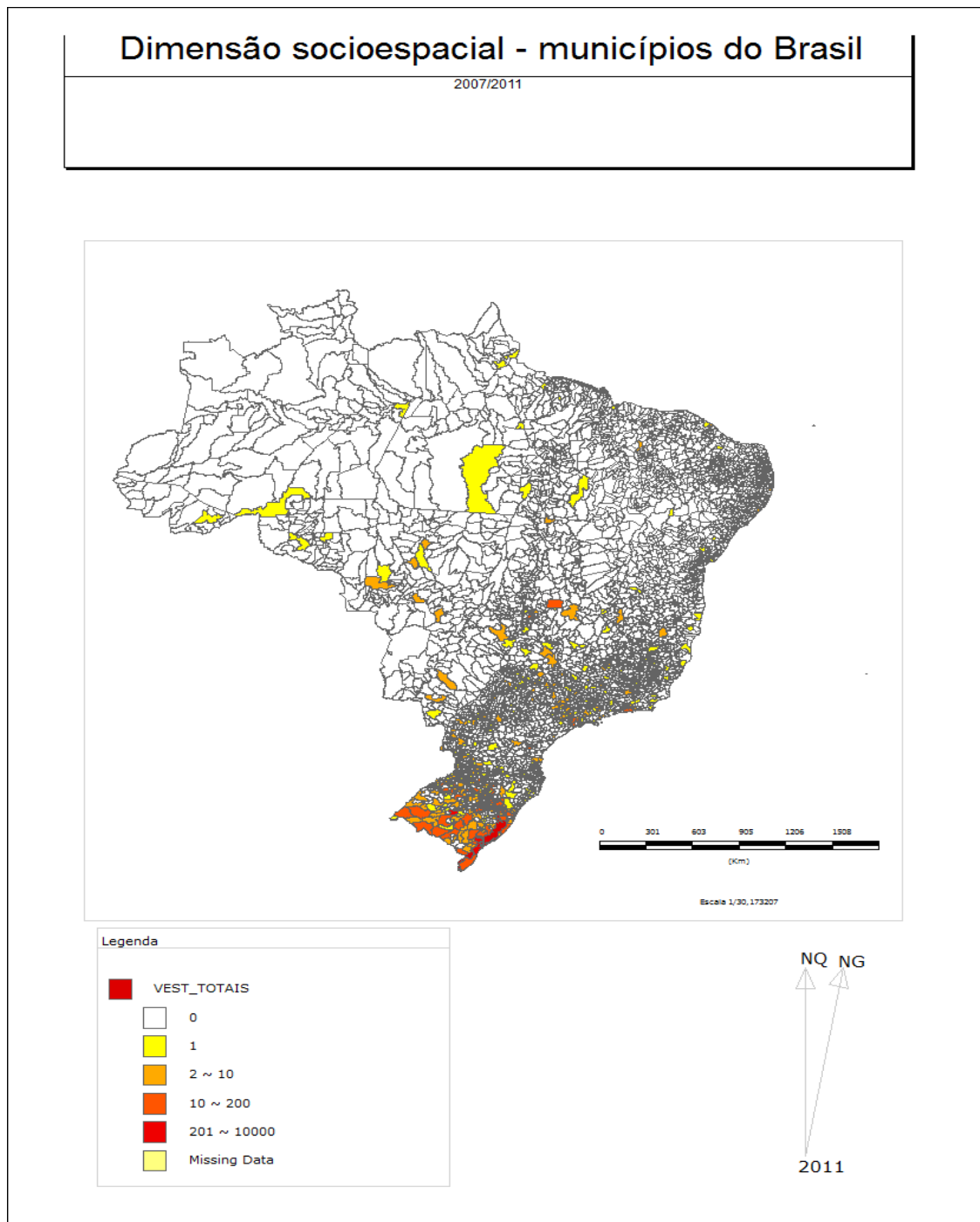
Figura 6 - Origem dos estudantes - Municípios do RS<sup>18</sup>



Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/Furg

<sup>18</sup> Figura adaptada pela autora, juntamente com o Prof. Glauber Gonçalves, no Programa Terraview.

Figura 7 - Origem dos estudantes - municípios do Brasil<sup>19</sup>



Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/Furg

<sup>19</sup> Figura adaptada pela autora, juntamente com o Prof. Glauber Gonçalves, no Programa Terraview.

Os dados das tabelas a seguir demonstram a dimensão socioeconômica da Furg para o desenvolvimento local, pois a Instituição evoluiu em número significativo, no que se refere à área construída e orçamento. Podemos afirmar que a evolução da área construída impacta diretamente o local, pois no período da construção, influencia na contratação de mão de obra técnica para a execução dos projetos. Após o término das obras, influencia no número de postos de trabalho criados, tendo em vista a expansão de área a ser cuidada, ou seja, trabalhadores para as áreas de limpeza, portaria, jardinagem e vigilância. Postos de trabalho que em sua maioria são terceirizados e ocupados por moradores do município.

**Tabela XXI - Evolução da área construída em m<sup>2</sup>**

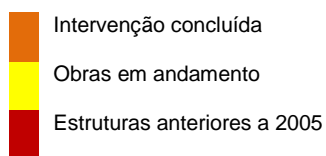
Tempo	Carreiros	CCMar	Cid Barroso	Cid Werneck	Editora	EMA	HU Acadêmica	Hu Hospital	Museu	RU	SAP
2002	47.377,97	0	9.074,63	4.660,11	512,12	1.707,62	5.443,83	14.099,82	2.176,87	263,25	
2003	49.142,46	0	9.074,63	4.660,11	512,12	1.707,62	5.443,83	14.099,82	2.176,87	263,25	
2004	49.545,36	0	9.074,63	4.660,11	512,12	1.707,62	5.443,83	14.099,82	2.176,87	263,25	
2005	51.424,07	3.965,41	9.074,63	4.660,11	512,12	1.707,62	5.443,83	14.099,82	2.176,87	263,25	0
2006	51.776,64	3.965,41	9.074,63	4.660,11	512,12	1.721,62	5.443,83	15.099,82	2.176,87	263,25	0
2007	53.021,55	4.332,41	9.074,63	4.660,11	512,12	2.028,09	5.443,83	15.099,82	2.624,30	263,25	0
2008	57.493,25	4.332,41	9.074,63	4.660,11	512,12	2.028,09	5.443,83	15.099,82	2.624,30	263,25	0
2009	61.112,93	4.332,41	9.082	4.660,11	512,12	2.152,34	5.443,83	15.099,82	2.624,30	263,25	0

Fonte: Furg – Boletim Estatístico 2010

**Figura 7 - Evolução de área construída no Campus Carreiros**



Fonte: Furg/Pró-Reitoria de Infraestrutura – Proinfra/DOB



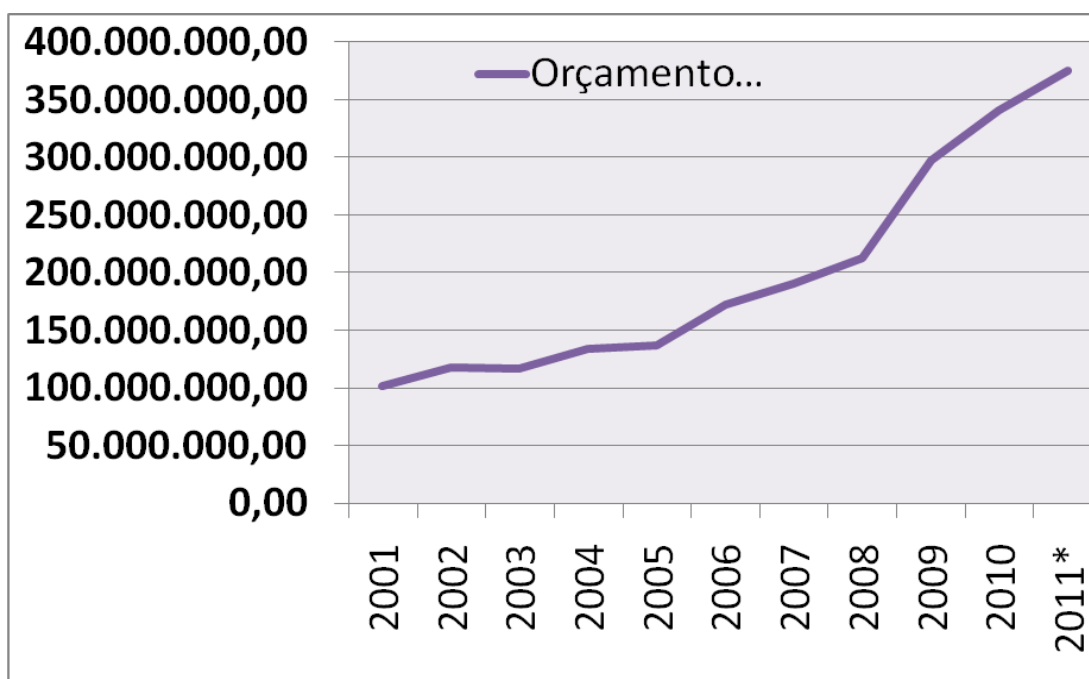
A evolução do orçamento impacta diretamente o município e região, pois os investimentos são de alguma forma aplicada em obras, equipamentos, aquisição de materiais e serviços, bem como na folha de pagamento. Todos esses recursos, em sua maioria, são gastos no município ou na região, impulsionando o desenvolvimento local e regional. A Furg teve seu orçamento aumentado em 179%, entre 2004 e 2011, sendo o orçamento acrescido R\$ 240 milhões.

Tabela XXII – Evolução do orçamento da Furg

ANO	ORÇAMENTO EXECUTADO (milhões)
2001	101
2002	118
2003	117
2004	134
2005	137
2006	172
2007	190
2008	213
2009	297
2010	340
2011	374* (Não encerrado)

Fonte: Furg/ Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - Proplad

Gráfico 08 - Evolução do orçamento da Furg



Fonte: Furg/Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

Percebe-se ao longo do tempo que a Universidade apresenta um crescimento bastante significativo. O esforço de sua comunidade universitária é constante, sendo que nessa década estudada, especialmente a partir de 2007 com a



adesão ao Reuni, o crescimento pode ser constatado em todas as áreas, desde a infraestrutura, números de cursos, estudantes, tanto na graduação como na pós-graduação, até a contratação de novos servidores docentes e técnico-administrativos.

A Furg cresce com base em um planejamento pensado e dialogado com sua comunidade e demonstra preocupação com o desenvolvimento da cidade, especialmente com o momento de desenvolvimento, em virtude do Polo Naval, tendo inclusive criado cursos voltados para formação nessa área. Os cursos ministrados atualmente pela Instituição constam do Anexo 8.

Outro aspecto bastante perceptível para quem vive a Instituição em seu dia a dia é a mudança no quadro de servidores, a partir do ingresso de novos docentes e técnico-administrativos em educação. Pode-se afirmar que essa renovação traz consigo um sentimento positivo e de pertencimento, uma situação diferente da vivenciada na década de 90, que se caracterizou em desesperança e desmotivação, pois os servidores, em decorrência da lógica de Governo, eram desvalorizados, o que terminou por ocasionar diversas aposentadorias bastante precoces.

Hoje, nota-se que essa caracterização de servidor desmotivado está desaparecendo, mescla-se a experiência dos que já estão há mais tempo com as dezenas que estão chegando, em um momento de crescimento e expansão, em que o papel dos servidores é fundamental para a continuidade do desenvolvimento das atividades de uma universidade pública federal.

Esse sentimento, apesar de subjetivo, pode ser retratado em texto de uma servidora que ingressou na Instituição, em 15.01.10, e surgiu a partir de atividades propostas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por ocasião da

semana de comemoração do servidor público, em 2011, cujo tema a ser desenvolvido era expressar o orgulho de trabalhar na Furg; o mesmo foi escolhido por uma comissão composta de servidores como o mais representativo do projeto:

“Eu Sou da FURG, com muito orgulho”!!

#### Meu Porto Seguro

Em vinte de agosto de mil novecentos e sessenta e nove, nascíamos. Na vida, segui por diversos caminhos, e um deles me trouxe até aqui. Será esta uma das coincidências do destino?

Na Furg encontrei um porto seguro. Neste, sonhos e ideais se tornam realidade. Faço parte desta Instituição e, como servidora pública, tenho orgulho de poder contribuir para a concretização das mais diversas profissões.

É gratificante trabalhar, fazer parte da equipe Furg, Universidade reconhecida e respeitada pela qualidade da formação profissional e humana de quem aqui conclui estudos. É valioso poder acreditar que, mesmo nas divergências de uma sociedade plural, o consenso é possível quando o objetivo é um só: oferecer o melhor àqueles que acreditam que nesta Universidade está o caminho a ser seguido para a realização de seus sonhos. Eu acredito...e, na condição de servidora pública, primo pela funcionalidade desta Instituição e estufa o peito de orgulho quando vejo o conceito de ser a Furg uma das mais qualificadas universidades.

Na Furg encontrei meu porto seguro<sup>20</sup>.

Dessa forma, a Instituição vem aceitando os desafios colocados e busca expandir suas atividades, bem como procura novas territorialidades, com o objetivo de cumprir com o seu relevante papel de construtora de um saber vinculado à singularidade do local em que está inserida, sem perder de vista as meso e macroescalas das quais é parte inseparável.

---

<sup>20</sup> KOSBY, Adalice Andrade. Servidora da Furg, admitida em 15.01.2010.

## Considerações Finais

A temática desenvolvida nesta dissertação buscou demonstrar os diferentes momentos vivenciados pelas universidades federais, em especial pela Furg, no período referente à década de 90 e à primeira década do século XXI, especialmente a partir de 2007, após a adesão às políticas de expansão, considerando duas lógicas diferenciadas do governo federal, no que tange ao papel estratégico da educação para o desenvolvimento do País.

O Brasil e o mundo na década de 90 foram atingidos por uma lógica neoliberal que buscou implementar propostas de um projeto calcado nas leis de mercado. Esse processo foi sentido em diversas áreas, inclusive na educação, especialmente no ensino superior. Foi possível presenciar um quadro de sucateamento e desgaste da imagem do servidor público federal. Ocorreram privatizações e as universidades públicas federais enfrentaram uma profunda crise de financiamentos. A ascensão de um novo governo federal permitiu uma reversão nesse quadro de sucateamento das instituições federais. O governo federal aumentou substancialmente o financiamento e promoveu a expansão do ensino superior.

A instalação de uma universidade em uma determinada região ganha contornos socioespaciais pelas funções que desempenha ou permite alavancar no contexto econômico, político, cultural e histórico da mesma, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

É pertinente trazer a reflexão de Emir Sader (2005) sobre a necessidade de pensarmos global e localmente, agindo global e localmente. A forma

como todas as escalas estão imbricadas, torna impossível pensar que as ações possam estar separadas. O nosso agir no local tem consequências no global e esse global traz consequências e mudanças significativas para o local e para o dia a dia das pessoas.

Nesse sentido, a construção de outra realidade requer teorias e práticas compatíveis, visando integrar a idéia, o pensamento com ações efetivas.

De acordo com Santos (1971), cada objeto ou ação que se instala, se insere num tecido preexistente, e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. Há, em cada momento, uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza.

A partir da presença de uma universidade pública federal em um determinado local, o cotidiano das pessoas envolvidas, sejam professores, estudantes ou familiares, muda significativamente, tendo em vista a integração de novas culturas, enriquecendo a diversidade socioespacial, pois as universidades públicas desempenham um importante papel para a implementação de políticas públicas nas áreas sociais e em áreas que promovam o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica, bem como na produção e difusão da arte e da cultura, visando à correção das desigualdade sociais, em consequência, contribuindo para o desenvolvimento da região em que estão inseridas e do País.

O alcance da Furg a diversos municípios do entorno, ensejando novas territorialidades, é de valor inestimável, pois a inserção de uma Universidade em um local, seja por meio do ensino a distância, semi-presencial ou presencial, é algo singular, considerando que representa a união de saberes e culturas diversas.

É mister perceber que a cultura universitária instalada em um município pode ser fator fundamental para decisão do jovem de cursar o ensino superior.

Conforme Goergen (2008), o papel social dessas Instituições, não representa a adaptação do ensino superior ao modelo neoliberal que produz e reproduz as discriminações, injustiças e barbáries da sociedade em que vivemos, mas trata-se de preservar e estimular um posicionamento crítico, com vistas a construir uma sociedade melhor.

A expansão e ampliação do número de vagas nas universidades federais são importantes não só no sentido da democratização do acesso, mas contribui também para a diminuição das desigualdades regionais, uma vez que está voltada para a interiorização e o aumento do oferecimento de vagas noturnas.

Na década de 90, foi possível perceber crescimento nos indicadores acadêmicos, especialmente no que se refere ao número de alunos de graduação, sem, contudo, significar aumento no financiamento das Instituições. A partir de 2003, observamos o crescimento das Ifes, com aumento orçamentário significativo, bem como autorização para abertura de concursos públicos de docentes e técnico-administrativos em educação.

Conforme Marilena Chauí (2003, p.71), a universidade dos anos 90 caracterizou-se como:

[...] uma universidade operacional – regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida por normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual, pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrado e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissão e relatórios, etc.

Importante ressaltar a necessidade de defender o ensino superior público e gratuito dos ataques impetrados pelas forças do mercado, que buscam lucrar por meio da homogeneização da educação enquanto mercadoria e não um direito inalienável de todo cidadão.

Por se caracterizar em lócus da diversidade, atualmente, essas Instituições mostram-se preocupadas com a crescente desigualdade gerada por um sistema que se diz democrático, mas que ao longo dos anos foi responsável pelo fosso social entre os mais ricos e os mais pobres. É visível o impacto dos processos sociais baseados em uma economia capitalista na estruturação da sociedade. O processo de globalização revitaliza a tríade que Henri Lefèbvre (1991) estabeleceu para caracterizar a produção do espaço na sociedade urbana contemporânea: homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. Esses processos se reproduzem simultaneamente em escala global e local.

Nesse sentido, a construção de outro mundo requer também teorias novas, revolucionárias, que partam do que de melhor foi formulado até aqui, que saibam atualizá-las à luz do que é o mundo hoje, do que foi conquistado, mas também, dos reveses históricos na luta por um mundo solidário e humanista. (SADER, 2005).

Segundo Chauí (2003, p.73) para reverter esse quadro é necessário, antes de tudo que:

O Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio nem um serviço. A relação democrática entre Estado e Universidade autônoma depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” – e sim para

assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da Universidade.

Políticas públicas educacionais de investimento vêm sendo adotadas, tanto no que se refere ao aumento de vagas, oferecimento de novos cursos, programas e apoio à permanência, ações inclusivas/afirmativas, com o princípio norteador de resgate histórico-social, e também, ao uso de novas tecnologias, especialmente por meio da internet, a fim de possibilitar a inclusão de estudantes que se encontram longe dos *campi* presenciais e que, por esse motivo, estariam à margem do processo de ensino superior.

Resgata-se, dessa forma, uma universidade comprometida com o local e com o desenvolvimento regional e do País, buscando a transformação, por meio da reflexão, da realidade imposta, pois a educação ocupa um lugar estratégico na construção de sociedades mais democráticas e igualitárias.

Nesse sentido, acredita-se que este trabalho cumpriu com seu principal objetivo, que foi visualizar a dimensão socioespacial em momentos diferenciados vividos pelas Universidades Federais, em especial pela Furg, referente à década de 90 e à primeira década do século XXI, diante do contexto de investimento e expansão das universidades federais, especialmente a partir da adesão ao Reuni, em 2007.

Cabe destacar que pelo exíguo tempo para conclusão do trabalho não foi possível analisar dados socioeconômicos, o que possibilitaria visualizar mais detalhadamente a Furg, sugerindo-se, dessa forma, a continuidade de tal estudo, analisando-se outros períodos, além do cruzamento com dados socioeconômicos dos estudantes. Outro aspecto que também poderá ser analisado é a repercussão na dimensão socioespacial da Furg, a partir da adesão ao Sisu, haja vista que nesse

trabalho foram analisadas somente algumas variáveis, referente ao primeiro ano (2011) de ingresso à Universidade por meio do Sisu.



## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Rozana Rodrigues de. A Dimensão Socioespacial da FURG – Uma interpretação interescalar. Trabalho de Conclusão de Curso. FURG, 2002.

ANDERSON, Perry. Além do Neoliberalismo. POA. Publicação do Partido dos Trabalhadores, 1995, 25p.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo. Editora Peres, 1994, 56 p.

BUARQUE, Cristovão. A aventura da universidade. São Paulo, Editora UNESP/ Editora Paz e Terra S/A, 1994, 240p.

CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. Campinas-SP. Editora da UNICAMP, 1995, 203p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). Novos caminhos da Geografia. São Paulo. 5ª Edição. Editora Contexto, 2007, 204p.

CASTROGIOVANNI. Geografia em Sala de Aula - Práticas e Reflexões. E agora, como fica o ensino da Geografia com a globalização. AGB.1998, 185p.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a Universidade. São Paulo. Editora Executiva, 2001, 205p.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Educação Superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC? In PANIZZI, Wlana Maria (org). Universidade: um lugar fora do poder. POA. Editora da UFRGS, 2002, pp. 31-109.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In MOROSINI, Marília Costa (org). Universidade no MERCOSUL. São Paulo. Cortez Editora, 1994, pp. 149-177.

GOMES, Paulo César da Costa. A Condição Urbana. Ensaios de Geopolítica. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006, 304p.

GIDDENS. Anthony. Modernidade e Identidade. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2002, 233p.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In SANTOS, Milton & BECKER, Bertha K. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Lamparina Editora, 2007. pp. 43 – 71

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo. Annablume, 2005, 252p.

HEROD, Andrew. In HOLLOWAY, Sarah L., RICE, Stephen P., VALENTINE, Gill. (Orgs). Key Concepts in Geography. Scale: the local and the global. (229-247) Sage Publications. London. 2007. 342p

IANNI, Octávio. A Sociologia e o mundo moderno. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011, 406p.

KOURGANOFF, Wladimir. A face oculta da universidade. São Paulo, Editora UNESP, 1990, 310 p.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo, Perspectiva, 2007, 260p.

LEFÈBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo. Centauro Editora. 2001.

\_\_\_\_\_. Tradução Alcides João de Barros. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo. Editora Ática, 1991, 216p.

LIMODAD, Ester (org). Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Niterói, UFF/GECEL, 2003

MANCEBO, Deise e FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (orgs). Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo. Cortez, 2004, 303p.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução e introdução Florestan Fernandes. 2ª Edição. São Paulo. Expressão Popular, 2008, 285p.

MENEZES, Luiz Carlos de. Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2000, 63p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias Geográficas. São Paulo. Editora Hucitec, 1996, 156p.

\_\_\_\_\_ e COSTA, Wanderley Messias da, Geografia Crítica. A valorização do Espaço. São Paulo. Editora Hucitec, 1987, 196p.

\_\_\_\_\_. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo. Editora Hucitec, 1997, 100p.

MENDES, Durmeval Trigueiro. Ensaio sobre educação e universidade. Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Britto (organizadores). Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, 218p.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Tradução de Eliane Lisboa. 3ª Edição. Porto Alegre, Sulina, 2007, 120p.

MOROSINI, Marília (org). A Universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília. INEP/MEC. 2006, 466p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34, 1998, 368 p.

\_\_\_\_\_. Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo, Editora 34, 1996, 360p.

PANIZZI, Wrana Maria (org). Universidade: Um lugar fora do poder. POA. UFRGS Editora, 2002, 142p.

PETERSON, Michel. Introdução: a universidade – da responsabilidade do corpo docente. In DERRIDA, Jacques. O olho da universidade. São Paulo, Editora Estação Liberdade Ltda, 1999, P. 11-80.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Tradução de Líliliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979, 155p.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo. Editora Ática, 1993. 143-220.

ROLLEMBERG, Marcelo (org). Universidade: formação e transformação. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2005, 264p.

SADER, Emir. Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático. 8ª Edição. Paz e Terra. 2008, 205p.

\_\_\_\_\_. Perspectivas. Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2005, 135p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto/Portugal. Edições Afrontamento. 8ª Edição. 2002, 299p.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço – técnica e tempo. Razão e emoção. Edusp, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. O ensino superior: a busca de alternativas. In VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord). O Real, o crescimento e as reformas. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S.ª, 1996, P. 259-295.

SILVA, Tomaz Tadeu. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: PABLO, Gentili A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs). Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 1994, 204p.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo. Editora UNESP, 2004, 218p.

STEINER, João E. e MALNIC, Gerhard (orgs). Ensino Superior: Conceito e Dinâmica. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2006, 360p.

Proposta da Furg adesão ao Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos. Universidade Tecnológica do Paraná, Comissão de normalização de trabalhos acadêmicos. Curitiba. Editora UTFPR, 2009, 112p.

Censo de Educação Superior 2008 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Conferência Nacional de Educação – CONAE, 2010 – Documento final

Brasil. Lei Darcy Ribeiro. LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2ª Edição, Brasília, 2001.

Projeto Político Pedagógico da FURG – 2003.

Projeto de Desenvolvimento Institucional da Furg – 2007/2010

Projeto Pedagógico Institucional – PPI da Furg para o período 2011/2022

Boletins Estatísticos da Furg – Período 1990/2010.

Novos Estatuto e Regimento Geral da Furg. 2009.

#### Sítios Visitados

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>

<http://www.robertoreyna.com/puertaES/CRESpdf/contribucionesolosdocumentosbasicos/tema20III/PedroGoergen.pdf>. Educação superior e responsabilidade social: do discurso à ação.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>. Gonçalves. Carlos Walter Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.

<http://www.revista.unb.br>

<http://www.furg.br>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil>

## **Apêndice 1**

**Tabela VI - Dimensão socioespacial da Furg na escala nacional  
Origem dos estudantes – Estados do Brasil**



## Apêndice 2

**Tabela VII – Dimensão socioespacial da Furg na escala regional  
Origem dos estudantes – municípios do Rio Grande do Sul**







## Apêndice 3

**Tabela VIII - Dimensão socioespacial da Furg na escala local  
Origem dos estudantes - bairros em que residem na Cidade do Rio Grande**



## Apêndice 4

**Tabela XXII - Dimensão socioespacial - Origem dos estudantes - Estados do País - Período 2007 – 2011**

Origem	2007	2008	2009	2010	2011
Todos	1865	1898	2250	2650	2717
Alagoas					1
Bahia	3	1	1	1	1
Ceará	4	1	1	1	1
Distrito Federal	3	2	3	1	9
Espírito Santo	1		1		9
Goiás	1	3	4	4	6
Maranhão			1		
Mato Grosso	2	3	2	1	7
Mato G. do Sul	5	1			5
Minas Gerais	4	2	7	4	30
Pará					1
Paraná	20	20	9	12	24
Pernambuco					3
Piauí					1
Rio de Janeiro	5	5	2	3	20
Rio Grande do Sul	1692	1741	2145	2563	2332
Rondônia		1			
Santa Catarina	15	13	14	16	22
São Paulo	14	13	7	20	102
Sergipe			1	1	1
Tocantins				1	2
s/informação	96	92	52	22	9

Fonte: Furg/Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

## Apêndice 5

**Tabela XXIII - Dimensão socioespacial - Origem dos estudantes - Municípios do RS  
Período 2006 – 2011**

Origem	2007	2008	2009	2010	2011
RS	1.692	1.741	2.145	2.563	2.332
Aceguá	1		1	2	
Agudo		1		1	1
Ajuricaba			2		
Alecrim					2
Alegrete	5	1	4	2	3
Alegria	1				
Alvorada	1		1	2	1
Amaral Ferrador					
Antonio Prado	1				
Arambaré					
Arroio do Meio	1				4
Arroio do Sal				2	
Arroio do Tigre			1	1	2
Arroio Grande	2		2	3	1
Arvorezinha	1				
Augusto Pena	1			1	1
Bagé	6	11	13	11	14
Barra do Quaraí					
Bento Gonçalves	6	3	2	6	
Bissau				1	
Boa Vista do Burica	1		1	5	2
Boa Vista do Sul				1	
Bom Jesus					1
Bom Retiro do Sul			1		
Braga			1		
Bujuru	1				
Butiá	1				
Caçapava do Sul	4	2	3	6	
Cacequi	1		1	1	
Cachoeira do Sul	2	2	2	2	2
Cachoeirinha	1	1	1	1	4

Continuação					
Cacique Double	1				
Caibate		1			
Caiçara		1			
Camaquã	11	5	4	12	14
Campina das Missões	3	1	1	1	
Campinas do Sul		1		1	
Campo Bom	2	1	1	3	1
Candelária			1	1	2
Candido Godói	1				
Candiota		2	1	2	1
Canela	1				1
Canguçu	6	3	5	4	
Canoas	4	5	5	9	7
Capão da Canoa			2	2	2
Capão do Leão	6	2	1	5	4
Caraá			2	2	
Carazinho	4	3	1	1	4
Carlos Barbosa				1	1
Carlos Gomes					
Casca	1	1		1	
Caxias do Sul	16	11	8	7	16
Centenário				1	
Cerrito	3				1
Cerro Grande do Sul	1		1		2
Cerro Largo				2	1
Charqueada	1				2
Chiapetta	1				
Chui	1		2	5	2
Chuívisca				1	
Chuy					2
Coimbra			1		
Coronel Barros	1				
Coronel Bicaco					
Cotipora	1				
Criciumal	1				

Continuação					
Cristal					
Cruz Alta	1		3	4	3
Cruzeiro do Sul			1		
David Canabarro					
Derrubadas			1		
Dois Irmãos		1		1	1
Dom Feliciano	1				2
Dom Pedrito	2		5	5	5
Dona Francisca					1
Doutor Ricardo		1	1		
Eldorado do Sul					
Encantado	1	1		2	1
Encruzilhada do Sul	1		3	2	1
Entre Ijuis					1
Erechim	7	7	2	2	2
Esperança do Sul			1		
Espumoso	1	1			
Estância Velha		1			
Esteio	2	3			4
Estrela		2	2	3	2
Eugenio de Castro				1	
Farroupilha	1	2	1	2	1
Faxinal do Soturno	1		1		
Flores da Cunha	4	4	1	2	2
Fontoura Xavier					1
Frederico Westphalen	2	2		1	2
Garibaldi		1	2		
Getúlio Vargas					1
Gramado			1		1
Gravataí	3			2	1
Guabiju			1		1
Guaíba				2	1
Guaporé				2	2
Horizontina	1	2	1	1	1
Humaitá			2	1	1
Ibiaçá	1				
Ibirairas	1				
Ibiruba	2	1	2	2	

Continuação					
Igrejinha		1	1	1	
Ijuí	6	2	9	2	4
Ilopolis			3		
Imbe				4	1
Imigrante		1			
Iraí			1		
Itaqui	1			1	
Ivora	1				
Ivoti	1				
Jaboticaba	1		1		1
Jaguarão	5	3	2	3	3
Jaguari			1		
Jari	1				
Joia					1
Julio de Castilhos	1				
Lagoa Vermelha	4	3	1		3
Lajeado	1	3	4	6	5
Lavras do Sul		1			
Manoel Viana				3	
Maquine				2	1
Marau	1				
Mariano Moro					
Mato Castelhano	1				
Maximiliano de Almeida	3				
Miraguai	1				
Montenegro			2	1	1
Morro Redondo	1	2	1		2
Mostardas	8		1	4	1
Nonai			1		
Nova Bassano					1
Nova Candelária					
Nova Petropolis	2		1		1
Nova Prata	1	1	5	6	4
Novo Hamburgo	5	3	2	3	4
Osorio	1	1	12	9	3
Palmares do Sul	1		1		
Palmeira das Missões	3	4	1	1	1



Continuação					
Palmitinho	1	1	2		2
Panambi	3	1		1	1
Pareci Novo				2	
Parobe				3	1
Passo Fundo	10	7	2	6	4
Pedro Osório	2		2	1	
Pelotas	208	188	162	183	170
Pinhal Grande	1	1	1		
Pinheiro Machado	1			1	1
Piratini	1	1	1		
Planalto	1				
Poço das Antas	1				
Portão	1	1		1	
Porto Alegre	87	72	48	75	62
Porto Lucena			1		
Porto Xavier					1
Putinga		1			
Quarai		1		1	
Quinze de Novembro			1		
Redentora				1	
Restinga Seca	1				
Rio Grande	986	1.168	1.545	1.816	1.625
Rio Pardo				1	3
Roca Sales	1				
Rolante			4	2	
Ronda Alta	1				
Rosário do Sul	1	1	2		
Safim Guiné Bissau				1	
Saldanha Marinho	1				
Salto do Jacuí	1				
Salvador das Missões					1
Sananduva	1	1		1	1
Santa Barbara do Sul				1	1
Santa Clara do Sul			1		
Santa Cruz do Sul	5	4	5	1	5
Santa Maria	70	55	39	28	27
Santa Rosa	2	2		2	8
Santa Vitória do Palmar	12	3	10	41	39

Continuação					
Santana da Boa Vista	1		1	1	
Santana do Livramento	3	1	7	4	7
Santiago	2	2	2		1
Santo Angelo	1	7	1		1
Santo Antônio da Patrulha	1		58	28	8
Santo Antonio do Palma					1
Santo Augusto	2	1	5	2	1
Santo Cristo	1				1
São Borja	4	2	1	2	
São Francisco de Assis			1	1	
São Francisco de Paula					1
São Gabriel	4	5	2	2	4
São Jerônimo					1
São João da Urtiga					
São Jorge	1			1	
São José do Norte	37	38	46	72	52
São Leopoldo	4	5	3	4	7
São Lourenço do Sul	10	6	5	31	20
São Luiz Gonzaga	3	1	1	1	1
São Martinho		1	1		
São Paulo das Missões		1		1	
São Pedro do Sul		1			
São Sepe	1			1	1
São Valério do Sul	1				1
São Vicente do Sul	1				1
Sapiranga		2	2	1	2
Sapucaia do Sul	1	1		3	
Sarandi				1	3
Seberi	1				
Selbach	1		1		
s/informação	2	27		2	1
Sentinel do Sul	1				
Serafina Correa	1			1	
Severiano de Almeida					
Sobradinho				3	2
Soledade		1		2	1
Tapejara	1	1			1

Continuação					
Tapera	1				
Tapes	1				
Taquara	1		2	2	6
Taquari					
Tavares	1			3	4
Tenente Portela	1				1
Teutonia		1		3	3
Torres					2
Tramandai			1	5	5
Três Coroas			1		
Três de Maio	2	1	3		2
Três Passos		2	4	1	
Tupanciretã		1	2	1	3
Turuçu				1	
Uruguaiana	4	7	4	6	7
Vacaria	3		2		
Vale Real					1
Vanini			1		
Venancio Aires	2	1	1	4	4
Vera Cruz	1		2	3	1
Veranópolis	1		2	3	4
Viadutos					
Viamão	2	1	4	2	7
Vila Nova do Sul		1			
Vista Alegre	2	1			1
Westphalen				1	

Fonte: Furg/Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

# Anexos

# **Anexo 1**

**Carta de Porto Alegre**

## CARTA DE PORTO ALEGRE

Reitores, diretores de instituições e associações de educação superior e autoridades acadêmicas, reunidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, por ocasião da III *Cumbre* Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas, manifestam sua profunda preocupação frente às políticas implementadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que favorecem a comercialização internacional dos serviços de educação, assemelhando-se a simples mercadorias. Os poderosos interesses que sustentam estas políticas pressionam pela transformação da educação superior num lucrativo mercado de âmbito mundial e pela desregulamentação e eliminação de todo controle de qualidade de natureza legal, política ou fiscal.

A proposta de entregar ao livre comércio a educação superior se inscreve num processo continuado de drásticos cortes no financiamento público e de fomento à globalização da educação privada, levando a que os Estados abandonem sua função política específica de orientação, direção e gestão em áreas de sua responsabilidade social. Estas proposições ferem seriamente as políticas de equidade, indispensáveis para o equilíbrio social, em especial nos países em desenvolvimento, e necessárias para nossas identidades culturais. Elas perturbam, igualmente, a consolidação e a transmissão dos valores éticos e culturais, afetando nossas aspirações de alcançar uma sociedade mais democrática e justa através de um desenvolvimento sustentável, compromissos da educação superior, cuja missão específica se assenta na concepção do conhecimento como bem social destinado à melhoria da qualidade de vida de nossos povos – função esta que o ensino superior, em hipótese alguma, poderá cumprir se for transformada em simples mercadoria ou objeto de especulação no mercado, através de sua comercialização internacional. Entre os graves problemas que acarretam tais proposições, cabe mencionar ainda a uniformização acrítica da educação e o grave dano que isso significa para a soberania nacional e dos povos.

Por estas razões, os reitores e acadêmicos ibero-americanos aqui reunidos, lembrando os compromissos assumidos pelos governos e pela comunidade acadêmica internacional em outubro de 1998, na Conferência Mundial do Ensino Superior em Paris, no sentido de considerar a educação superior como um bem público, alertam a comunidade universitária e a sociedade em geral sobre as conseqüências nefastas dessas políticas, e requerem aos governos de seus respectivos países que não subscrevam acordos nessa matéria no contexto do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) da OMC.

# **Anexo 2**

## **Manifesto dos Reitores**

**EDUCAÇÃO – O BRASIL NO RUMO CERTO**  
**(Manifesto de Reitores das Universidades Federais à Nação Brasileira)**

Da pré-escola ao pós-doutoramento - ciclo completo educacional e acadêmico de formação das pessoas na busca pelo crescimento pessoal e profissional - consideramos que o Brasil encontrou o rumo nos últimos anos, graças a políticas, aumento orçamentário, ações e programas implementados pelo Governo Lula com a participação decisiva e direta de seus ministros, os quais reconhecemos, destacando o nome do Ministro Fernando Haddad.

Aliás, de forma mais ampla, assistimos a um crescimento muito significativo do País em vários domínios: ocorreu a redução marcante da miséria e da pobreza; promoveu-se a inclusão social de milhões de brasileiros, com a geração de empregos e renda; cresceu a autoestima da população, a confiança e a credibilidade internacional, num claro reconhecimento de que este é um País sério, solidário, de paz e de povo trabalhador. Caminhamos a passos largos para alcançar patamares mais elevados no cenário global, como uma Nação livre e soberana que não se submete aos ditames e aos interesses de países ou organizações estrangeiras.

Este período do Governo Lula ficará registrado na história como aquele em que mais se investiu em educação pública: foram criadas e consolidadas 14 novas universidades federais; instituiu-se a Universidade Aberta do Brasil; foram construídos mais de 100 *campi* universitários pelo interior do País; e ocorreu a criação e a ampliação, sem precedentes históricos, de Escolas Técnicas e Institutos Federais. Através do PROUNI, possibilitou-se o acesso ao ensino superior a mais de 700.000 jovens. Com a implantação do REUNI, estamos recuperando nossas Universidades Federais, de norte a sul e de leste a oeste. No geral, estamos dobrando de tamanho nossas Instituições e criando milhares de novos cursos, com investimentos crescentes em infraestrutura e contratação, por concurso público, de profissionais qualificados. Essas políticas devem continuar para consolidar os programas atuais e, inclusive, serem ampliadas no plano Federal, exigindo-se que os Estados e Municípios também cumpram com as suas responsabilidades sociais e constitucionais, colocando a educação como uma prioridade central de seus governos.

Por tudo isso e na dimensão de nossas responsabilidades enquanto educadores, dirigentes universitários e cidadãos que desejam ver o País continuar avançando sem retrocessos, dirigimo-nos à sociedade brasileira para afirmar, com convicção, que estamos no rumo certo e que devemos continuar lutando e exigindo dos próximos governantes a continuidade das políticas e investimentos na educação em todos os níveis, assim como na ciência, na tecnologia e na inovação, de que o Brasil tanto precisa para se inserir, de uma forma ainda mais decisiva, neste mundo contemporâneo em constantes transformações.

Finalizamos este manifesto prestando o nosso reconhecimento e a nossa gratidão ao Presidente Lula por tudo que fez pelo País, em especial, no que se refere às políticas para educação, ciência e tecnologia. Ele também foi incansável em afirmar, sempre, que recurso aplicado em educação não é gasto, mas sim investimento no futuro do País. Foi exemplo, ainda, ao receber em reunião anual, durante os seus 8 anos de mandato, os Reitores das Universidades Federais para debater políticas e ações para o setor, encaminhando soluções concretas, inclusive, relativas à Autonomia Universitária.

Alan Barbiero - Universidade Federal do Tocantins (UFT)  
Aloisio Teixeira - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Amaro Henrique Pessoa Lins - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Ana Dayse Rezende Dórea - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)  
Antonio César Gonçalves Borges - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)  
Carlos Alexandre Netto - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Carlos Eduardo Cantarelli - Univ. Tec. Federal do Paraná (UTFPR)  
Célia Maria da Silva Oliveira - Univ. Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
Damião Duque de Farias - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Felipe Martins Müller - Universidade Federal da Santa Maria (UFSM)  
Hélio Trindade - Univ. Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Hélio Waldman - Universidade Federal do ABC (UFABC)  
Henrique Duque Chaves Filho - Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
Jesuvaldo Pereira Farias - Universidade Federal do Ceará - UFC  
João Carlos Brahm Cousin - Universidade Federal do Rio Grande - (FURG)  
José Carlos Tavares Carvalho - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)  
José Geraldo de Sousa Júnior - Universidade Federal de Brasília (UNB)  
José Seixas Lourenço - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

José Weber Freire Macedo - Univ. Fed. do Vale do São Francisco (UNIVASF)  
Josivan Barbosa Menezes - Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA)  
Malvina Tânia Tuttman - Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Maria Beatriz Luce - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)  
Maria Lúcia Cavalli Neder - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)  
Miguel Badenes P. Filho - Centro Fed. de Ed. Tec. (CEFET RJ)  
Miriam da Costa Oliveira - Univ. Fed. de Ciênc. da Saúde de POA (UFCSPA)  
Natalino Salgado Filho - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Paulo Gabriel S. Nacif - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)  
Pedro Angelo A. Abreu - Univ. Fed. do Vale do Jequetinhonha e Mucuri (UFVJM)  
Ricardo Motta Miranda - Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Roberto de Souza Salles - Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Romulo Soares Polari - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
Sueo Numazawa - Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)  
Targino de Araújo Filho - Univ. Federal de São Carlos (UFSCar)  
Thompson F. Mariz - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
Valmar C. de Andrade - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)  
Virmondes Rodrigues Júnior - Univ. Federal do Triângulo Mineiro (UFMTM)  
Walter Manna Albertoni - Universidade Federal de São Paulo ( UNIFESP)



# **Anexo 3**

**Decreto 6096/07 – Institui Reuni**

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.**

Institui o Programa de Apoio a Planos de  
Reestruturação e Expansão das Universidades  
Federais - REUNI.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Fernando Haddad*

*Paulo Bernardo Silva*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

## **Anexo 4**

**Decreto-Lei n° 774/69 - Autoriza funcionamento da Furg**



# **Anexo 5**

## **Correspondências Reuni**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO REITOR

Avenida Itália Km 08 - Campus Carreiros - Caixa Postal 474 - Rio Grande - RS - CEP: 96201-900  
Fone: (53) 3233 6730 Fax: (53) 3230 2248 E-mail: reitoria@furg.br Homepage: <http://www.furg.br>

---

MEMO. CIRC. 010 /2007 - Gabinete

Rio Grande, 06 de setembro de 2007.

DE: Prof.Dr. JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN - Reitor

PARA: Todas as unidades da FURG, APROFURG, APTAFURG, ASIPFURG e DCE.

Considerando a prorrogação da data para apresentação final ao MEC da proposta do REUNI, que ficou definida para o dia 29 de outubro e, em virtude de não termos podido realizar a apresentação das iniciativas no dia de hoje, em função do debate ocorrido sobre o tema, estamos definindo um novo CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DA FURG, conforme anexo.

Solicitamos a colaboração de todos os dirigentes na divulgação do novo cronograma e empenho na construção das iniciativas e propostas que integrarão o REUNI da FURG, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN  
Reitor  
(A VIA ORIGINAL ENCONTRA-SE ASSINADA)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
 GABINETE DO REITOR

Avenida Itália Km 08 - Campus Carreiros - Caixa Postal 474 - Rio Grande - RS - CEP: 96201-900

Fone: (53) 3233 6730 Fax: (53) 3230 2248 E-mail: reitoria@furg.br Homepage: <http://www.furg.br>

ANEXO MEMO. CIRC. 010 /2007 - Gabinete

Rio Grande, 06 de setembro de 2007

## CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DA FURG

PERÍODO/DATA	ATIVIDADE
17 de setembro	Apresentação das iniciativas/propostas e discussão geral.
17 de setembro a 04 de outubro	Período para detalhamento das iniciativas e propostas.
05 de outubro	Apresentação e discussão das propostas.
06 a 17 de outubro	Período para compatibilização e ajustes.
18 a 22 de outubro	Estruturação do REUNI da FURG e preenchimento dos formulários eletrônicos.
23 de outubro	Reunião do Conselho Universitário.
24 a 29 de outubro	Ajustes finais no Projeto da FURG e envio para o MEC.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO REITOR

Avenida Itália Km 08 - Campus Carreiros - Caixa Postal 474 - Rio Grande - RS - CEP: 96201-900  
Fone: (53) 3233 6730 Fax: (53) 3230 2248 E-mail: reitoria@furg.br Homepage: <http://www.furg.br>

---

MEMO. CIRC. 012 /2007 - Gabinete

Rio Grande, 12 de setembro de 2007.

DE: Prof.MSc. Ernesto Luiz Casares Pinto – Reitor em exercício

PARA: Todas as unidades da FURG, APROFURG, APTAFURG, ASIPFURG e DCE.

Informamos que a apresentação das iniciativas/propostas e discussão geral que integrarão o REUNI da FURG, ocorrerá no dia 17 de setembro (segunda-feira), conforme cronograma já enviado, no Auditório *Prof. João Rocha*, na Proplan – Campus Carreiros, às 08h30min.

Informamos ainda, que o tempo definido para a apresentação das referidas propostas será de no máximo 10 minutos

Solicitamos a colaboração de todos os dirigentes na divulgação do local e horário, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Prof. MSc. Ernesto Luiz Casares Pinto  
Reitor em exercício  
(o original encontra-se assinado)

## **Anexo 6**

**RESOLUÇÃO Nº 030/2007 – Consun – Dispõe sobre Reuni  
ATA 367/07 – Aprova Proposta Reuni Furg**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES

RESOLUÇÃO Nº 030/2007  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
EM 23 DE OUTUBRO DE 2007

Dispõe sobre a proposta da FURG para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, na qualidade de Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, tendo em vista decisão deste Conselho tomada em reunião ordinária do dia 23 de outubro de 2007, Ata nº 367,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a apresentação ao MEC, da proposta global da FURG nos termos da Chamada Pública MEC/SESU N.º 08/2007-REUNI (Seleção Pública de Propostas para Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

Art. 2º Aprovar o dimensionamento geral da Instituição e específico das iniciativas constantes nos anexos ([Tabelas 1 a 3](#)) da Indicação apresentada ao CONSUN nesta data.

Art. 3º Aprovar a designação de 03 (três) membros do CONSUN, para acompanhar a inserção dos dados nas planilhas eletrônicas do SIMEC.

Art. 4º A presente RESOLUÇÃO entra em vigor nesta data.

Em 23 de outubro de 2007.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin  
PRESIDENTE DO CONSUN

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**  
**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

ATA 367

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, às oito horas, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência do Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin, com a presença dos seguintes membros: Adalto Bianchini, Adriana Gava, Adriana Kivanski de Senna, Adriana Dora da Fonseca, Alexandre Costa Quintana, André Luiz Portanova Laborde, André Tavares da Cunha, Antenor Ferreira Moraes, Antonio Cardoso Sparvoli, Antonio Carlos Mousquer, Attila Louzada Júnior, Carla Imaraya Meyer de Felipe, Carla Teresinha do Amaral Rodrigues, Carlos da Silva Faria, Celso Luiz Lopes Rodrigues, César Serra Bonifácio Costa, Cezar Augusto Burkert Bastos, Cleuza Maria Sobral Dias, Danilo Giroldo, Dário de Araújo Lima, Darlene Torrada Pereira, Derocina Alves Campos Sosa, Ednei Gilberto Primel, Eliane Cappelletto, Eli Sinnott Silva, Ernesto Luiz Casares Pinto, Humberto Calloni, Humberto Camargo Piccoli, Ioni Gonçalves Colares, João Moreno Pomar, Joaquim Vaz, José Antônio Vieira Flores, José Carlos Resmini Figurelli, José Vanderlei Silva Borba, Luiz Augusto Andreoli de Moraes, Luiz Carlos Krug, Luiz Carlos Schmitz, Luiz Eduardo Maia Nery, Marcos Antonio Satte de Amarante, Marcos Barros de Souza, Marcos Cardoso Rodríguez, Maria Elisabeth Gomes da Silva Itusarry, Maria de Fátima Prado Gautério, Marta Riegert Borba, Méri Rosane Santos da Silva, Myriam de las Mercedes Salas Mellado, Nelson Monteiro Rangel, Obirajara Rodrigues, Osvaldo Casares Pinto, Pedro Eduardo Almeida da Silva, Rita de Cássia Grecco dos Santos Rinaldi, Sílvia Silva da Costa Botelho, Solismar Fraga Martins, Suzana de Oliveira Malta, Vera Torres das Neves, Wilson Danilo Lunardi Filho, Eduardo Carvalho Pereira, Flávio Luís Costa Cruz, Miriam Martinatto da Costa, Zulema Ribeiro Hernandez, Patrícia Xavier Gonçalves, Sérgio Barcelos Divério e Luciano de Mello Silva. O secretário, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos conselheiros substitutos, indicando o motivo da substituição: Luiz Antônio de Almeida Pinto, coordenador substituto da ComCur de Pós-Graduação em Engenharia e Ciência de Alimentos (titular afastado a serviço da Universidade); Wilson Francisco Britto Wasielesky Júnior, coordenador substituto da ComCur de Pós-Graduação em Aqüicultura (titular afastado a serviço da Universidade); Maura Dumont Hüttner, coordenadora substituta da ComCur de Medicina (titular afastada a serviço da Universidade); Denise Varella Martinez, chefe substituta do Departamento de Matemática (titular afastado a serviço da Universidade), Aimée Gonzáles Bolaños, coordenadora substituta da ComCur de Pós-Graduação em Letras (titular afastado a serviço da Universidade) e Susi Heliene Lauz Medeiros, chefe substituta do Departamento de Cirurgia (titular afastado a serviço na Universidade). Pelas unidades convidadas compareceram: Clarice Pilla de Azevedo e Souza (NID) e Manoel Luís Martins da Cruz (APROFURG). Ausentes: Alberto José Barutot Meirelles Leite, Carlos Rodolfo Brandão Hartmann, Cíntia Pereira Barenho, Eliana Freitas Pereira, Gisele Vasconcelos Dziekaniak, João Sarkis Yunes e Liliamar Bartelt de Quadros Dias. Justificaram a ausência de representantes: o Departamento de Oceanografia, cujo titular está em férias e seu substituto em licença médica; a representação da comunidade na área do comércio, cujo titular e suplente encontram-se em viagem nesta oportunidade, e a Comissão de Curso de Biblioteconomia, devido a sua titular encontrar-se em viagem e não ter conseguido avisar o seu substituto. Antes de iniciar a reunião o Senhor Presidente solicitou autorização do plenário para que um grupo de estudantes, além dos representantes que integram o Conselho, pudesse participar da reunião na condição de convidados. O plenário aprovou o convite para que os estudantes participassem como ouvintes. Dando início à reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão o único ponto da pauta, conforme segue: **1º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin - Proposta da FURG para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI** – Com base no relatório apresentado na indicação, o autor propõe que o CONSUN aprove: a) a

apresentação ao MEC, da proposta global da FURG nos termos da Chamada Pública MEC/SESU nº 08/2007-REUNI (Seleção Pública de Propostas para Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais); b) o dimensionamento geral da Instituição e específico das iniciativas constantes dos Anexos ([tabelas 1 a 3](#)) e c) a designação de 03 (três) membros do CONSUN, para acompanhar a inserção dos dados nas planilhas eletrônicas do SIMEC. A indicação foi lida por seu autor. Nesse momento o Senhor Presidente fez o registro do recebimento das manifestações favoráveis à participação no REUNI da Comissão de Curso de Medicina e da Comissão do Curso de Direito, esta ampliando cinco vagas por turma, considerando três no vestibular de 2007 e duas no de 2008, totalizando 15 vagas por ano e 90 na integralidade do curso sem reivindicação de professores equivalentes, as quais foram recebidas após o fechamento da pauta desta reunião, portanto informando que será realizado um ajuste nas planilhas divulgadas, inserindo dessa forma as duas novas iniciativas. Após a leitura da Indicação, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão, quando foram registradas as seguintes manifestações: O professor Manoel Luís Martins da Cruz, representante da APROFURG para as reuniões do CONSUN com relação ao assunto REUNI, informou que a posição da entidade é contrária à participação da FURG no Programa REUNI. Disse que gostaria de ter participado de reuniões a respeito do assunto no Departamento de Educação e Ciências do Comportamento e na Comissão de Curso que participa, e que estranha a citação dessas unidades no material distribuído junto à pauta da reunião. A seguir passou a fazer uma análise conjuntural de como se encontra a área da educação com relação ao atual governo federal e especificamente com relação às universidades, dizendo que na sua opinião tudo o que está acontecendo nesta área já estava determinado por organismos internacionais. A Cons. Adriana Kivanski solicitou uma pequena correção nos dados existentes na tabela 1, com relação aos cursos de História. A Cons. Maria de Fátima informou que o Departamento de Ciências Jurídicas discutiu bastante o assunto e que a posição da área é de que há pouco tempo já houve a criação de um novo curso no turno da manhã, e neste momento não há possibilidade de uma nova proposta. O Senhor Presidente informou que as novas vagas do Direito serão consideradas no cômputo geral de crescimento da Universidade. O Cons. Adalto pediu informações sobre o dimensionamento do corpo de servidores para o programa. O Senhor Presidente disse que no programa está dimensionado apenas o número de professores equivalentes permitido, que é de cento e setenta e dois, e ainda há que se discutir sobre o passivo existente na Universidade, o qual será tratado posteriormente. Quanto ao número de servidores técnico-administrativos em educação, disse que todas as propostas foram atendidas e que existe ainda um saldo no número de servidores para futuros ajustes internos. Informou ainda que o número de professores equivalentes da FURG é de oitocentos e sessenta e um, fora os que vierem a ser incluídos por força da discussão no REUNI. Informou também que está em discussão no Congresso Nacional a destinação de cinco mil vagas para servidores técnico-administrativos para as Instituições Federais de Ensino Superior. O acadêmico Tiago fez referência ao que consta no Decreto 6086 do Governo Federal com relação ao crescimento da taxa de conclusão média dos cursos e do atrelamento do programa às condições orçamentárias do Ministério da Educação, e perguntou ao final como a FURG trabalhará com essas condicionantes. O Senhor Presidente disse que efetivamente é necessário combater a evasão, cuja taxa na FURG é alta, e que a eficiência do sistema na Universidade deve estar em torno de sessenta e oito por cento. Disse que além do REUNI existem programas de apoio aos estudantes que estão auxiliando esse combate. O Cons. Ernesto explicou que a conta para se chegar a uma taxa de conclusão média de noventa por cento não deve ser por geração de cem ingressantes para noventa concluintes ao final de cinco anos, pois nesse cálculo devem ser incluídos aqueles que ingressam por outras formas e também aqueles que já se encontram no curso em andamento. Considera que os estudantes devem travar o debate necessário, porém entendendo corretamente como serão feitos os cálculos para atingir as metas do Decreto. Concluiu dizendo que na FURG não está havendo eficiência na ocupação de vagas ociosas, e que mesmo assim há uma taxa de conclusão média em torno de setenta por cento. O Senhor Presidente disse, com relação às questões orçamentárias,

que a FURG está entrando em um programa acreditando que o Governo Federal cumprirá com o compromisso assumido. O acadêmico Isaquiel questionou qual será a garantia de que os recursos prometidos virão para as universidades, uma vez que o maior volume de recursos está previsto para depois do encerramento do atual governo do Presidente Lula. Disse entender que os coordenadores e chefes de departamento deveriam pensar mais na Universidade como um todo e não só nas suas unidades de trabalho. O acadêmico Pedro, do curso de Medicina, disse que há algum tempo vem tomando conhecimento do Programa REUNI por meio da leitura de textos e que em discussão no seu Diretório Acadêmico (DA) foi tomada posição de propor ao Conselho que proporcionasse mais discussão sobre o assunto. O Cons. Schmitz disse que, apesar de concordar com o fato de que vários debates foram travados na FURG a respeito do assunto, a proposta deveria ser aprovada neste momento pelo CONSUN, que a posição do seu departamento é de que só deveria ser aprovada com garantias suficientes e que, em vista do que está colocado, não vê essa garantia, está encaminhando posição contrária a aprovação da Indicação. O Cons. Pedro Eduardo sugeriu que no último parágrafo do relatório da Indicação fosse alterado o texto, por entender que está escrito de forma excludente já que o autor destacava confiar naqueles que haviam ajudado a elaborar a proposta, quando de fato, deve-se acreditar que todos os servidores estarão atuando para o êxito da proposta. O Senhor Presidente agradeceu e acolheu a sugestão do Cons. Pedro, porém observou que o que estava em análise eram os três itens da conclusão da Indicação e não as argumentações constantes no relatório do documento, pois isso não faria parte da resolução do Conselho. O Cons. Pedro argumentou ainda no sentido de ser revista a forma de como ingressar no REUNI. Citou que, na sua visão, também a proposta da chamada “Universidade Nova” deveria ser debatida no interior da Universidade. Disse entender que a Pós-Graduação não foi adequadamente valorizada nesta proposta. A Cons. Méri posicionou-se contrária ao REUNI, informando que o seu departamento, o DECC, tirou posição contrária, justificando que os dados apresentados não são bastante claros e acabaram provocando mais dúvidas. Disse que a proposta do REUNI é uma proposta de Governo e não uma proposta de Estado. Citando que os bolsistas de pós-graduação é que darão aula na graduação. Também criticou a criação de cursos de tecnólogos que constam na proposta da FURG, afirmando que isso é um engodo, e que a tendência desses cursos é “cair no vazio”. Citou também a divulgação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) da criação de uma gratificação de produtividade para os professores, o que fará pressão sobre eles no sentido da complementação de seus salários. A Cons. Zulema disse que os servidores técnico-administrativos em educação não têm posição firmada a respeito do REUNI e questionou a forma como se chegou ao número de servidores técnicos na proposta da FURG. Encaminhou ao final para que ocorra um adiamento na decisão do CONSUN a respeito do REUNI, possibilitando dessa forma que os servidores técnicos e os estudantes possam melhor discutir o assunto. O Senhor Presidente disse que todos os conselheiros sabem que a discussão foi estimulada em todas as unidades, com farto material distribuído, inclusive aos sindicatos das categorias e a que várias reuniões foram realizadas. Disse ainda que a sua vida nunca foi pautada por pressão de ninguém e afirmou que tem convicção do que está sendo construído no conjunto das IFES e o que pode representar essa iniciativa para milhares de jovens pelo país afora. Disse que a sociedade em geral anseia pelo crescimento da Universidade, que vários prefeitos de municípios vizinhos aguardam e esperam que as iniciativas da FURG os alcancem através dos cursos propostos, e que, o assunto está sendo tratado com muita seriedade e muito envolvimento pelos diversos grupos interessados. A acadêmica Fernanda, do curso de Enfermagem, perguntou se todos conhecem a realidade dos alunos da área da saúde, argumentando que, se o REUNI prevê o aumento de vagas e ao mesmo tempo sabe-se que não há condição imediata de ampliação do Hospital, que condição restará aos estudantes para cumprirem seus estágios, já que atualmente a situação encontrada não é satisfatória, já que são poucas as salas existentes para que os acadêmicos cumpram seus estágios. O Cons. Andreoli disse ainda estar com dúvidas a respeito da extensão do programa. Afirmou não ser contrário à expansão das Universidades, porém considera que deveria haver mais tempo para discussão. Disse que

os professores do Departamento de Matemática nunca negaram ajuda ao serem procurados, porém está preocupado com as conseqüências e gostaria apenas que houvesse mais tempo para a discussão. O acadêmico Rafael avalia que mais da metade dos estudantes da FURG desconhecem o programa REUNI, justificando que em uma tarde foram recolhidas mais de quinhentas assinaturas solicitando o adiamento da decisão. O Cons. Humberto Calloni declarou não ter havido tempo suficiente na Pós-Graduação em Educação Ambiental para que fosse promovido maior debate interno a respeito do assunto e, portanto, também gostaria de solicitar mais tempo para que o seu programa de pós-graduação possa tomar uma posição final. Perguntou ainda se no REUNI há alguma previsão de reajuste salarial para os professores. A Cons. Maria de Fátima disse sentir-se constrangida em votar pelo pessoal do DCJ, pois lhe parece que o sentimento na discussão no departamento foi o de estarem com medo de dizer “não”, ao mesmo tempo em que não conseguem dizer “sim” a algo que lhes parece já estar definido. O Cons. Danilo disse estar parecendo que as pessoas não conseguiram entender que o programa REUNI é uma chamada pública e que, se os recursos prometidos não vierem, as metas também não serão cumpridas. Entende que quando se encaminha contrariamente ao REUNI, há que considerar que se estará dizendo “não” à melhoria dos programas de apoio aos estudantes e ao incremento dos recursos de custeio da Universidade. Afirmou que, na sua visão, a expansão não está sendo tratada sem responsabilidade, citando como exemplo um laboratório do Departamento de Ciências Morfo-Biológicas que atende atualmente apenas nove alunos e poderia estar atendendo quarenta alunos, não fosse a falta de equipamentos, e que o REUNI traz a possibilidade de mudança dessa realidade. Disse que no seu departamento todos os participantes - alunos, professores e servidores técnicos - participaram da discussão e que a posição da maioria foi favorável ao REUNI. Disse ficar preocupado com aqueles que se manifestam contrários, sem conhecer a realidade de algumas unidades da Instituição. A Cons. Denise disse que o Departamento de Matemática já atinge a meta de dezoito alunos/professor e perguntou se os cursos a serem criados prevêm a alocação de professores para as áreas básicas, pois seu departamento atenderia vinte e cinco dos trinta e sete projetos apresentados. O Cons. Ernesto informou que nas reuniões das Pró-Reitorias com as unidades proponentes e unidades envolvidas houve o dimensionamento do impacto de cada proposta em termos de necessidade de contratação de pessoal. A Cons. Darlene explicou que primeiro encaminhou correspondência aos Departamentos, Comissões de Curso, CAS, DAS e DCE, pedindo sugestões para construir a proposta de Assistência Estudantil do REUNI e após encaminhou convite as Comissões de Curso, DCE, DAS e CAS para reunião que discutiu a Assistência Estudantil no Reuni, porém poucos estiveram presentes. Defendeu o REUNI no sentido de que o programa traz a possibilidade de aumento dos programas de atendimento dos estudantes já existentes. O Cons. Marcos Amarante disse que o Departamento de Química atuou ativamente na discussão do REUNI desde a sua divulgação, contando inclusive com a participação de sete servidores técnico-administrativos em educação nas reuniões realizadas. Fez um relato das iniciativas do departamento junto ao Programa REUNI, entendendo que este é um dos departamentos com participação mais equilibrada no sentido da atuação na graduação e na pós-graduação. Considera importante que a Universidade possa trazer para dentro da instituição profissionais que tenham experiência adquirida ao longo dos anos e não só com a educação formal, como acontece atualmente através da política de contratação prioritária de docentes com dedicação exclusiva. O Cons. Figurelli afirmou que a FURG está trabalhando com o foco no estudante, citando algumas premissas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Fez referência a diversas projeções de investimento nas estruturas físicas da Universidade, afirmando que trarão qualidade ao atendimento dos acadêmicos de várias áreas, como também a montagem de vários laboratórios novos e a aquisição de vários equipamentos. Explicou que o projeto é de cinco anos, porém os reflexos serão sentidos pela Instituição até os anos de 2015 e 2016. O Cons. José Flores disse que pessoalmente, num primeiro momento, viu o REUNI com muita desconfiança. Afirmou que após uma discussão na área de Artes Visuais, o grupo tomou a decisão de participar, principalmente por verem a possibilidade de criação do Bacharelado, que é um

anseio antigo dessa área. Afirmou que a decisão foi muito bem pensada pelos integrantes da área e que iria votar favoravelmente à proposta apresentada ao Conselho. Com relação à presença de servidores técnico-administrativos na proposta da área de Artes Visuais, justificou explicando a necessidade de contratação de três novos servidores para o desenvolvimento e segurança das atividades. O Cons. Flávio disse não desconhecer as diversas iniciativas tomadas pela Administração no sentido de dar ampla divulgação ao processo, mas ao mesmo tempo disse reconhecer que no segmento dos servidores técnico-administrativos em educação não houve a necessária discussão do assunto, talvez por incapacidade de organização da categoria. Questionou onde estaria previsto o aumento no número dos servidores técnico-administrativos que atuam nas atividades-meio, os quais acabam atendendo todas as unidades e não só aquelas previstas em cada projeto, citando como exemplo o serviço dos motoristas, dos mecânicos e demais atividades necessárias. Ao final, disse ter posição pelo adiamento da decisão. A acadêmica Mariza sugeriu que, se investimentos devem ser feitos nesse momento, que sejam feitos para melhorar o que já existe e não para as novas propostas. O Cons. Krug disse que também ainda tem algumas dúvidas, por tratar-se de um edital público que pode não ser cumprido, argumentando que por outro lado haverá certeza do cumprimento, ou não, se a FURG participar apresentando sua proposta. Citou que o curso de Oceanologia forma em torno de noventa e três por cento dos ingressantes, e isso acontece também devido a outras formas de ingresso, e no entanto é considerado o melhor curso da área no país, contrapondo-se àqueles que defendem a idéia de que o aumento da taxa de conclusão diminui a qualidade dos programas. Disse que a sua área está propondo com bastante cautela, informando que a iniciativa é proposta para o ano de 2010. Acha também que a FURG não deve se furtar de oferecer novas oportunidades de forma gratuita à sociedade, que, de outra forma, caba por procurá-las junto à iniciativa privada. O acadêmico Diego, do curso de Enfermagem, disse que é impossível o aumento do número de alunos sem o aumento de professores, citando como exemplo as aulas de estágio, afirmando que já são realizadas com um número excessivo de estudantes. O Cons. Alexandre também defendeu a participação da FURG no REUNI, argumentando tratar-se de um edital público, e afirmou que, se a FURG não o fizer, outras instituições o farão. Acha que se deve correr o risco como disse o Cons. Krug, pois só assim se poderá ter certeza do que acontecerá daqui para a frente. O Cons. Sparvoli fez uma breve narrativa da sua trajetória de participação com relação ao assunto e confessou ter ficado com muita preocupação no início das discussões, assim como outros conselheiros também declararam. Traçou um perfil da situação do curso de Medicina desde a época em que era aluno, afirmando que houve crescimento desde aquela época, quando havia apenas quatro ambulatórios para as aulas práticas, e que atualmente há um número considerável. Disse que desde o início da discussão sobre o REUNI começou a se informar a respeito do assunto e participou de todas as reuniões. Explicou como se deu a discussão na área da Medicina, que num primeiro momento o grupo fez muitas solicitações tendo em vista a realidade vivenciada no curso, porém depois foram tomando conhecimento da realidade do programa e a proposta foi sendo reduzida dentro dos limites possíveis. Disse entender que a vida, como um todo, já é arriscada, e, portanto, acha que, com responsabilidade, a Instituição não deve deixar de arriscar. O Cons. Luiz Eduardo disse que a pós-graduação na FURG passa por um momento importante, pois já existem quatorze programas e vinte cursos entre mestrado e doutorado. Afirmou que esse crescimento está se dando independentemente de programas como o REUNI, e que a Universidade vê o REUNI como uma possibilidade de melhoria no crescimento da pós-graduação, através de programas próprios de bolsas para a pós-graduação, para que os cursos possam manter seus alunos, e ao mesmo tempo auxiliem a graduação através dos estágios que são obrigatórios para quem possui bolsa, o que acaba ajudando na própria qualificação dos egressos desses cursos. Citou também o programa de bolsas para pós-doutorado, que também auxiliará a graduação da Universidade. O Prof. Manoel disse que o que mais o surpreende é a capacidade do governo de convencer a todos que devem votar em algo que julga ser desconhecido da maioria. Afirmou que o REUNI, na sua compreensão, não é um edital e sim um decreto que pressiona as Reitorias, pois diz o que deve ser feito pelas Instituições



para que possam receber os recursos divulgados. Disse também que defender a universidade pública é, por exemplo, não oferecer cursos de especialização pagos. Criticou a condição de que os alunos de pós-graduação devem dar aula na graduação. Disse que a argumentação dos favoráveis ao Programa REUNI foi de desclassificar as falas dos que se mostraram contrários, ao dizerem que as posições colocadas são de cunho ideológico. Disse que todas as posições devem ser respeitadas. Entende que o REUNI é uma armadilha e que o Conselho deve decidir se adia ou não a tomada de posição, tendo em conta as diversas manifestações registradas nesse sentido. Criticou os processos de avaliação impostos pelo governo. Disse que o REUNI não resolverá o passivo de professores nas IFES. Disse que, na sua opinião, o Ministério da Educação no governo não decide nada, e sim o MPOG, o mesmo que aprovou a reforma da previdência em função do chamado “mensalão” e por isso não é considerada uma instituição séria, a despeito do que tem escutado de quem está propondo o REUNI. O acadêmico Isaquiel sugeriu o adiamento da decisão para propiciar maior discussão entre todos os envolvidos. Questionou a garantia que será dada caso as iniciativas sejam implementadas. Solicitou que os conselheiros pensassem um pouco nas argumentações dos estudantes no momento em que fossem tomar a decisão. O acadêmico Willian disse ser favorável ao REUNI, mas não da forma como está dado o programa. Defendeu que a Universidade cresça, que tenha mais vagas, mas que isso seja feito com qualidade. O Senhor Presidente saudou o momento que está sendo vivido pela Universidade. Disse que desde o início a atual Administração procurou respeitar e receber os acadêmicos através nas diversas Pró-Reitorias. Registrou que, infelizmente, apesar de os estudantes contarem com quatorze vagas no Conselho Universitário, estas não são ocupadas na plenitude. Informou também que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é contra o REUNI, que a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a UNE não estão encaminhando contrariamente ao REUNI e que o pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) está encaminhando favoravelmente ao REUNI. Informou por fim que aquelas Instituições que decidirem participar do REUNI devem enviar suas propostas até o dia vinte e nove de outubro. Não havendo mais manifestações a respeito do assunto o Senhor Presidente explicou que colocaria em votação primeiramente, em função das diversas falas registradas durante a discussão, se o Conselho tomaria a decisão nesta oportunidade ou adiaria a decisão. Nesse momento registrou-se em plenário a manifestação intempestiva de um grupo de estudantes através da batida em instrumentos de percussão, sopro de apitos e gritos de ordem pelo adiamento da decisão, instando manifestação do Senhor Presidente no sentido de que permitia manifestações democráticas, mas com respeito ao Conselho. Apesar do ruído provocado pelos manifestantes o encaminhamento da mesa teve prosseguimento, e em votação foi decidido que a indicação seria votada nesta oportunidade, com cinquenta e um votos favoráveis, dez votos contrários e uma abstenção. A seguir, como a manifestação do grupo de estudantes era contínua, acrescida de palavras de ordem, o Senhor Presidente consultou o plenário sobre a necessidade de interromper a sessão, obtendo a concordância dos conselheiros pela continuidade dos trabalhos. Colocada em votação, a indicação foi aprovada com cinquenta e dois votos favoráveis e dez votos contrários. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, com a anuência do plenário, registrou que a ata seria disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin  
PRESIDENTE DO CONSUN

Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos  
SECRETÁRIO

# **Anexo 7**

## **Cronograma de execução de cursos**

Tabela XII – Cronograma de execução dos cursos

Cursos	Vagas / Ano							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017
Administração – Hab. Empresas	55	55	55	80	100	100	100	100
Artes Visuais – Licenciatura	30	30	36	0	0	0	0	0
Biblioteconomia	35	40	40	40	40	40	40	40
C. Biológicas – Bac.	20	20	20	25	40	40	40	40
C. Biológicas – Licenc.	20	20	20	25	40	40	40	40
C. Contábeis – D	20	30	30	0	0	0	0	0
C. Contábeis – N	50	50	50	100	100	100	100	100
C. Econômicas	50	50	50	80	90	100	100	100
Direito – D	30	33	33	35	35	35	35	35
Direito – N	60	66	66	70	70	70	70	70
Ed. Física – L	30	30	30	30	30	30	30	30
Enfermagem	50	50	50	50	55	60	60	60
Eng. Civil	50	50	50	60	60	75	75	75
Eng. Civil Empresarial	25	25	25	35	35	50	50	50
Eng. Alimentos	50	50	50	50	50	50	50	50
Eng. Computação	30	5	40	50	50	50	50	50
Eng. Mecânica	50	50	50	60	60	75	75	75
Eng. Mecânica Empres.	25	25	25	35	35	50	50	50
Eng. Química	50	50	50	50	50	50	50	50
Física – Lic. e Bac.	40	40	40	60	70	80	80	80
Geografia – Bac.	25	25	25	25	25	25	25	25
Geografia – Lic.	25	25	25	25	25	25	25	25
História – Bac.	22	22	23	40	40	40	40	40
História – Lic.	25	25	27	27	27	27	27	27
Letras – Português	50	50	50	50	50	50	50	50
Letras – Port/Esp –D	25	25	25	25	25	25	25	25
Letras – Port/Esp- N	25	25	25	25	25	25	25	25
Letras Port/Francês	25	25	25	25	25	25	25	25
Letras Port/Inglês	25	25	25	25	25	25	25	25
Matemática – Lic	40	40	40	40	40	40	40	40
Medicina	66	66	66	70	70	70	70	70
Oceanologia	40	40	40	40	40	40	40	40
Pedagogia – Lic. –D	45	45	45	45	45	45	45	45
Pedagogia – Lic. –N	45	45	45	45	45	45	45	45
Psicologia		35	35	35	35	35	35	35
Química – Lic.	25	25	25	25	25	25	25	25
Arqueologia			40	40	40	40	40	40
Arquivologia			40	40	40	40	40	40
Artes Visuais – Lic. e Bac.				50	50	50	50	50
Eng. Agroindustrial				100	100	100	100	100
Eng. Automação				40	40	40	40	40
Eng. Bioprocessos e Biotecnologia					50	50	50	50
História – Lic. (Binacional)				30	30	30	30	30
Matemática Ind. Bac.			40	40	40	40	40	40

Química Tecnológica – Bacharelado					50	50	50	50
Sistemas de Informação – Bacharelado				40	40	40	40	40
Tecnologia em Anal. Desenv. Sistemas (CTI)			50	50	50	50	50	50
Tecnologia em Efic. Energética em Edificações (CTI)				60	60	60	60	60
Tecnologia em Fabric. Mecânica					40	40	40	40
Tecnologia em Gestão Ambiental					30	30	30	30
Tecnologia em Materiais de Construção					40	40	40	40
Tecnologia em Pesca					30	30	30	30
Tecnologia em Refrig. e Ar Condicionado				50	50	50	50	50
Tecnologia em Toxicologia				24	24	24	24	24
<b>Total</b>	<b>1278</b>	<b>1342</b>	<b>1526</b>	<b>2066</b>	<b>2381</b>	<b>2466</b>	<b>2466</b>	<b>2466</b>
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2017</b>

# **Anexo 8**

**Cursos ministrados pela Furg**

## Cursos Ministrados pela FURG

Código	Curso
1028	Administração
112626	Arqueologia
112624	Arquivologia
1044	Artes Visuais – Licenciatura ou Bacharelado
1042	Biblioteconomia
74364	Ciências Biológicas
74366	Ciências Biológicas
1041	Ciências Contábeis
1027	Ciências Econômicas
18887	Direito
20942	Direito
99501	Educação Física
1103535	Engenharia Bioquímica
1038	Engenharia Civil
1103537	Engenharia Civil Costeira e Portuária
21855	Engenharia Civil Empresarial
1045	Engenharia de
116032	Engenharia de Automação
1051	Engenharia de Computação
1039	Engenharia Mecânica
21856	Engenharia Mecânica Empresarial
1103539	Engenharia Mecânica Naval
1040	Engenharia Química
18390	Física – Licenciatura ou Bacharelado
1033	Geografia
20943	Geografia
1103532	Gestão Ambiental
1034	História
20944	História
1036	Letras – Língua Portuguesa
1052	Letras – Português e Espanhol
20945	Letras – Português e Espanhol
1037	Letras – Português e Francês
1046	Letras – Português e Inglês
1035	Matemática
112628	Matemática Aplicada
1029	Oceanologia
111448	Pedagogia
111450	Pedagogia
99665	Psicologia
18889	Química
1103531	Química
116066	Sistemas de Informação

116034	Toxicologia Ambiental
112630	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
1128345	Construção de Edifícios
116146	Refrigeração e Climatização
1043	Enfermagem
1026	Medicina
1112986	Turismo Binacional
116030	Engenharia Agroindustrial Agroquímica
115992	Engenharia Agroindustrial Indústrias Alimentícias
1103533	Gestão Ambiental

## **Anexo 09**

**RESOLUÇÃO Nº 019/2009 – Consun – Dispõe sobre PROAI  
EXTRATO DA ATA 389 – Aprova Proposta PROAI  
RESOLUÇÃO Nº 012/2010 – Consun – Dispõe sobre  
modalidade de ingresso e altera Resolução nº 019/09  
EXTRATO DA ATA 395 – Aprova modalidade de ingresso**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES

RESOLUÇÃO Nº 019/2009  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
EM 14 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre a  
criação do Programa de  
Ação Inclusiva - PROAI.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na qualidade de Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, tendo em vista decisão deste Conselho tomada em reunião ordinária do dia 14 de agosto de 2009, Ata nº 389,

R E S O L V E:

**Art. 1º** Instituir o Programa de Ação Inclusiva - PROAI, através da implementação do Sistema de Bônus para candidatos egressos do Ensino Público Fundamental e Médio, para candidatos autodeclarados negros e pardos e para candidatos portadores de deficiência, e da Oferta de Vagas Específicas para Indígenas, mediante habilitação em Processo Seletivo.

**Art. 2º** O Programa de Ação Inclusiva prioriza os seguintes objetivos:

I – ampliar o acesso em todos os cursos de graduação oferecidos pela FURG para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e para candidatos autodeclarados negros, pardos e indígenas, mediante habilitação em Processo Seletivo;

II – incentivar o ingresso na Universidade, considerando os critérios de natureza social, étnica e cultural dos candidatos, bem como o mérito individual no contexto das desigualdades sociais;

III – estabelecer mecanismos que favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;

IV – desenvolver ações visando a apoiar a permanência, na Universidade, dos estudantes referidos no Art. 1º mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico.

**Art. 3º** O Sistema de Bônus prevê um adicional de pontos no Escore Bruto de cada prova, o que equivale a um acréscimo de acertos no total das quatro provas objetivas do ENEM. Os referidos acréscimos atenderão aos seguintes critérios obrigatórios:

I - conceder um acréscimo de 4% no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para os estudantes que cursaram todo o Ensino Médio e pelo menos dois anos, consecutivos ou não, do Ensino Fundamental em escola pública, sujeito à comprovação documental;

II - conceder um acréscimo de 6% no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para os estudantes autodeclarados negros e pardos que tenham cursado todo o Ensino Médio e pelo menos dois anos, consecutivos ou não, do Ensino Fundamental em escola pública, sujeito à comprovação documental;

III - conceder um acréscimo de 6% no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para estudantes portadores de deficiência que comprovem tal condição através de laudo médico, no qual conste o código da deficiência nos termos do Código Internacional de Doenças – CID, e a categoria de deficiência classificada segundo o artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que será submetido à análise de Comissão Especial nomeada para este fim. **(Obs.: o caput do artigo, com suas alíneas foi alterado cfe. Resol. 008/2011, de 01/07/2011)**

**Art. 4º** O candidato que desejar concorrer no âmbito do Sistema de Bônus, previsto no Artigo 3º, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição. **(texto alterado pela Resolução 012/2010, de 16/07/2010)**

§ 1º No momento da solicitação de matrícula, o candidato aprovado, egresso de escola pública, deverá apresentar certificado de conclusão e histórico escolar, reconhecido pelo órgão público competente, que comprovem as condições expressas no referido Artigo.

§ 2º O candidato portador de deficiência deverá apresentar o laudo médico referido no item III do Artigo 3º no período determinado em Edital. **(texto alterado pela Resolução 012/2010, de 16/07/2010)**

§ 3º O candidato que prestar informações falsas relativas às exigências presentes no caput deste Artigo estará sujeito, além da penalização pelos crimes

previstos em lei, à desclassificação do Processo Seletivo e ter, em consequência, sua matrícula recusada no curso, o que poderá acontecer a qualquer tempo.

**Art. 5º** Serão disponibilizadas cinco (05) vagas específicas a estudantes indígenas, para ingresso em cinco diferentes cursos de graduação, cuja distribuição será definida pelo COEPEA, ouvidas as comunidades indígenas e as Coordenações dos Cursos demandados. (*texto alterado pela Resolução 012/2010, de 16/07/2010*)

§1º As cinco (05) vagas referidas no caput deste Artigo serão preenchidas através de Processo Seletivo específico.

§2º As vagas para indígenas serão criadas, anualmente, especificamente para este fim. Aquelas que não forem ocupadas serão extintas.

**Art. 6º** Caberá ao Reitor nomear Comissão de Acompanhamento do Programa de Ação Inclusiva, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração - COEPEA, que terá como atribuição avaliar o Programa e propor ações, a serem implementadas a partir do primeiro semestre de 2010, visando a acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados pelo PROAI.

Parágrafo único. A Coordenação de cada curso deverá acompanhar os alunos do Programa de Ação Inclusiva, subsidiando a Comissão de Acompanhamento.

**Art.7º** O Programa de Ação Inclusiva ficará em vigor por um período de três anos, sendo avaliado anualmente pela Comissão de Acompanhamento do Programa de Ação Inclusiva, e poderá ser prorrogado, a partir da avaliação conclusiva, que será realizada no ano de 2012.

**Art. 8º** O PROAI entrará em vigor a partir do Processo Seletivo 2010.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin  
PRESIDENTE DO CONSUN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
**SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

EXTRATO DA ATA 389

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às oito horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência do Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin, com a presença dos seguintes membros: Artur Henrique Franco Barcelos, Carlos Kalikowski Weska, Celso Luis da Silva Pedreira, Eder Dion de Paula Costa, Eliana da Silva Tavares, Ernesto Luiz Casares Pinto, Fernando Amarante Silva, Flavio Luiz Costa Cruz, Francisco das Neves Alves, Glauber Acunha Gonçalves, Helena Heidtmann Vaggetti, Henrique da Costa Bernardelli, José Carlos Henrique Duarte dos Santos, Milton Luiz Paiva de Lima, Paul Gerhard Kinas, Paulo Roberto Armanini Tagliani, Rodrigo Desessards Jardim, Tatiana Teixeira Silveira e Vania Alves Martins Chaigar. O secretário, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos conselheiros substitutos, indicando o motivo da substituição: Hugo Cataud Pacheco Pereira, representante docente, suplente de Silvio Omar Macedo Prietsch (titular em licença-nojo); Leonardo Lisboa Pereira, representante do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (titular afastado a serviço da Universidade), Simone Grohs Freire Simões Pires, representante da Faculdade de Direito (titular em férias) e Marco Antonio Amaral de Farias, representante da Sociedade, no lugar de Felipe Lourenço Spotorno, representando o Sindifertil (titular e suplente afastados por motivo de força maior). Com a concordância do plenário, a Professora Cleuza Maria Sobral Dias, Pró-Reitora de Graduação, participou da reunião na condição de convidada. Justificaram ausência: Maria de Lourdes Fonseca Lose, por encontrar-se em licença-saúde, e seu suplente, Cláudio Márcio da Silva Maciel, por motivo de força maior; Vera Regina Mendonça Signorini, por encontrar-se em licença-saúde; Osmar Olinto Möller Junior, por encontrar-se afastado a serviço da Universidade e Paulo César Oliveira Vergne de Abreu, por encontrar-se afastado a serviço na Universidade. Justificou-se a ausência da representação discente em consequência do período de férias letivas na Universidade. Ausentes: Carlos Rodolfo Brandão Hartmann e Marilda Ventura de Carvalho. Dando início à reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão a pauta, conforme segue: .....

**5º) Parecer nº 001/2009 da 1ª Câmara – Processo nº 23116.004224/09-35 – Criação do Programa de Ação Inclusiva / PROAI** – O processo foi analisado e relatado pelo Cons. Glauber Acunha Gonçalves, o qual, após considerar o exposto nos documentos que compõem o processo e através da realização de uma ampla pesquisa sobre o assunto, votou pela aprovação do Programa de Ação Inclusiva – PROAI, já para aplicação no processo seletivo de 2010, apenas com a sugestão de que a pontuação extra seja estendida aos candidatos portadores de necessidades especiais que obtiverem junto à COPERVE a prerrogativa de execução de prova especial. A Câmara aprovou o voto do relator. O parecer foi lido pelo relator. Após a leitura o Cons. Glauber fez esclarecimentos adicionais a respeito do relatório apresentado e informou as fontes pesquisadas e alguns trabalhos que serviram de fundamentação. O Cons. Kinas fez mais algumas considerações de ordem técnica a respeito do trabalho estatístico utilizado pelo relator na sua fundamentação e que serviu de base para o parecer. A Cons. Cleuza disse que esse estudo vem sendo desenvolvido desde 2006 pela PROGRAD, através da COPERVE, que conta com o auxílio do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI e agora também com a colaboração do Prof. Kinas. Afirmou que a proposta, em sendo aprovada pelo Conselho, sofrerá avaliação constante da PROGRAD. O Cons. Glauber fez mais algumas considerações a respeito das simulações realizadas durante o trabalho de relatoria, o qual deu origem ao seu parecer final, apontando, por exemplo, o reflexo que a adoção do programa trará nos resultados do próximo processo seletivo da Universidade. Disse ainda que o próximo processo seletivo será composto de nove provas objetivas, sendo que isso representará 50% da nota final, enquanto os outros 50% corresponderão à prova do ENEM. Concluiu que, das 135 questões

que corresponderão ao total das provas do processo seletivo, o Sistema de Bônus proposto alcança no máximo uma (01) questão por prova, ou seja, prevê um adicional total de nove (09) pontos. O Cons. Weska relatou um pouco do que foi discutido a respeito do assunto pelos membros da 1ª Câmara e ressaltou que algumas situações foram verificadas como de possível distorção no resultado do processo seletivo com relação a algum curso da FURG que já tenha historicamente o resultado do ingresso composto por candidatos em sua maioria provenientes de escolas públicas. Disse que a preocupação central durante a discussão que ocorreu na Câmara foi com relação à provável infraestrutura que a Universidade deverá comportar a fim de dar o acompanhamento necessário no caso da inclusão dos portadores de necessidades especiais. A Cons. Cleuza citou que já existem vários programas na FURG que visam à inclusão social dos grupos em situação desfavorável e/ou especial, destacando entre tantos o Programa INCLUIR, em parceria com o MEC, o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais – PAENE e o Programa de Apoio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior – PAIETS, o qual é promovido pela PROEXC. Relacionou alguns programas da PRAE que são voltados ao atendimento dos estudantes, como os de moradia, alimentação, vale-transporte escolar e de bolsas permanência. Disse também que na FURG existe o Núcleo de Ações Inclusivas e outras iniciativas voltadas ao acompanhamento de estudantes com necessidades especiais. Com relação aos indígenas, disse que já foi realizada reunião com um cacique que é responsável por uma das tribos da região. O Cons. José Carlos registrou primeiramente um protesto com relação ao fato de ter havido pouco tempo de discussão do assunto e disse que por isso a Faculdade de Medicina não tirou uma posição única a respeito de tema tão importante. Disse que, apesar disso, em reunião que ocorreu ontem na Faculdade de Medicina, o sentimento colhido é de que a proposta em questão não foi bem recebida pelo grupo. Informou que os conselheiros ligados à Faculdade de Medicina só poderiam falar em seus nomes e não em nome da Unidade, porque não foi possível realizar uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Disse ser contrário à proposta apresentada, por entender que é injusta, e fez um breve levantamento sobre o perfil dos candidatos que ao longo dos anos têm ingressado no Curso de Medicina da FURG. O Cons. Hugo inicialmente parabenizou a Instituição pelo esforço que tem sido realizado visando a proporcionar programas de apoio aos estudantes e também na direção da inclusão da FURG na estrutura que está montada no país com relação a essas políticas. Fez também uma análise comparativa sobre as possibilidades que antigamente existiam para que as pessoas colocassem os filhos em escolas públicas, em comparação com as que existem atualmente, questionando os presentes se colocariam seus filhos nas atuais instituições públicas. Declarou-se afrodescendente, apesar da aparência não denunciar essa origem, justificando que seu avô paterno era negro descendente de escravos, porém sua avó paterna era descendente de belgas e sua mãe era francesa. Disse que estava feliz por não ter que se violentar e votar favoravelmente à proposta, contrariando os seus princípios, que são contra o programa de ação inclusiva e que votava não conforme orientação da direção da FAMED. O Cons. Kinas insistiu na tese de que a margem de erro constante no trabalho realizado e apresentado não impõe qualquer distorção com relação à qualidade dos candidatos que ingressarem através do referido processo. O Cons. Amarante disse que gostaria que os números constantes no parecer fossem olhados de uma outra forma, citando como exemplo que o resultado demonstra que o número de candidatos provenientes de Rio Grande aumentará em relação aos processos passados e que o programa será acompanhado também pela comunidade, que certamente verificará a qualificação que a FURG estará adotando com relação à escola pública. O Cons. Glauber defendeu a proposta, entendendo que estará valorizando a escola pública sem desmerecer a qualificação do processo. A Cons. Eliana, tendo em vista os números apresentados no estudo que acompanha o parecer do relator, fez uma breve análise comparativa sobre os ingressantes na Universidade nos cursos de Letras e Oceanologia, questionando quantos cursos dessas áreas existem no país, ou seja, com base na constatação de que existem muito mais cursos de Letras pelo país do que cursos de Oceanologia. A Cons. Vânia disse entender que é bastante interessante esse processo de bônus que a FURG poderá adotar e que o processo com

certeza deverá sofrer um acompanhamento, com o objetivo de qualificá-lo ainda mais. O Cons. Paulo Tagliani, após fazer uma análise pessoal com relação ao tema, disse que na sua opinião a classe média deve assumir a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do país neste momento, afirmando incluir-se nessa parcela. Disse também concordar que poderia ter havido um prazo um pouco maior de discussão do tema na sua unidade, para que a sua opinião como representante do Instituto de Oceanografia (IO) fosse mais balizada pelo Instituto. O Senhor Presidente disse não aceitar que neste momento seja dito que não ocorreram debates a respeito do tema, afirmando que em pelo menos três oportunidades ocorreram tais discussões, e registrou que no último seminário realizado gostaria de ter contado com a participação e a presença muito mais números de representantes das unidades. Disse que o debate do tema é realmente polêmico, mas que as informações e os dados a esse respeito estavam disponíveis para as reflexões necessárias. Defendeu que essa parcela da população a ser alcançada pelo programa proposto deve ser trazida para o convívio no interior da Universidade. Afirmou ainda que as políticas propostas são necessárias e que serão um grande passo para a Universidade, certamente sinalizando positivamente para a sociedade. O Cons. José Carlos perguntou se haverá na FURG alguma política direcionada aos ingressantes que provavelmente não tenham boa base de conhecimentos adquiridos nos ensinos fundamental e médio. A Cons. Cleuza falou sobre iniciativas que já existem nesse sentido, entre elas o trabalho que a COPERVE vem desenvolvendo, direcionado aos alunos do 1º ano do ensino médio, além do programa PNAES já em andamento. Por fim, falou sobre o programa PROBID, que traz reforço com relação às licenciaturas e outras ações voltadas às expectativas dos alunos ao concluírem os cursos, principalmente os de licenciatura. O Cons. Artur disse sempre ter achado muito estranho haver opiniões contrárias às políticas propostas, por entender que instituições públicas devem ser voltadas ao público em geral. Disse ainda que na sua opinião a adoção desse tipo de programa na Universidade e a sua publicidade terão um impacto muito positivo na comunidade. Disse por fim ter dúvidas com relação à nomenclatura correta que deve ser usada, se “portadores de necessidades especiais” ou “deficientes”, pois acredita ter escutado algo a respeito de que os próprios integrantes desse grupo estariam reivindicando a utilização do termo “deficientes”, e, portanto, sugeriu que seja verificada essa situação para que a Universidade possa utilizar a forma correta. O Cons. Weska disse que no seu entendimento a questão que se apresenta está centrada no nível da qualidade e não no aspecto de cunho racial. Disse, por exemplo, que seus filhos estão em escola privada porque entendeu que isso lhes daria mais condições de enfrentar a competição no mundo atual. Disse ainda que sempre estudou em escola pública e que infelizmente seus filhos não puderam seguir a mesma trajetória. Afirmou que participou de todos os debates que ocorreram na FURG a respeito do assunto e também do debate na câmara. Por fim, disse não entender que as Universidades Federais devam ser direcionadas apenas para quem é proveniente da escola pública, mas que concordava com o voto do relator neste momento. O Cons. Glauber desculpou-se ao final por ter atrasado um pouco a entrega do seu parecer final sobre o assunto. Disse não ser especialista no tema, mas que buscou bastante subsídio a respeito, e afirmou ter lido mais de quarenta editais de diversas Universidades com relação ao assunto, a fim de melhor embasar seu relatório. O Senhor Presidente agradeceu a todos que contribuíram de alguma forma para a realização do relatório final que serviu de base ao parecer apresentado ao Conselho. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por ampla maioria, contando dois votos contrários e duas abstenções. **5º) Assuntos gerais** – O Cons. Fernando Amarante disse ter orgulho de participar dessa nova composição do CONSUN e principalmente porque os conselheiros estão se envolvendo de forma mais intensa nas políticas que têm sido discutidas pela Instituição. Sugeriu que as reuniões do CONSUN sejam realizadas em um outro ambiente, já que atualmente o Conselho é composto por pouco mais de trinta pessoas, sugerindo que talvez um espaço em forma de U fosse o mais adequado para que os participantes possam interagir com mais proximidade. O Senhor Presidente afirmou que já está sendo pensado algo a esse respeito. O Cons. Francisco perguntou sobre as ações que a Comissão formada com relação ao

enfrentamento da gripe A (H1N1) estaria tomando neste momento. O Senhor Presidente disse que a Comissão está agindo e se reunindo constantemente e que aguarda uma posição desse grupo no sentido de poder informar à Comunidade, com antecedência de pelo menos uma semana, de quando deverá ocorrer o retorno às atividades letivas na Universidade. O Cons. Hugo sugeriu que sejam usados mais cartazes na Universidade a respeito das medidas de combate ao vírus e a utilização de formas de proteção como já divulgadas pelos órgãos de saúde. O Senhor Presidente disse que as medidas de prevenção citadas pelo conselheiro já estão em prática no interior da Instituição, porém solicitou que todas as Unidades intensifiquem os procedimentos indicados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, com a concordância do plenário, informou que a ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin  
PRESIDENTE DO CONSUN

Jorge Augusto da Silveira Bastos  
SECRETÁRIO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

RESOLUÇÃO Nº 012/2010  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
EM 16 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre a avaliação do Processo Seletivo 2010 para ingresso na FURG e sobre a modalidade de ingresso para 2011, alterando a Resolução nº 019/2009 do CONSUN.

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na qualidade de Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, tendo em vista decisão deste Conselho tomada em reunião extraordinária do dia 16 de julho de 2010, Ata nº 395,

R E S O L V E:

**Art. 1º** Considerar como válida e positiva a iniciativa da FURG de reformular a sua sistemática de seleção e ingresso para o ano de 2010, com a utilização do ENEM e criação do PROAI.

**Art. 2º** Aprovar que, para o ingresso na Instituição no ano de 2011, todas as vagas sejam preenchidas através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o qual utiliza 100% da nota do ENEM.

**Art. 3º** Alterar a Resolução 19/2009, do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação do Programa de Ação Inclusiva, de forma a adequá-la à participação da FURG no SiSU, nos artigos e incisos, conforme segue:

*Art. 3º O Sistema de Bônus prevê um adicional de pontos no Escore Bruto de cada prova, o que equivale a um acréscimo de acertos (questões) no total das quatro provas objetivas do ENEM, até o máximo de três (03) questões por prova. Os acertos somados aos acréscimos não poderão ultrapassar o total de 45 acertos por prova. Os referidos acréscimos atenderão aos seguintes critérios obrigatórios:*

*I - conceder um acréscimo de oito (08) acertos (questões), no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para os estudantes que cursaram todo o Ensino Médio e pelo menos dois anos, consecutivos ou não, do Ensino Fundamental em escola pública, sujeito à comprovação documental;*

*II - conceder, além do referido no item I, um acréscimo de quatro (04) acertos (questões), no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para os estudantes*



*autodeclarados negros e pardos que tenham cursado todo o Ensino Médio e pelo menos dois anos, consecutivos ou não, do Ensino Fundamental em escola pública;*

*III - conceder um acréscimo de doze (12) acertos (questões), no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para estudantes portadores de deficiência que comprovem tal condição através de laudo médico, no qual conste o código da deficiência nos termos do Código Internacional de Doenças – CID, e a categoria de deficiência classificada segundo o artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que será submetido à análise de Comissão Especial nomeada para este fim.*

*Art. 4º O candidato que desejar concorrer no âmbito do Sistema de Bônus, previsto no Artigo 3º, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição.*

*§ 2º O candidato portador de deficiência deverá apresentar o laudo médico referido no item III do Artigo 3º no período determinado em Edital.*

*Art. 5º Serão disponibilizadas cinco (05) vagas específicas a estudantes indígenas, para ingresso em cinco diferentes cursos de graduação, cuja distribuição será definida pelo COEPEA, ouvidas as comunidades indígenas e as Coordenações dos Cursos demandados.*

**Art. 4º** Esta resolução entra em vigor nesta data, alterando a Resolução 019/2009, de 14 de agosto de 2009.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin  
PRESIDENTE DO CONSUN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
**SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

EXTRATO DA ATA 395

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, às oito horas, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência do Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin, com a presença dos seguintes membros: Adriane Maria Netto de Oliveira, Carlos Kalikowski Weska, Cláudio Engelke, Elton Pinto Colares, Ernesto Luiz Casares Pinto, Fernando Amarante Silva, Fernando D'Incao, Flavio Luiz Costa Cruz, Gionara Tauchen, Hélio Ricardo do Couto Alves, Henrique da Costa Bernardelli, José Carlos Henrique Duarte dos Santos, José Luis Giovanoni Fornos, Leila Mara Barbosa Costa Valle, Luis Dias Almeida, Milton Luiz Paiva de Lima, Osmar Olinto Möller Junior, Paulo César Oliveira Vergne de Abreu, Vera Regina Mendonça Signorini e Walter Nunes Oleiro. A secretária, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos conselheiros substitutos e o motivo da substituição: Ana Maria Volkmer de Azambuja da Silva, suplente de Paul Gerhard Kinas, representante do IMEF (titular em férias); Hugo Cataud Pacheco Pereira, suplente de Silvio Omar Macedo Prietsch, representante docente (titular em férias); Geralcy Carneiro da Silva, suplente de Glauber Acunha Gonçalves, representante do IMEF, e Jairo Fernando de Lima Coelho, suplente de Celso Luis da Silva Pedreira, representante técnico-administrativo em educação. Registrou-se a ausência dos conselheiros: Carlos Rodolfo Brandão Hartmann (ex-reitor), Luciana de Souza Brito (representante do ICHI), Tales Luiz Popiolek, suplente de Mário Rocha Retamoso, representante do IMEF (titular em férias); Maria de Lourdes Fonseca Lose, representante dos TAE, e Antony Rover Baptista, representante da sociedade. O Cons. Jaime John justificou sua ausência em função de encontrar-se em período de férias. A ausência dos representantes discentes a seguir relacionados está justificada em função do período de férias letivas na Universidade: Gustavo da Silva Ribeiro, Joana Vaghetti, João Nercimar Scalvenzi Finamor m e Márcio Silva de Souza. A Pró-Reitora de Graduação, Prof<sup>a</sup> Cleuza Maria Sobral Dias, e o Prof<sup>o</sup> Antenor Ferreira Moraes, membro da COPERVE, com a concordância do plenário, participaram da reunião na condição de convidados. Iniciando a reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: .....

**3) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin – Avaliação do Processo Seletivo 2010 para ingresso na FURG e proposta da modalidade de ingresso para 2011** - A

indicação foi lida por seu autor e propõe: **1)** considerar como válida e positiva a iniciativa da FURG de reformular a sua sistemática de seleção e ingresso para o ano de 2010, com a utilização do ENEM e criação do PROAI; **2)** aprovar que para o ingresso na Instituição no ano de 2011, todas as vagas sejam preenchidas através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o qual utiliza 100% da nota do ENEM; **3)** alterar a Resolução 19/2009, do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação do Programa de Ação Inclusiva, de forma a adequá-la à participação da FURG no SiSU, nos artigos e incisos, conforme segue: “**Art. 3º** O Sistema de Bônus prevê um adicional de pontos no Escore Bruto de cada prova, o que equivale a um acréscimo de acertos (questões) no total das quatro provas objetivas do ENEM, até o máximo de três (03) questões por prova. Os acertos somados aos acréscimos não poderão ultrapassar o total de 45 acertos por prova. Os referidos acréscimos atenderão aos seguintes critérios obrigatórios: **I** - conceder um acréscimo de oito (08) acertos (questões), no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para os estudantes que cursaram todo o Ensino Médio e pelo menos dois anos, consecutivos ou não, do Ensino Fundamental em escola pública, sujeito à comprovação documental; **II** - conceder, além do referido no item I, um acréscimo de quatro (04) acertos (questões), no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para os estudantes autodeclarados negros e pardos que tenham cursado todo o Ensino Médio e pelo menos dois anos, consecutivos ou não, do Ensino Fundamental em escola pública; **III** - conceder um acréscimo de doze (12) acertos

(questões), no cômputo final das provas objetivas do ENEM, para estudantes portadores de deficiência que comprovem tal condição através de laudo médico, no qual conste o código da deficiência nos termos do Código Internacional de Doenças – CID e a categoria de deficiência classificada segundo o artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que será submetido à análise de Comissão Especial nomeada para esse fim. **Art. 4º** O candidato que desejar concorrer no âmbito do Sistema de Bônus, previsto no Artigo 3º, deverá assinalar essa opção no ato da inscrição. § 2º O candidato portador de deficiência deverá apresentar o laudo médico referido no item III do Artigo 3º, no período determinado em Edital. **Art. 5º** Serão disponibilizadas cinco (05) vagas específicas a estudantes indígenas, para ingresso em cinco diferentes cursos de graduação, cuja distribuição será definida pelo COEPEA, ouvidas as comunidades indígenas e as Coordenações dos Cursos demandados”. A leitura da Indicação foi feita por seu autor. No momento da leitura do item relativo à Avaliação do PROAI, o Profº Antenor, representante da COPERVE, foi convidado a fazer uma explanação a respeito do estudo realizado sobre o processo anterior, quando destacou os seguintes pontos: o aproveitamento dos candidatos rio-grandinos foi melhor; no levantamento das inscrições por tipo de escola, a maioria dos candidatos foi proveniente de escolas públicas; também na ocupação por tipo de escola, a predominância dos ingressantes na 1ª chamada foi de oriundos de escolas públicas; na distribuição de vagas com o PROAI, o aproveitamento dos estudantes de escolas públicas foi de vinte e seis vírgula nove por cento; dos autodeclarados pardos ou negros, foi de vinte e cinco vírgula cinco por cento, e dos portadores de necessidades especiais, foi de dezesseis vírgula sete por cento. Concluída a explanação pelo Prof. Antenor e a leitura da indicação, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão, quando foram registradas as seguintes manifestações: o Cons. Hélio disse que o que chamou a sua atenção foi a proporção praticamente entre os ingressantes de escolas públicas e privadas; salientou que não houve comparação com a relação de ingressos de pardos ou negros e perguntou se o aumento no ingresso não seria esperado já que tiveram bonificação. O Profº Antenor esclareceu que a COPERVE não tinha dados anteriores para comparar o ingresso de pardos ou negros, mas que o percentual foi bem superior ao bônus concedido. O Cons. Bernardelli sugeriu que na próxima avaliação seja verificado como seria o ingresso sem a concessão do bônus e que a FURG auxilie as escolas da região para a concorrência pelo ENEM, já que a disputa passará a ser nacional. O Cons. Hugo perguntou por que não foi verificado o percentual dos alunos de fora. O Profº Antenor respondeu que em um estudo foram considerados apenas os candidatos rio-grandinos e que os demais levaram em consideração todos os candidatos. O Cons. Weska disse que o PROAI foi decisivo para a aprovação de grande parte dos alunos que hoje fazem parte da Universidade. Relatou que assistiu à palestra proferida pela Secretária de Educação Superior e concluiu que no seu entendimento foi errado ter sido adotado no ano passado o critério de metade da nota com o ENEM e outra metade com a do Vestibular, pois agora não há previsão do impacto da adoção da nota do ENEM apenas; outra questão que no seu entendimento preocupa é referente ao desenvolvimento regional, pois teme que com a adoção do SiSU se perca a característica peculiar de atendimento dos alunos nos cursos noturnos. Encerrou dizendo não estar ainda convicto de que seja chegada a hora de adotar cem por cento da nota do ENEM. O Cons. José Carlos disse que o conselho da FAMED, reunido no dia de ontem, posicionou-se contrário à adoção de cem por cento do ENEM, e solicitou aos seus representantes que votassem contra a proposta, tendo em vista a falta de discussão sobre o assunto; que o perfil do candidato do curso de Medicina não mudou; que ainda não se tem a taxa de evasão e essa é uma realidade; considera que o processo deveria ser acompanhado por um período maior e avaliado de modo a permitir maior segurança. O Senhor Presidente lembrou que o debate está colocado desde o ano passado; que a Secretária da SESU esteve na Universidade para auxiliar no debate; que os reitores das Instituições que adotaram cem por cento do ENEM relataram que o processo foi tranquilo; que a UFPel fez diversas chamadas mas preencheu todas as vagas; que a UNIPAMPA foi a que mais se beneficiou com o sistema, preenchendo todas as vagas, o que de outra forma não conseguiria, de acordo com depoimento da reitora. A Cons. Vera argumentou que as vagas preenchidas não significam que os alunos

permanecerão nos cursos; disse também que se decepcionou com a palestra da Secretária da SESU, entendendo que ela falou sobre o processo sem apresentar dados concretos sobre a sua avaliação; que em sua opinião, no mínimo, o processo na FURG deveria continuar como está por mais tempo, para que a Universidade pudesse realizar uma melhor avaliação. O Cons. Paulo Abreu relatou ter ouvido uma palestra em que foi dito que a maneira mais correta de ingresso na universidade pública seria através de um sorteio; disse ter ficado chocado no primeiro momento, mas depois verificou as injustiças e incoerências das formas de ingresso; em sua opinião o ENEM é mais justo do que o antigo sistema, pois possibilita, por exemplo, que um candidato de Belém, que não poderia pagar passagem e despesas para vir prestar o Vestibular em Rio Grande, possa concorrer a uma vaga na qual tenha real interesse; que quanto mais cedo adotarmos o sistema, mais cedo teremos condições de avaliar se o processo é ou não é bom. O Cons. Hélio disse ter dúvidas se o sistema que concede bonificações não possibilita o ingresso de maus alunos. O Cons. Cláudio Engelke disse que a mudança vem possibilitando a pessoas que antes não tinham acesso à Universidade que hoje tenham e perguntou se portadores de deficiência, com o mesmo CID, mas de condições sociais diferentes, teriam a mesma bonificação. A Pró-Reitora Cleusa respondeu que sim. O Cons. D'Incao disse que, independente do sistema utilizado para ingresso, haverá os mesmos problemas de formação, porém o ENEM possibilita que a Universidade seja selecionada pela qualidade dos cursos que oferece; que servirá de incentivo para a melhoria de nossos cursos; que o sistema é mais democrático; que se deve deixar de pensar pequeno; que a Universidade Federal do Rio Grande não é apenas para os rio-grandinos, e sim uma instituição nacional. O Cons. Hugo disse que o grande problema está no ensino fundamental e médio; que a Universidade tem responsabilidade também na resolução destes problemas; que o modelo híbrido adotado no ano passado lhe pareceu interessante e acredita que a FURG deveria persistir nele. A Cons. Gionara relatou que dados da avaliação do ensino demonstram que a educação do município está abaixo do nível da educação estadual, que não está bem; disse que o ENEM ocasionará a melhoria dos cursos universitários; que o melhor candidato buscará o melhor curso. A Pró-Reitora Cleusa Dias informou que a avaliação apresentada ao CONSUN é uma etapa; que no momento o que pode ser feito é uma avaliação quantitativa do ingresso; que a partir de agora será avaliado o desempenho destes estudantes; que o PROAI está possibilitando que a Universidade avalie seu desempenho e acompanhe o desempenho de seus alunos. Explanou sobre os relatos apresentados no Fórum de Pró-Reitores de Graduação. O Cons. Hélio disse que cada curso terá que mostrar aos candidatos suas qualidades e motivar o aluno a se candidatar a uma vaga. O Cons. Jairo disse que não se pode esquecer que os professores do ensino fundamental e médio são formados na Universidade e por isso ela é responsável pela qualidade do ensino básico dos alunos que buscam ingressar no ensino superior. O Cons. Luis Almeida disse que tem dúvidas quanto ao que é considerado pardo no sistema de bônus. O Cons. Ernesto esclareceu que é considerada a autodeclaração do candidato. O Cons. Luis Almeida perguntou qual a lógica de beneficiar com cotas quem estudou em escola pública. A Pró-Reitora Cleusa respondeu que o critério de estudantes de escolas públicas beneficia as famílias em condições econômicas mais desfavoráveis. O Cons. Geralcy manifestou-se favorável à adoção de cem por cento do ENEM e disse que se deve ter a segurança de que se algo tiver mau resultado no ano que vem se possa mudar. O Cons. Paulo Abreu disse que o atual sistema beneficia quem pode frequentar cursinho; que a implantação de cem por cento do ENEM possibilitará uma melhor avaliação, e sugeriu que sejam estabelecidas cotas no PROAI para professores de ensino fundamental e médio que ainda não tenham curso de graduação. O Senhor Presidente esclareceu que já foram oferecidos cursos de graduação aos professores leigos em Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e Santo Antônio da Patrulha, e que através da Plataforma Freire começará a oferta para os professores do nosso município. O Cons. Weska ressaltou o grande mérito do atual governo no alto investimento que vem sendo feito na educação, porém não acredita que o ENEM acabará com os cursinhos. Disse ainda que o PROAI teve um efeito considerável no processo anterior, mas que ainda tem dúvidas com relação à utilização apenas do ENEM, e sugeriu que a adoção de um percentual das vagas

a serem preenchidas pelo SiSU talvez seja interessante neste momento. O Senhor Presidente afirmou que o combate à evasão é compromisso já assumido pela Universidade, salientando que diversos programas de bolsas e tutorias foram criados com o objetivo principal de permitir a permanência dos estudantes no ensino superior. Com relação ao processo de inclusão dos indígenas, enfatizou que houve um grande esforço nesse sentido, pois as reservas encontram-se localizadas em áreas distantes, mas mesmo assim, após contatos e encontros realizados com os caciques das diversas comunidades, ocorreram várias inscrições, e que os que permaneceram estão sendo acompanhados e apoiados através dos programas criados. O Cons. Osmar ressaltou que a utilização do ENEM proporcionará uma seleção mais justa dos candidatos, portanto é favorável. O Cons. Fernando Amarante argumentou que se trabalha baseados em evidências e que, neste momento é necessário experimentar. A Cons. Leila disse que está havendo uma queda do conformismo e a busca da felicidade e isso está fazendo com que os estudantes troquem de curso, buscando o que realmente lhes trará a satisfação como profissionais. Disse ainda que atualmente existe o fator de o estudante não poder mais cursar dois cursos em instituições públicas e que a adoção do ENEM na íntegra torna o ingresso mais democrático, possibilitando que os resultados sejam mais bem mensurados. A Cons. Vera disse que a mobilidade acontece naturalmente e que a avaliação do processo de seleção deveria ser realizada pelo próprio MEC; que no processo anterior foi dito que a prudência seria necessária e que na sua opinião, neste momento ainda a prudência não deveria ser deixada de lado. O Cons. Bernardelli manifestou que o vestibular começou tendo ponto de corte com nota quatro e, em determinado momento, o ponto de corte caiu porque as vagas não eram preenchidas; que neste sistema não existem mecanismos de intervenção; que com a relatividade do ponto de corte, foi admitido que todos eram capazes de fazer um curso superior, mesmo não estando aptos; que o ENEM não coloca as coisas em termos relativos, ele diz quem é ou não é bom; que a Universidade precisará melhorar os seus índices para competir com as demais. O Cons. Milton salientou que todos os esforços logísticos utilizados durante um processo de vestibular, como era realizado, podem agora ser direcionados para outras áreas da Universidade, ocorrendo racionalização. Não havendo mais manifestações a respeito do assunto o Senhor Presidente colocou em votação a Indicação apresentada, sendo esta aprovada com 20 (vinte) votos favoráveis, 4 (quatro) votos contrários, dos Conselheiros Vera, Hugo, José Carlos e Weska e 1 (uma) abstenção, do Cons. Hélio. O Senhor Presidente agradeceu aos conselheiros pelas argumentações e ampla discussão a respeito do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente com a concordância do plenário, informou que a ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade, e às 11 horas e 15 minutos encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rosaura Alves da Conceição, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin  
PRESIDENTE DO CONSUN

Rosaura Alves da Conceição  
SECRETÁRIA